

**UNIVERSIDADE DE ÉVORA  
MESTRADO EM SOCIOLOGIA**

**Área de Especialização: Recursos Humanos  
e Desenvolvimento Sustentável**

**TURISMO COMO FACTOR DE DESENVOLVIMENTO -  
O TRIÂNGULO TURÍSTICO BEJA / MÉRTOLA / SERPA**

**DOMINGAS R. SALGUEIRO LANÇA**

**ÉVORA / 97**

# UNIVERSIDADE DE ÉVORA MESTRADO EM SOCIOLOGIA

Área de Especialização: Recursos Humanos  
e Desenvolvimento Sustentável



## TURISMO COMO FACTOR DE DESENVOLVIMENTO

### O TRIÂNGULO TURÍSTICO BEJA / MÉRTOLA / SERPA

Dissertação apresentada à Universidade de Évora para obtenção do grau de Mestre em Sociologia, área de especialização Recursos Humanos e Desenvolvimento Sustentável, sob a orientação do Professor Doutor Francisco Ramos.

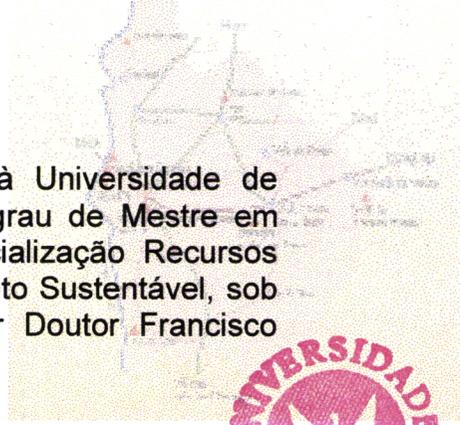
• BEJA

• Serpa

**DOMINGAS R. SALGUEIRO LANÇA**

• Mértola →

ÉVORA/97



92182

316.334.52  
LANÇA

**Ó MINHA TERRA NA PLANÍCIE RASA,  
BRANCA DE SOL E CAL DE LUAR,  
MINHA TERRA QUE NUNCA VISTE O MAR,  
ONDE TENHO O MEU PÃO E A MINHA CASA.**

Florbelá Espanca

*A meus pais e alguém especial*

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Professor Doutor Francisco Ramos, pela orientação científica deste trabalho em cada fase da elaboração do mesmo e pelas palavras de incentivo, o meu agradecimento.

Ao meu colega e amigo Dr. Orlando Pereira, pelas horas disponibilizadas na colaboração da realização deste trabalho.

À minha colega Dra. Dulce Marques, pela forma profissional e amiga como assumiu o trabalho de correcção do texto.

A todos da Escola Profissional Bento Jesus Caraça, pelos momentos de amizade e companheirismo ao longo deste percurso.

A todas as entidades que proporcionaram a realização do presente trabalho: Câmara Municipal de Beja, Câmara Municipal de Mértola, Câmara Municipal de Serpa, Associação de Municípios de Beja, Região de Turismo Planície Dourada, Associação de Desenvolvimento Rota do Guadiana, Associação de Desenvolvimento Alentejo XXI e Comissão de Coordenação da Região Alentejo.

A todos as pessoas cujos nomes não são mencionados, mas nem por isso menos importantes na sua colaboração e disponibilidade das informações prestadas.

Aos meus pais e amigos, pela amizade, pelo constante apoio, sempre presentes em todas as situações.

## ÍNDICE

	<b>Pág.</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	
a) A Problemática	13
b) Questões Metodológicas	18
<b>CAPÍTULO I - TURISMO COMO UM FENÓMENO SOCIAL</b>	<b>25</b>
1.1- Turismo à procura do consenso	25
1.2- Turismo: Os seus primeiros passos	35
1.3- Turismo Nacional	44
<b>CAPÍTULO II - TURISMO COMO FACTOR DE DESENVOLVIMENTO</b>	<b>65</b>
2.1- Desenvolvimento Rural em Portugal	77
2.2- Turismo em Espaço Rural	85
2.2.1- Evolução do TER	88
2.2.2- TER: Importância da Preservação do Meio Ambiente	104
2.2.3- TER: Recuperação do Património Histórico Arquitectónico e Cultural	109
2.2.4- TER: Infra-estruturas e Transportes	116
2.2.5- TER: Acções de Formação e Formação Profissional	121

<b>CAPÍTULO III - TURISMO NO BAIXO ALENTEJO</b>	<b>129</b>
3.1- Caracterização da Região	130
3.2- TRIÂNGULO TURÍSTICO	141
3.2.1- Definição e Caracterização	153
3.2.2- Recursos Turísticos na zona em estudo	166
<b>CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES</b>	
a) Considerações Finais	191
b) Recomendações	199
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>235</b>
<b>ANEXOS</b>	
ANEXO I - Guiões das entrevistas	249
ANEXO II - Mapas dos três concelhos em estudo	255

## ÍNDICE DE QUADROS

	<b>Pág.</b>
QUADRO I - Vectores Críticos das Actividades Turísticas - Problemas Nucleares por tipos de Inserção Regional	59
QUADRO II - Vectores Críticos das Actividades Turísticas / Áreas Estratégicas de Intervenção por tipos de Inserção Regional	61
QUADRO III - Evolução das modalidades TER	88
QUADRO IV - Unidades do TER nas diversas regiões	90
QUADRO V - Percentual de estabelecimentos, quartos e camas nas diversas regiões	91
QUADRO VI - Tipo de Turismo que predomina em cada área promocional	93
QUADRO VII - Número de unidades e camas em 1995 e 1996 nas diversas regiões	94
QUADRO VIII - Índice de Ocupação - camas 1995 e 1996	95
QUADRO IX - Estimativa das dormidas no total de unidades em TER	98

QUADRO X - Valores percentuais das dormidas nacionais e estrangeiras nas diversas áreas turístico - promocionais	100
QUADRO XI - Evolução da população residente por grupos etários	132
QUADRO XII - Rácio de Dependência (concelhos de Beja, Mértola e Serpa)	148
QUADRO XIII - População empregada por sectores de actividade (concelhos de Beja, Mértola e Serpa)	157
QUADRO XIV - Estabelecimentos hoteleiros no Concelho de Beja	163
QUADRO XV - Estabelecimentos de Turismo em Espaço Rural (Concelho de Beja)	164
QUADRO XVI - Estabelecimentos hoteleiros no Concelho de Mértola	164
QUADRO XVII - Estabelecimentos de Turismo em Espaço Rural no (Concelho de Mértola)	165
QUADRO XVIII - Estabelecimentos hoteleiros no Concelho de Serpa	166

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

	<b>Pág.</b>
GRÁFICO I - OS Principais Factores que Contribuíram para a Procura Turística	52
GRÁFICO II - Marketing na articulação da oferta e da procura turística	63
GRÁFICO III - Taxas de ocupação nos diversos meses dos anos 1995/4996	96
GRÁFICO IV - Sectores de Actividades (Distrito de Beja 1991)	135

## ÍNDICE DE FIGURAS

	<b>Pág.</b>
FIGURA I - Número de Estabelecimentos por regiões	90
FIGURA II - Valores percentuais das modalidades TER	93

## **INTRODUÇÃO**

### **a) A Problemática**

A Região Alentejo é um território com forte identidade, onde se manifestam múltiplas marcas culturais, resultado dos cruzamentos de povos e culturas, onde a sua beleza e sua tranquilidade é encontrada na cálida planície, rica de quietude marcada pelas cores do casario e das paisagens, mas condenada ao insucesso intemporal. Uma Região muito diferente, mas igual a muitas que o desenvolvimento nas sociedades marginalizou, resultado de um paradigma de desenvolvimento (Paradigma Funcionalista), que emergiu com a Revolução Industrial e que se arrasta até aos nossos dias, que contribuiu para uma nova forma de pensar, não podendo deixar de ser referenciada.

Com este paradigma surge a ideia de que a base económica é a pedra basilar da actividade humana, levando a reduzir o desenvolvimento ao conceito de crescimento económico, o que resulta na utilização excessiva de indicadores económicos como indices de desenvolvimento. O desejo desse crescimento económico vem provocar uma valorização pela quantidade, em relação à qualidade.

Esta ideia direccionada pela quantidade conjuntamente com a valorização do crescimento económico, veio trazer à mente de todos que, para fazer desenvolvimento é necessário passar pelo sector industrial e todo um conjunto de novas tecnologia, desvalorizando-se outros sectores de actividade, como o da agricultura e pecuária.

Inicia-se a valorização tecnológica, passando a reger os nossos ritmos e gestos e a substituir o ser humano na lista dos factores fundamentais do desenvolvimento. Dá-se então início ao mito do racionalismo, pois a valorização pelo tecnológico, vai marginalizar outras formas de conhecimento e de vida,

como a afectividade, que de certa forma acaba por levar ao individualismo, este como suporte de sucesso, eixo de competitividade e palco de afirmação.

Com este novo tipo de produção (produção em série e valorização do quantitativo) é necessário criar novas necessidades e vícios de consumo para dar resposta à quantidade produzida, criando-se nas sociedades o consumismo.

Apesar deste consumismo permitir a diversificação de produtos, jogava também com a aspiração à massificação e à homogeneização, dado todos quererem atingir o tal nível de vida. Ao estar-se por detrás da ideia de olhar para os outros à luz dos seus valores e maneiras de estar, exigindo aos outros que sigam e percorram os mesmos passos e formas de desenvolvimento, caminhando-se para a intolerância e etnocentrismo. (Amaro 1993)

Todo este conjunto de forma de estar e pensar veio permitir a deslocação das pessoas do mundo rural para a cidade, encarando a vida no campo ou em meio rural como sinal de subdesenvolvimento. Foi o ponto de partida para o Alentejo e outras regiões serem atiradas para as trevas, preteridas em prol de outras, mais litorâneas, mais cosmopolitas, mais politizadas, proporcionando grandes assimetrias regionais.

De facto, o conhecido modelo de desenvolvimento beneficiou somente algumas regiões, os chamados pólos urbanos, perspectivados como local privilegiado do desenvolvimento, inverso do meio rural, encarado como um espaço de ineficiência na utilização dos recursos económicos. Este modelo definiu um desenvolvimento encarado como sinónimo de crescimento económico, resultado de políticas de crescimento a nível de produtividade, do trabalho, entre outros, em que assentava no gerar de riquezas fomentadas no sector industrial.

É perceptível que o paradigma evidenciado não favorece os dinamismo dos Homens e as potencialidades endógenas em todas as regiões, mas sim de algumas. Assim, levanta-se uma dúvida - Não será este, apenas um modelo de crescimento económico, ao invés de desenvolvimento e ó para algumas regiões ?

Apesar de haver dúvidas na resposta, o Homem norteou-se por ele, acarretando as consequências, consciencializando-se da necessidade de perspectivar um modelo de base humanista, territorialista, onde ele consiga alcançar qualidade de vida e de bem estar, através de ser o motor e o centro do seu próprio processo.

O novo modelo de desenvolvimento, como refere Fernão deve criar estratégias assentes na potenciação dos recursos da ruralidade, tanto no sentido de encontrar actividades em crise, como no de provocar o arranque de processos tendentes e elevar as condições e os níveis de vida das pessoas e de integrar essas regiões, aproximando-as dos padrões mais comuns de desenvolvimento (Ferreira e Peixoto 1993), bem como leva-las à promoção de igualdade de oportunidades, protecção social e de justiça redistributiva.

Para tal, deve haver uma articulação entre o desenvolvimento económico e social, respeito pelo meio ambiente e cultural como potencial endógeno dessa ruralidade, de forma a gerar-se desenvolvimento regional.

Tal desenvolvimento pode passar por um conjunto de medidas, entre as quais, a valorização de actividades relacionadas com a preservação do meio ambiente, a valorização da agricultura articulada com empenho na produção de produtos locais, criação e desenvolvimento na área de prestação de serviços, renovação e recuperação de espaços e infra-estruturas, bem como a criação e desenvolvimento de outras actividades complementares à actividade agrícola, caso do turismo em espaço rural, que por sua vez, permite criar rotas, triângulos turísticos assentes na oferta que a região tem para oferecer.

Torna-se evidente que estas e outras medidas, de certa forma serão determinantes para a contextualização de soluções, mobilização e aproveitamento de potencialidades endógenas de forma coerente e racional para um efectivo processo de desenvolvimento regional.

Tais estratégias, como verificámos, não passam somente pelos *pilares* da agricultura, mas também por outros, como o do turismo, cuja a essência se

baseia na valorização do património histórico cultural e arquitectónico articulado com a defesa do meio ambiente e a qualificação dos recursos humanos.

De facto, o turismo é cada vez mais um fenómeno de características múltiplas que tem vindo a assumir um peso significativo, a vários níveis, num número considerável de países e regiões. É um dos sectores que mais tem crescido a nível nacional e internacional. Como referem Gareth Shaw e Allan Williams “ (...) na Europa Ocidental o sector de actividade turística é o que mais rapidamente tem crescido nas últimas décadas” (Capucha 1996). Realmente, “ na União Europeia, as receitas com o turismo aumentaram mais de seis vezes entre 1970 e 1984, ano em que representavam cerca de 5% da Balança de Pagamentos Comunitários” (Capucha 1996).

Ficou para trás o tempo (século XIX) em que o turismo era encarado como uma terapia só para alguns, os nobres e seus acompanhantes faziam longas viagens passando temporadas em locais propicio ao descanso, e como um complemento à educação, pois os jovens da Aristocracia Inglesa e algumas famílias inglesas burguesas abastadas viajavam a Paris e à Costa Mediterrânea, como complemento da sua educação (Baltazar 1994). Hoje, “ (...) não nos podemos alhear da natureza económica desta actividade. A melhoria da qualidade do serviço turístico, a eficiência da prestação de tarefas, o caracter personalizado em que muitos defendem o contacto com o visitante destinam-se justamente à obtenção de resultados económicos motivadores para a sustentabilidade em análise” ( Ramos 1996: 88).

O peso do turismo não é só notável e importante nos países e regiões mais desenvolvidos, como é ainda mais importante naqueles em que o desenvolvimento e a industrialização são incipientes, podendo constituir uma fonte estratégica de desenvolvimento.

O turismo pode contribuir para o desenvolvimento de uma região, como o Alentejo, que tem potencialidades e recursos turísticos para a prática do turismo rural, que “ (...) parece constituir o ramo que mais deverá crescer e diversificar-se

no futuro, absorvendo boa parte dos turistas mais exigentes, cultos, informados, indiferentes aos custos e selectivos nas suas escolhas” (Capucha 1996: 39).

Dentro desta problemática, o presente estudo teve em vista dar a conhecer que o desenvolvimento do turismo no Alentejo Interior pode vir a ser uma via fundamental de valorização de base económica, reforçada com outras actividades económicas. A definição de uma estratégia operativa direccionada para o desenvolvimento e integração de actividades turísticas numa determinada zona do Alentejo, no momento de crise que atravessa, pode ser o ponto de partida para o novo ciclo de desenvolvimento da região.

Como tal, o grande desafio neste trabalho foi a elaboração de um levantamento de recursos e potencialidades turísticas no Distrito de Beja, com o intuito de definir uma estratégia direccionada para o desenvolvimento turístico numa zona seleccionada (Triângulo Turístico Beja , Mértola, Serpa).

A escolha do tema de investigação no contexto turismo como factor de desenvolvimento , é resultado da ligação constante com o Alentejo, vivendo diariamente os problemas que norteiam uma região deprimida, com vontade de encontrar medidas cabíveis que geram desenvolvimento, tendo presente as suas potencialidades.

O presente trabalho encontra-se organizado em três capítulos;

No primeiro capítulo apresenta-se a problemática em estudo, ou seja a abordagem ao turismo como um fenómeno social, fazendo-se uma retrospectiva desde os seus primeiros passos, tanto a nível internacional como nacional.

Referente ao segundo capítulo é feita uma análise progressiva do desenvolvimento rural e do turismo em espaço rural, entendendo-o como um factor de desenvolvimento.

Quanto ao terceiro e último capítulo foi direccionado para a definição de uma zona seleccionada ( Triângulo Turístico Beja, Mértola, Serpa), tendo presente as características da Região Alentejo, fundamentalmente o Distrito de Beja. Definiram-se de forma cuidada os recursos turísticos existentes na zona

seleccionada para justificar claramente a selecção da zona, ou seja a criação do Triângulo Turístico.

A parte final do trabalho foi destinada a algumas recomendações, onde se destaca a definição de alguns programas integrados direccionados para o desenvolvimento turístico, ou seja possíveis propostas de intervenção na zona seleccionada (Triângulo Turístico Beja , Mértola, Serpa).

Para se conseguir este trabalho final foi necessário o contacto e ajuda de muitos elementos, sem os quais não seria possível tal tarefa, bem como o colmatar de muitas lacunas que foram existindo ao longo da investigação, resultado não só do factor tempo, dado a complexidade do estudo, mas também da dificuldade em estabelecer contactos com algumas individualidades e informadores-chave que exigiam um contacto mais permanente.

Porém pensa-se ter contribuído de certa forma para um avanço no conhecimento sobre esta problemática e o contribuir de novos interesses sobre a mesma.

## **b) Questões Metodológicas**

O presente trabalho de investigação sobre a problemática o turismo como um factor de desenvolvimento - Triângulo Turístico Beja Mértola Serpa é encarado como uma pesquisa exploratória no sentido de um maior aprofundamento de conhecimentos e da compreensão do fenómeno turístico, no entendimento de que eles são um elemento determinante no processo integrado das políticas e estratégias de desenvolvimento.

Uma vez que o Alentejo possui um conjunto de recursos turísticos que se torna necessário potenciar no sentido da economia e da qualidade de vida dos habitantes da região, a finalidade do presente estudo é também, apresentar um conjunto de sugestões e recomendações que possam ser tomadas em

consideração no processo de tomada de decisões inerentes ao fenómeno turístico. Assim, a presente investigação orienta-se numa perspectiva pragmática e utilitária, no âmbito da Sociologia Aplicada.

Numa primeira fase da investigação delineou-se e constituiu-se a problemática a encarar, através de um amplo levantamento bibliográfico e de pesquisa documental, que contribuiu para a criação de um quadro teórico-conceptual e para a elaboração dos tópicos para as entrevistas exploratórias a informadores - chave, bem como para a formulação da seguinte questão de partida :

De que modo, o turismo como fenómeno sócio-económico pode contribuir para o desenvolvimento de uma região ?

Esta questão suscitou a definição dos objectivos da pesquisa, que são os seguintes:

- ⇒ Elaborar a caracterização genérica do Baixo Alentejo, numa perspectiva turística;
- ⇒ Perspectivar o turismo rural como factor de desenvolvimento na região seleccionada;
- ⇒ Seleccionar e propor um Triângulo Turístico, no sentido promocional da região.

O processo de investigação, de cariz qualitativo, foi-se construindo gradualmente, através da definição e articulação de conceitos, variáveis e categorias, ao mesmo tempo que se formularam hipóteses de trabalho. Estas serão validadas com o decorrer da pesquisa;

- O Alentejo, mais propriamente o Distrito de Beja dispõe de características endógenas para a criação de um Triângulo Turístico, representativo e eficaz;

- Algumas localidades e zonas da área geográfica em causa não possuem vocação turística;

Não se pretende uma verificação essencialmente estatística dos dados a recolher, mas sim uma análise qualitativa, em termos de compreensão e interpretação a informação recolhida para uma correcta (in)validação das hipóteses formuladas para se atingirem os objectivos previamente determinados. Sendo um estudo exploratório, no sentido de definir possíveis propostas de intervenção, não deixa de ter um carácter analítico, na medida em que se orienta para a (in)validação das hipóteses avançadas.

A opção metodológica serve-se de um conjunto de técnicas, a saber: observação, pesquisa e análise documental.

Quanto à técnica de observação “ (...) engloba o conjunto de operações através das quais o modelo de análise (construído por hipóteses e por conceitos) é submetido ao teste dos factos e confrontado com dados observáveis” (Quivy e Campenhoudt 1992: 157). Esta operação apresenta-se sob diferentes formas, consoante se trate de uma observação directa ou indirecta, sendo ambas partes integrantes da presente investigação.

“ A observação directa é aquela em que o próprio investigador procede directamente à recolha das informações, sem se dirigir aos sujeitos interessados. Apela directamente ao seu sentido de observação (...) que tem como suporte um guia de observação que é constituído a partir de indicadores e que designa os comportamentos a observar; mas o investigador regista directamente as informações. Os sujeitos observados não intervêm na produção da informação procurada. Esta é manifesta e recolhida directamente pelo observador” (Quivy e Campenhoudt 1992: 165).

A utilização da observação directa proporciona a descrição exaustiva das características endógenas do campo de análise, com o objectivo de obter uma profunda e ampla compreensão do fenómeno na sua totalidade. Para além disto permite uma análise e interpretação de toda a informação obtida, no sentido de captar a dinâmica social e económica, da zona em estudo em função das suas

necessidades de mudança e capacidade de adaptação, para o desenvolvimento do sector turístico.

O recurso à observação directa, neste caso, não teve insenta de subjectividade, uma vez que se à integrado na realidade em estudo. Todavia procurou-se ultrapassar essa subjectividade, através de uma orientação constante do quadro teórico-conceptual conjuntamente a outras técnicas da observação indirecta, que parecem as mais adequadas aos objectivos da investigação.

“No caso da observação indirecta, o investigador dirige-se ao sujeito para obter a informação procurada. Esta não é recolhida directamente . (...) Na realidade, há aqui dois intermediários entre a informação procurada e a informação obtida” ( Quivy e Campenhoudt 1992: 166). Situação esta que, é imprescindível controlar para se obter uma informação mais fidedigna.

Na observação indirecta, os instrumentos de observação foram os guiões das entrevistas não estruturadas e semi-estruturadas, aplicadas em fases sequenciais a informadores - chave; “... trata-se de pessoas que, pela sua posição ou pelas sua responsabilidade, têm um bom conhecimento do problema” ( Quivy e Campenhoudt 1992: 69). Estes ajudaram a encarar a problemática da investigação e a contribuir para o balanço dos conhecimentos relativos ao problema de partida, bem como a completar a informação recolhida através das leituras e da pesquisa documental.

Ao serem aplicadas entrevistas não estruturadas e semi-estruturadas, optou-se pela gravação da informação , dado que nestes tipos de entrevista (...) o entrevistador faz parte integrante da conversa e na qual dificilmente pode provocar pausas para escrever o que lhe vai ser dito, se não se gravar perdem-se inevitavelmente muitos dados” (Moreira 1994: 142).

A entrevista não estruturada foi aplicada numa fase inicial, como entrevista exploratória, em que “ (...) o entrevistador contenta-se em colocar o tema da entrevista, cujas características essenciais resultam do seu carácter alargado e

ambíguo” (Ghiglione e Matalon 1993: 92). Contribuiu-se também para alargar e ou reflectir o campo de investigação das leituras, “... revelar luz sobre certos aspectos do fenómeno estudado, nos quais o investigador não teria espontaneamente pensado por si mesmo, e assim completar as pistas de trabalho sugeridas pelas suas leituras. Por esta razão, é essencial que a entrevista decorra de uma forma muito aberta e flexível e que o investigador pôr perguntas demasiado demorosas (...)” (Quivy, R. Campenhoudt, L. 1992: 67). De facto, este tipo de entrevista “(...) permite ao entrevistado exprimir os seus sentimentos e interesses sem receio de estar a ser manipulado pelo entrevistador” (Lassard et al 1994: 163).

Numa segunda fase foram aplicadas entrevistas semi-estruturadas, as quais são certamente as mais utilizadas em investigação social. Este tipo de entrevista “(...) não é nem inteiramente aberta, nem encaminhada por um grande número de perguntas precisas. Geralmente, o investigador dispõe de uma série de perguntas - guias relativamente abertas, a propósito das quais é imperativo receber uma informação da parte do entrevistado” (Quiv e Campenhoudt 1992: 194). Foram aplicadas a individualidades ligadas a cargos de responsabilidade no âmbito do turismo, do desenvolvimento local regional, bem como a potenciais investidores no sector turístico da área do Triângulo Turístico seleccionado.

Terminada a fase das entrevistas, seguiu-se a da transcrição da informação, optando-se pela integral, dado que “ (...) oferece a vantagem de permitir todos os tipos de análise. Pode não se saber quais são os aspectos analíticos mais significativos no momento em que se faz a transcrição: ao fazê-la de forma integral, cria-se a possibilidade de não se perder dados que mais tarde podem revelar um significado importante” (Moreira 1994: 141/142).

Salienta-se que, ao longo de todo o processo da investigação, houve uma preocupação constante num amplo levantamento bibliográfico e de uma pesquisa documental cuidada, que nos levou a tomar conhecimento dos trabalhos anteriores que se debruçaram sobre objectos comparáveis ao da presente

---

investigação, bem como permitir aquisição de novos dados e conhecimentos fornecidos por um conjunto de documentos escritos, testemunhos e ideias transmitidas por autores. Incluem-se, naturalmente, documentos oficiais que foram publicados por organismos públicos, dos quais se destacam os Planos Directores Municipais (PDM), documentos relacionados com o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional de Estatística (INE), Região de Turismo Planície Dourada, Comissão de Coordenação da Região Alentejo (CCRA).

Apesar da preocupação constante num levantamento bibliográfico e de uma pesquisa documental cuidada para obtenção dos dados, teve-se sempre o cuidado de não se obter uma concentração excessiva, mas sim um número de dados relevantes de forma que não distorcessem a pesquisa e provocassem lacunas que teriam que ser ultrapassada, com mais trabalho empírico, justamente quando era tempo para proceder às considerações finais.

A este propósito, deve-se salientar que nem todos os dados recolhidos e apresentados exigiram uma análise qualitativa aprofundada. “Além das descrições dos ambientes e situações em que a pesquisa foi realizada é provável que o investigador queira excluir algum material (...)” (Moreira 1994: 102).

No entanto, o sucesso de um trabalho depende do modo como se analisam esses dados qualitativos, pois não se trata de uma tarefa fácil, exigindo-se um processo longo e complexo na análise.

A observação sistemática foi frequentemente utilizada na metodologia qualitativa, pelo facto de implicar a criação de novas categorias, em que a obtenção dos resultados permite a construção de novos quadros referenciais. Por isso, facilitou a interpretação dos resultados obtidos através da utilização da técnica de análise de conteúdo aplicada aos dados conseguidos nas entrevistas.

A análise de conteúdo foi aplicada a todo o conjunto de entrevistas não estruturadas e semi-estruturadas, pelo facto de oferecer, “... a possibilidade de tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e complexidade, como por exemplo os relatórios de

entrevistas pouco directivas. Melhor do que qualquer outro método de trabalho, a análise de conteúdo (ou pelo menos, algumas das outras variantes) permite, satisfazer harmoniosamente as exigências do rigor metodológico e da profundidade invertida, que nem sempre são facilmente conciliáveis” ( Quivy e Campenhoudt 1999: 225).

Privilegiou-se a contagem frequencial e a análise temática, que consistem em recortar as mensagens através de uma grelha de categorias, com o intuito de detectar a frequência e a presença dos temas e relevância de palavras e ideias chave, “... uma espécie de inventário, pois isso significa que a nova informação produzida pela análise de conteúdo de um texto reside na constatação da frequência ou na comparação com outras frequências (Ghiglione e Matalon 1993: 233), permitindo estudar as motivações de opinião, de atitudes, de valores dos inquiridos sobre a problemática em estudo, de modo a oferecer um bom contributo para investigação.

## CAPÍTULO I - O TURISMO COMO FENÓMENO SOCIAL

### 1.1 TURISMO À PROCURA DO CONSENSO

Dada a complexidade do fenómeno turístico, tem sido difícil uma conceptualização consensual, entre os diversos estudiosos e as organizações institucionais, assistindo-se a várias tentativas para encontrar uma solução que reúna o acordo de todos, como tal, deve-se ter em conta a operacionalização do conceito.

Apesar do conceito de turismo ter surgido com o *Grand Tour*, só realmente em 1919, pelo economista austríaco Herman Van Schulland se definiu o turismo como “a soma das operações, principalmente de natureza económica, que estão directamente relacionados com a entrada, permanência e deslocação de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região” (Wahab 1988: 23).

Conceito este que se enquadra exactamente num período histórico-social, em que o turismo internacional começou a emergir com a criação de linhas marítimas, agências de viagens.... Indo, mais tarde ao encontro da definição de turista estrangeiro, avançado pela Comissão da Liga das Nações, como qualquer pessoa que visite um país diferente daquele que reside, efectivamente, por um período de, pelo menos, vinte e quatro horas. As pessoas que ficavam menos de vinte e quatro horas eram tratados como excursionistas (Foster 1992).

Desde 1929 até ao início do turismo de massa, após a II Guerra Mundial, elaboraram-se outras definições, entre as quais se destacam algumas, colectadas por L. F. Fuster :

Para Gluckmann o turismo é “ uma conquista do espaço por pessoas que afluem a uma determinada localidade onde não possuem lugar fixo de residência, ou a soma das relações existentes entre as pessoas que se encontram

passageiramente em uma localidade ( núcleo receptor) e os habitantes desta (Castelli 1984).

Se para Gluckmann o turismo está mais relacionado com o espaço, para Schwik, está mais relacionado com o motivo que leva o turista a viajar. Turismo como movimento de pessoas que abandonam temporariamente o lugar da sua residência permanente por qualquer motivo psíquico, físico ou social.

Morgenroth, na mesma época histórica, define o turismo como o tráfego de pessoas que se afastam temporariamente do seu lugar residencial fixo para outro, com o objectivo de satisfazer as suas necessidades vitais ( pessoais), culturais ou os desejos mais diversos, aparecendo como consumidor de bens económicos e culturais ( Castelli 1984 ).

Se até essa época o turismo era perspectivado como um fenómeno social ligado às relações pessoais e comunicacionais entre povos, por volta dos anos 40, a função do turismo é a importação de divisas pelos países. O seu impacto reside no que as despesas do turismo podem realizar para os diferentes sectores da economia e em particular para os donos e gerentes dos hotéis.

É o emergir de uma abordagem economicista do turismo, no âmbito do desenvolvimento económico, absorvendo o impacto sociocultural e encarando-o como uma actividade lucrativa. Muitas das vezes é entendido como única forma de conter o êxodo rural e melhorar a qualidade de vida dos habitantes, onde a rentabilidade económica das explorações agrícolas é fraca, onde os elementos patrimoniais, culturais e ecológicos são a única forma de subsistência.

No que concerne ao turismo como actividade lucrativa, houve na década de 50, uma polémica entre dois estudiosos P. Ossipow e K. Krapt, a qual foi equacionada durante décadas por diversos autores, tais como Sessa. Actualmente essa polémica está completamente superada, no entanto pensamos ser pertinente focar alguns argumentos dos autores e a reflexão de Sessa.

Ossipow opunha-se a Krapt no qual refere ao turismo como uma actividade não lucrativa apontando os seguintes argumentos:

1) os equipamentos turísticos são usados da mesma forma tanto por aqueles que viajam por lazer como aqueles que o fazem por negócio;

2) pode-se viajar por lazer mas o que foi visitado poderá servir, posteriormente, a uma actividade lucrativa.

Krapt, para sustentar a sua tese, apresentou 7 argumentos, que Sessa não deixou de equacionar de forma constante;

1) Para o autor existe no processo económico uma distribuição entre produção e consumo de bens e serviços. Sessa a este respeito afirma que o turismo considerado no seu aspecto económico pertence inegavelmente ao consumo, sendo comprovado pelo homem de negócios, que é considerado como turista somente a partir do momento em que passa a fazer uso da industria turística.

2) Krapt argumenta que as pessoas sempre entenderam o turismo como algo que está associado ao lazer, férias e tempo livre, contrapondo-se ao trabalho lucrativo; bem como um privilégio só para alguns. Sessa esclarece, que com o progresso destes últimos anos, impulsionado por uma maior consciência turística, tem-se equacionado uma visão do turismo não somente perspectivada para o lazer. Defendendo mesmo que o turismo se afirmou como uma necessidade vital, como relax para salutar o corpo e para a mente que vai contribuir para a rentabilidade no trabalho.

3) Os gastos em bens e serviços turísticos, para Krapt, eram encarados como uma perda e não como uma troca ou benefício a médio ou longo prazo. Tal argumento, afirma Sessa, também parece estar superado, pois a partir do momento em que o homem moderno vê no turismo um meio de satisfazer suas necessidades, fica difícil considerar o gasto como uma perda pura e simples. Dado que a saúde e o bem estar do homem é um bem imprescindível então ao fazer-se turismo está-se investindo nesse bem estar.

4) Para o autor o consumo de bens e serviços turísticos podem-se substituir facilmente, o mesmo não ocorre com as viagens comerciais. Este

argumento de Krapt também parece superado, pois hoje o turismo não é um luxo, mas sim uma necessidade. Apesar das diversas crises económicas o turismo tem sido um fenómeno que a partir da década de 50 tem vindo sempre a crescer de forma significativa.

5) O financiamento da viagem turística é feito pelo próprio turista, enquanto que para o homem de negócios é feito pela empresa. Novamente Sessa argumenta Krapt, afirmando, o facto do financiamento da viagem correr por sua conta, enquanto para o homem de negócios corra as despesas pela firma, parece não responder já à realidade, já que nem todos os homens de negócios são reembolsados das suas despesas de viagem pela empresa.

6) O turista possui uma acentuada tendência para o consumo, e seus gastos representam para a economia local prestações unilaterais, enquanto os gastos dos homens de negócios provocam prestações bilaterais. Sessa mais uma vez intervém, não concordando no que diz respeito ao benefício trazido a economia local, no caso do turista uma prestação unilateral e no caso do representante comercial uma prestação bilateral.

7) Os gastos realizados pelos governos em propaganda turística, justificam-se na medida em que, os turistas apontam uma maior valia do poder aquisitivo ou são unicamente consumidores. Este argumento parece, nos dias de hoje não possuir mais sustentação, devido ao turismo envolver valores culturais e sociais e não só económicos. É verdade que, para os governos, os valores económicos despertam mais interesse. E por outro, a propaganda turística pode destinar-se não só ao turista, mas também ao homem de negócio (Castelli 1984).

Outro marco importante para a conceptualização do conceito e evolução do turismo, foi com Boyer em 1972, quando afirma que turismo é "(...)como um acto de mobilidade tendente a satisfazer, no âmbito do lazer, uma necessidade cultural da civilização industrial" ( Boyer 1972: 11 ). De facto, "a sua perspectiva é situar o turismo no âmbito da economia, da sociedade, do lazer e da cultura. Boyer considera que, depois de ter sido no século XIX uma característica do

modo de vida aristocrático, o turismo transformou-se num traço essencial da cultura de massas, dado que este é transmitido pelos *mass media* “ ( Joaquim 1994: 17).

O trabalho deste autor assenta basicamente numa conceptualização do turismo como um fenómeno da modernidade, existindo relação entre este, cultura, economia e sociedade.

Convém realçar, o período do “(...) regresso dos antropólogos a casa, ou seja à Europa e aos Estados Unidos, e o envolvimento crescente dos etnólogos com os problemas sociais das sociedades ditas complexas, que deu origem aos primeiros passos da Antropologia do Turismo, de que a obra *Hosts and Guests, The Anthropology of Tourism*, editada por Valene Smith (1977) foi uma referência fundamental(...)” ( Ramos 1996: 89) para a operacionalidade do conceito turismo.

Actualmente, têm sido utilizada em matérias pedagógicas as ideias defendidas por Gouldner e McIntosh, encarando o turismo como o somatório dos fenómenos e relações que surgem da interacção dos turistas, empresas, governos e comunidades receptoras destes turistas e de outros visitantes” (Rita 1995: 7).

A breve síntese de conceitos inventariados demonstra como o turismo tem sido profusamente abordado ao longo de varias décadas, por estudiosos que tentam encontrar uma conceptualização humanística e universalista de turismo. No entanto, também é notável a evolução no discurso por parte de entidades e órgãos oficiais, tanto a nível nacional como internacional.

A União Internacional de Organismos Oficiais de Turismo (UIOOT), promove em 1963 a conferência de Roma intitulada *Turismo passaporte para a Paz*, em que introduz o termo *visitante* no lugar de *turista*, definido para fins estatísticos, como toda a pessoa que se dirige para um outro país, diferente daquele em que fixou residência habitual, movida por razões outras que as de exercer uma profissão remunerada, no país de destino.

Esta definição compreende : “os turistas - visitantes que permanecem pelo menos 24 horas no país visitado movido por: a) lazer, prazer, férias, saúde, estudos, religiões e esportes; b) negócios, família, reuniões, missão; e os excursionistas - visitantes temporários que permanecem por um período inferior a 24 horas no país visitado” (Castelli 1984: 27).

A ideia dominante nesta conferência assenta num turismo internacional, contribuindo imprescindivelmente para o desenvolvimento cultural, social e económico dos países do Terceiro Mundo.

Segundo a mesma linha de orientação, em 1972 a União Internacional de Organismos Oficiais de Turismo promove novo congresso, o Congresso Ibero-americano do Turismo, em que se apela para maior número de investimentos, no sector público e privado, para dar resposta às expectativas criadas por parte dos turistas e visitados; promovendo-se a relação entre povos e culturas, num período caracterizado pelo expansionismo turístico.

Com a realização deste congresso, tenta-se expor meios e formas de acção para combater os problemas resultantes de um turismo massificado; que vai desde a valorização e defesa do património histórico, artístico e arqueológico, à defesa do próprio meio ambiente.

Em 1973 realiza-se a II Convenção Nacional de Turismo, pela União Internacional de Organismos Oficiais de Turismo, promovendo a Declaração de Puento Plata que contém a formulação dos princípios básicos para uma política de turismo, assente numa fórmula que permita a esperança para a redenção de muitos dos povos que tantas vezes têm visto frustradas as possibilidades de uma vida plena de dignidade humana. Era um marco importante para o desenvolvimento de regiões que iniciavam um novo destino com a ajuda da UIOOT.

Se por um lado na Declaração de Puento Plata há uma preocupação notável de criar meios que permitam o turismo garantir o desenvolvimento das regiões, por outro na Conferência de Helsínquia em 1975, há uma preocupação

---

sobre a sazonalidade (grande concentração espaço-temporal), a protecção do meio ambiente (prejuízos nos espaços físicos devido à saturação turística) e a actuação e o número de viagens existentes.

A última conferência da década de 70, ocorreu em Washington pela UNESCO e pelo Banco Mundial, tendo como tema de fundo o *impacto social e cultural do turismo*. Dando lugar a um período em que se põem em causa os efeitos sociais, culturais do turismo e a saturação provocada aos visitados pertencentes, principalmente, aos do Terceiro Mundo.

Começa-se a ter consciência que se vive um turismo que, por um lado, oferece em destinos longínquos os padrões de conforto dos países ocidentais, em instâncias onde os veraneantes são na quase totalidade europeus, permitindo um consumo exótico quanto baste, o que Krippendorf já chamou o *síndrome de zoo*. Mas por outro lado "(...) os viajados são negligenciados (...), praticamente não manifestam a soberania do seu poder sobre o mercado (...) no início do desenvolvimento turístico, a população autóctone faz e aceita tudo o que pedem os promotores estrangeiros, seu próprio governo e até mesmo os comerciantes locais. Acredita-se nos processos e tudo parece cor-de-rosa" (Krippendorf 1989 : 91).

No entanto, para Khader este fenómeno não se verifica apenas nos chamados países de Terceiro Mundo, apresentando os resultados de um inquérito desenvolvido numa aldeia suíça transformada em destino turístico massificado, onde os residentes consideram que o turismo provocou as seguintes alterações:

- a) as pessoas só pensam em dinheiro (79%)
- b) o espírito comunitário desapareceu (53%)
- c) existem demasiados estrangeiros (46%)
- d) o aspecto da localidade está desfigurado (54%)
- e) a coesão familiar degradou-se (44%)

- f) a paisagem está desfigurada (44%)
- g) só uma minoria beneficiou do turismo (26%)

A leitura dos resultados demonstra como os interesses financeiros sobressaem, bem como um afrouxamento das relações sociais e familiares e por um elevado desconforto em relação à concentração turística que é visível e às alterações físicas da paisagem e do urbanismo (Joaquim 1994).

Este exemplo explicita claramente as profundas alterações que as regiões e locais de acolhimento sofrem por um turismo massificado e internacionalizado.

No início dos anos 80, com o culminar da I Conferência Internacional da OMT, realizada em Manila, com a participação de 107 países, dão-se os primeiros passos para um Turismo Alternativo, um Turismo Nacional, em que a sua promoção tem como base a diversificação dos produtos turísticos e as potencialidades do seu país.

É o período em que se toma consciência por parte das autoridades responsáveis que, para fazer desenvolvimento ou dinamizar a actividade turística é necessário otimizar a utilização qualitativa dos recursos turísticos , criar estruturas e infra-estruturas; bem como valorizar, proteger e preservar todo o conjunto de património cultural, artístico e histórico do país. Isto é promover turismo interno com base na diversificação dos produtos turísticos e sobretudo em espaço rural.

Produtos turísticos esses que, segundo Davidson , distinguem-se dos de turismo de massa, pelos seguintes aspectos :

- a) usam os recursos que pertencem e/ou são geridos pelas comunidades de acolhimento,
- b) traduzem-se em empresas de pequena dimensão,
- c) privilegiam o contacto directo entre as populações locais e os visitantes, enfatizando o entendimento mútuo e igualitário entre ambos,
- d) caracterizam-se pela autenticidade,

e) as actividades turísticas assentam nas potencialidades locais.

Os anos 80 são marcados por uma preocupação centralizada em esforços na promoção da autenticidade e no apelo à identidade cultural das comunidades e regiões de acolhimento; bem como em definir estratégias centralizadas num turismo interno.

No entanto, nos fins dos anos 80 , a problemática do turismo foi protagonista de novos desenvolvimentos, em que houve um certo *abandono* na abordagem restritiva da autenticidade do espaço rural e do turismo interno, por uma abordagem global ligada à emergência de um turismo responsável.

Esta nova abordagem deve-se à realização de um Seminário Internacional em Tamarrasset em 1939, pela Organização Mundial de Turismo, em que é avançado uma definição de turismo responsável. "Turismo responsável diz respeito a todas as formas de turismo que respeitem os patrimónios natural, construído e cultural das sociedades de acolhimento e os interesses de todas as partes envolvidas: habitantes, hóspedes, visitantes, indústria, governo(...)" (Lanfant 1991: 4).

Apesar de uma nova estratégia política de turismo e nova conceptualização, turismo responsável/alternativo, não foi dada a resposta da problematização do turismo de massa e do assentuado crescimento turístico internacional. Como afirma Krippendorf "(...) muitos são ainda os descuidados que dão continuidade ao processo, sem nada modificar no mesmo, de acordo com o lema : cada vez mais, cada vez maior, cada vez mais rápido, cada vez mais longe ( Krippendorf 1989 :19).

A atracção pelo lucro, leva à criação de centros turísticos, em que se perde no dia a dia a aparência natural / histórica e cultural das regiões em causa, em que o seu povo deseja libertar-se dessa massificação turística, e poder voltar a considerar a região onde vive como o seu próprio espaço vital, a sua pátria, assumindo o seu próprio destino, determinar pessoalmente o próprio desenvolvimento, dele participado e sustentado.

De facto para se alcançar desenvolvimento, passando ou não pelo turismo, é necessário recorrer a um padrão participativo de desenvolvimento. Contudo, o consenso é relativo, dada a ambiguidade referente ao conceito de participação.

Os autores Gran, Oakley e Marsden consideram participação como um processo de aumento de poder dos despojados e dos excluídos (Ghai 1991). Este conceito baseia-se no reconhecimento das diferenças do poder político e económico entre grupos e classes sociais. A participação é interpretada como implicando um aumento do poder das massas de despojados. Os seus principais elementos, tem sido definidos como afirma Dillon e Steifel como a “partilha do poder e dos recursos, os esforços deliberados dos grupos sociais para controlar os seus destinos e melhorar as suas condições de vida e a criação de oportunidades a partir de baixo” (Ghai 1991: 6).

A participação, neste sentido, necessita da criação de organizações que sejam democráticas e independentes para assegurar um desenvolvimento sustentável, como um processo de mudança, no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, o desenvolvimento tecnológico e institucional são perspectivados em consonância com as necessidades do presente e do futuro.

Assim, é possível criar-se um turismo sustentável / responsável, que assente numa sustentabilidade ecológica, que garanta a compatibilidade entre o desenvolvimento e a manutenção dos processos ecológicos essenciais. Uma sustentabilidade social e cultural, assegurando o desenvolvimento, e garantindo a cultura e os valores das pessoas por ele afectadas e mantendo a identidade cultural, e uma sustentabilidade económica, em que o desenvolvimento económico seja eficiente para manter as gerações presentes e futuras.

A ideia perfilhada na reunião desenvolvida pela Academia Internacional para o Estudo do Turismo, na Polónia em 1989, em que tinha como tema formas alternativas de turismo ou o turismo responsável, em que se defende que as

noções de integração e desenvolvimento sustentável, serão as linhas mestras na condução da actividade turística no futuro.

## 1.2 TURISMO : OS SEUS PRIMEIROS PASSOS

“A sociedade humana sempre se tem encaminhado manifestamente, no sentido de garantir a sua subsistência e estabilidade, tentando conciliá-las com a satisfação de necessidades individuais mais amplas para alcançar a sua plena realização e felicidade” (Baltazar 1994: 46).

A cultura humana estruturou-se durante milhões de anos de deslocações, resultantes da caça - recollecção. Todavia, à medida que o homem foi dependendo cada vez menos dessa prática (desenvolvimento da actividade agrícola e pecuária), tornou-se um sedentário, egocêntrico e desconfiado em relação aos outros.

No entanto, o desejo de *temperar* a monotonia do ficar do quotidiano com o do viajar, mesmo que fosse por pouco tempo (Neto 1995), é algo que esteve sempre inerente à própria natureza humana. Embora essa satisfação, durante décadas, estivesse reservada apenas a alguns privilegiados, entre os quais os peregrinos de ordens religiosas e os estudantes, que na antiguidade clássica com as viagens de ordem intelectual assumiram grande relevo, particularmente na Grécia.

Nos Estados organizados do mundo antigo ( Europa, Ásia, América do Sul) sentiram a necessidade de dar resposta aos viajantes, como tal criaram rotas facilmente transitáveis. Nos portos e ao longo das estradas surgiram os antecessores dos actuais hotéis, estabelecimentos públicos e privados embora controlados pelo Estado e mantidos por instituições religiosas (Neto 1985). Tendo elas desempenhado um papel fundamental na Idade Média após a

decadência do Império Romano , que mais tarde foi alvo, conjuntamente com as cidades gregas de grande interesse turístico do renascimento.

Viajar, continuava a ser a oportunidade só para alguns, realçando-se os nobres e seus acompanhantes formando pequenas comitivas. Os restantes limitavam-se às leituras, onde eram feitas descrições por vezes exactas, outras exageradas e fantasiosas, das descobertas e conquistas de Portugueses e Espanhóis.

Mais uma vez é patente que, em todas as épocas, há curiosidade e um sentimento um tanto nostálgico quanto aos países longínquos, que estão no topo das necessidades básicas do homem, da célebre escada de degraus do psicólogo Maslow, em que todo o ser humano estabelece contactos com outros seres humanos, culturas/civilizações, adquirindo um refinamento das necessidades intelectuais e de repouso, atingindo uma auto - realização e uma expansão pessoal.

Esta necessidade teve grande impacto, quando os jovens da aristocracia inglesa e de algumas famílias burguesas abastadas viajavam a Paris e à Costa Mediterrânea como complemento da sua educação, ou seja quando realizavam o *the Grand Tour* , cuja institucionalização levou ao aparecimento da palavra *turista*, que designava aquele que fazia *the Grand Tour* e ao aparecimento da palavra *turismo* que significava a teoria e a prática da viagem por prazer (Baltazar 1994).

No entanto, como afirma Lawrence "(...) foi com a revolução industrial e a génese das classes burguesas nos séculos XVIII e XIX que forneceram ao processo turístico ao seu mais importante ímpeto, através da importância dada ao lazer, à viagem, ao bem estar e à cultura material" ( Ramos 1996: 85). De facto, como defende Lanquar "l'homme voyage depuis des millénaires, mais le concept de tourisme n' a été inventé qu' à la fin du XVIII siècle en Angleterre, alors en proie aux changements de moeurs et des valeurs provoqués par la révolution industrielle" (Ramos 1996: 85).

---

Continuava o lazer apanágio para alguns, em que a viagem constituía um poderoso símbolo de estatuto social, estendendo-se só às classes dominantes nos fins do século XIX e à classe média no inícios do século XX.

Esta acessibilidade da classe dominante e da classe média nos últimos dois séculos deve-se a diversos factores, dos quais iremos focalizar alguns;

- a) À grande expansão de circuitos em caminho-de-ferro e das viagens para locais turísticos utilizando o mesmo meio de transporte,<sup>1</sup>
- b) À revolução Industrial e os seus reflexos económicos e sociais, com a criação de redes hoteleiras, o interesse das viagens marítimas, o aparecimento do turismo automóvel em 1904 e o surgimento de organizações do turismo no continente europeu,
- c) Ao início das carreiras de turismo aéreo, em 1919, à criação da União Internacional de Organismos de Propaganda Turística, em 1924, e à realização do I Congresso Turístico de 14 países europeus,
- d) À elaboração de pacotes turísticos que inclui a venda da viagem e o seguro de viagem, por rotas e áreas turísticas,
- e) Ao desenvolvimento da fotografia e à massificação do cinema que permitiram ver a imagem à distância. A viagem a um país estrangeiro converteu-se numa confirmação da imagem prévia e suprimiu-se o medo e a insegurança do desconhecido e o contacto com o nativo.
- f) Ao melhor nível de instrução, e maior acesso ao ensino, as pessoas estão mais predispostas à viagem, dado haver um maior interesse por parte do estudante na busca de novos elementos culturais, de novas descobertas, de novos conhecimentos. Conjugando-se a outro factor, o da concentração urbana, dada a excessiva industrialização e urbanização, que levava ao abandono dos centros urbanizados e do retorno à natureza.

---

<sup>1</sup> Cook em 1841, alugou o seu primeiro comboio para transporte de turistas, o que contribuiu para a primeira intervenção de um agente na compra de bilhetes de comboio para a viagem organizada.

---

Outro factor impulsionador da actividade turística foi, sem dúvida, o papel desempenhado pelos movimentos sociais na reivindicação da diminuição das horas de trabalho e do direito ao tempo livre. Em 1936 encontravam-se catorze países ocidentais com uma legislação geral sobre férias pagas. Esta concerne sobretudo aos países industrializados e prevê férias com duração mínima de seis dias úteis.

Assim, o Estado passava a desempenhar um papel fulcral nas questões do lazer e do turismo, que conjuntamente com outros factores políticos, sociais, económicos e tecnológicos, que a sociedade industrial viabilizou foram determinantes para a mobilidade de grandes massas, bem como uma liberdade de opção.

Deste modo, " (...) a sociedade humana, tão sedentária, até recentemente, pôs-se em movimento (...) o prazer de viajar, outrora reservado a alguns privilegiados, é hoje experimentado pela grande massa" ( Krippendorf 1989: 15).

A sociedade foi causa e consequência para *impor* ao homem mais tempo livre, não em casa, mas sim longe do universo quotidiano, desfrutando dos diversos tipos de lazer , em que a distância foi encurtada através das vias e meios de comunicação.

Com a viagem permitiu-se o reencontro do ser humano consigo próprio e, também, numa forma de compreensão por tudo o que falta no quotidiano. Dado que o ritmo alucinante da vida quotidiana, aliada à insatisfação profissional, à impessoalidade de relações e à repressão de sentimentos, gera-se o stress, o esgotamento físico e psicológico, os quais o ser humano precisa de ultrapassar (Baltazar 1994).

Estava-se perante uma vivência propícia para o desenvolvimento da industria turística, com uma dinâmica própria com os seus primeiros congressos, suas exposições, organizados numa escala nacional e internacional.

Era o fio condutor para os anos 50, em que o turismo começa a ser analisado como um fenómeno social, inserido no contexto da Sociologia do

Lazer, dos Tempos Livres e da História da Viagem. Desenvolve-se então um campo de estudos empírico / operacionais nas áreas do ordenamento turístico , estudos de marketing turístico ... ocorridos no perfil e nas necessidades dos visitantes, e o turismo internacional começa a crescer.

Crescimento este, que permite o turismo ser o maior sector do mundo actual, contribuindo com 5.5% para o Produto Nacional Bruto (P.N.B.) mundial, estimulando economicamente áreas diferentes, por intermédio do aumento da actividade empresarial e das oportunidades de emprego consequentes, contando hoje com mais de 100 milhões de postos de trabalho em todo o mundo (Rita 1995a).

O turismo internacional cresceu a uma taxa global de 7.3% panorama nas últimas quatro décadas, de 2.5% milhões em 1950 para 456 milhões em 1990, (Wanhill 1995) prevendo-se que até ao fim da década registe taxas de crescimento reais entre 4.3% e 5% e a criação de 33 a 35 milhões de novos postos de trabalho (Rita 1995a ). Crescimento que ao longo das quatro décadas não foi constante, sofreu flutuações, resultado de choques e ciclos na economia mundial, devido a factores de ordem social, político e cultural.

Os eventos políticos, os encontros militares, o terrorismo e todos os factores de forma mais ou menos directa que estão relacionados com os ciclos de desenvolvimento económico, são causadores da quebra das taxas de viagens internacionais, desses países de destino.

A título de exemplo, o período de rápida expansão no número de viagens dos americanos verificada até 1985 coincidiu com um acelerado crescimento económico e uma valorização do dólar, enquanto que 1986 marca o início de um período menos favorável e de um dólar enfraquecido.

Mas se a Europa na década de 80 desceu significativamente os seus valores, devido às despesas a preços constantes de alguns dos seus países emissores tais como: Alemanha, França, Bélgica e Holanda;, no início da década de 90 aumentou seus valores à custa da África e do Médio Oriente, como

consequência da Guerra do Golfo. Outra situação a salientar, foram os acontecimentos na Jugoslávia que, resultaram na eliminação de excesso de capacidade de outras instâncias do Mediterrâneo. (Wanhill 1995)

No entanto, houve períodos que o valor global de negócios decaí de forma acentuada. Em meados da década de 70, em virtude da crise mundial do petróleo, todos os países receptores foram afectados; mas conseguiu-se recuperar o suficiente para atingir em 1980 os valores que eram esperados pelas previsões feitas em 1970, Novamente em princípios da década de 80 assistiu-se a uma nova quebra do crescimento, mas novamente o turismo recuperou, atingindo 456 milhões, valor para além do esperado (410 milhões) .

Os protagonistas das chegadas internacionais de turistas, até ao ano 2000 prevêem um total de 660 milhões de turistas, sem ter em conta as circunstâncias económicas mundiais. Pois, como é verificável, o turismo tem resistido e a sua indústria já demonstrou a sua elasticidade perante os diversos problemas mundiais. O que nos leva a questionar, como se tem conseguido essa elasticidade. A resposta não parece fácil, no entanto há consciência que foi e é através de um conjunto de factores de diversas ordens e uma articulação constante entre a procura e a oferta, que permuta a industria turística demonstrar essa elasticidade. Principalmente na últimas quatro décadas, onde havia maior crescimento e uma maior diversidade na procura/oferta turística. ( Wanhill 1995)

Os anos 50 representam um marco histórico para o turismo internacional, sendo patente na populações dos diversos países emissores as férias constituírem uma necessidade básica, ou seja encarada como uma despesa de consumo. As férias eram amplamente centradas à volta da tradicional pausa de Verão, numa estância costeira, onde predominava a dicotomia sol e praias.

Contudo, com a afluência de chegadas , os períodos de férias mais longos, e o aumento da centralização de pessoas, vieram proporcionar um aumento de segmentação de mercados. Ou seja, os governos e todas as entidades responsáveis, tomaram consciência que se estava a atravessar um novo período

histórico do turismo, passando não só pelo turismo internacional, como principalmente pelo turismo nacional, dando maior importância às diversas potencialidades dos seus próprios países.

Os operadores turísticos responderam à mudança das preferências dos consumidores, diversificando a sua oferta de produtos, que contribuiu para gerar mais negócios em diversas épocas do ano. Valorizaram-se as mini-férias e as férias de fim de semana, tanto para o turista estrangeiro, como para o do próprio país; não como intuito de substituir as férias grandes, mas sim como complemento destas.

Principalmente o turista europeu, cria um novo hábito, fazer turismo, para gozar dos recursos naturais, históricos, culturais e arquitectónicos dos países e regiões de recepção.

Perante esta situação, nas últimas décadas, as cidades e outras localidades revitalizaram-se para dar resposta ao novo fenómeno, com a colaboração das autoridades locais que reconheceram a sua região de destino turístico.

Foram criadas áreas comerciais, infra-estruturas, estruturas e equipamentos conjugados à formação profissional especializada para satisfazer quanto possível o visitante e perspectivar positivamente a região para o exterior, proporcionando uma melhoria na base económica que permita promover as artes, os eventos culturais, reviver o tradicional e outras formas de entretenimento.

Pouco a pouco as localidades têm vindo a desenvolver meios para dar resposta também às viagens de negócios, através de exposições, conferências, congressos, como afirmou o Presidente da Câmara de Serpa, "...cada vez mais estamos a promover um turismo de qualidade, direccionado não só para o turismo nas diversas modalidades do TER, como também para viagens de negócios e realização de congressos, ainda no passado mês de Maio realizou-se em Serpa um Seminário Internacional, assente na temática - A Revitalização do Mundo Rural e o Ordenamento do Território. E tenho conhecimento que outros

concelhos, também tem tido essa preocupação”. Mais uma vez é patente a articulação entre a oferta e a procura turística, que de certa forma têm contribuído para a tal elasticidade.

Outro factor impulsionador no crescimento e mudança no turismo, nas últimas décadas, foi o crescimento tecnológico. O aparecimento dos computadores, fax, telefax, tornou possível a reserva imediata e sua confirmação, permitindo em poucos minutos seleccionar outros produtos. O avanço tecnológico em termos audiovisuais, proporcionou a criação de vídeos sobre diversos roteiros turísticos, fotografias de habitat *sui generis* para complemento de folhetos e brochuras promocionais. Cria-se um interesse acrescido para conhecer, não secundarizando o desenvolvimento dos diversos meios e vias de transporte, que tornaram possível as longas distâncias aproximarem-se das pequenas e provocar uma queda assentado do custo real das viagens.

De facto, para se alcançar nas últimas quatro décadas a notável taxa de receitas turísticas ( Taxa Média 12%), foi imprescindível uma constante coordenação, cooperação e parceria tanto ao nível nacional como internacional. Internacionalmente destaca-se o desempenho prestado pela Organização Mundial de Turismo (O.M.T.), em termos nacionais, essa parceria deve ser mais vincada, principalmente quando a importância do turismo na economia de um país é notável, existindo um envolvimento constante entre o sector público e privado. (Rita 1995b)

Portugal é título de exemplo, pois cada vez mais há uma preocupação na articulação e envolvimento entre sectores, tanto públicos como privados. No anterior governo, havia um Ministério do Turismo, que de certa forma isolava a problemática do turismo. Actualmente, essa situação está a ser ultrapassada, pois como afirma Jaime Andréz “ O mais importante é garantir que o Governo no seu todo funcione a favor do turismo e isso não se constrói com um ministério do turismo. Este acaba por desviar a atenção para um tratamento isolado de toda uma estratégia de turismo.(...) há que articular a transversalidade do turismo em

todas as áreas que tutela e iniciar este exercício no âmbito do Ministério da Economia. O turismo é reforçada porque pertence a um Ministério mais forte do que o anterior, que tutela a política económica do país e reforço, ainda mais esta visão global de articulação económica(...)" (Andrés 1997:65).

Seguindo-se esta linha estratégica, pode-se afirmar que há uma série de sectores públicos a trabalhar para a industria turística; tanto a nível de departamentos do comércio e industria, transportes, como a nível da educação / formação profissional, meio ambiente, entre outros. Todavia, as alterações estratégicas não couberam somente ao poder central, pois também o poder autárquico e outras entidades regionais e locais, tiveram importantes tomadas de decisão, com base na nova política de regionalização. Com o intuito de dar um crescente ênfase à sustentabilidade do desenvolvimento, de forma a que o turismo não esgote os recursos naturais e culturais dos seus agentes, pondo em causa as gerações futuras.

Esta preocupação tem sido sentida por diversos países para se evitar o ocorrido em tempos passados. Como refere De Kadt " no passado, um certo número de estâncias do Mediterrâneo descobriu sua custa, a falta de envolvimento público no turismo, ao verificar-se a construção em excesso , por parte do sector de alojamento, já que esta tende a ser a actividade que dá mais ganhos, quando há substancialmente lucros a curto prazo a ser feitos nos primeiros estádios de desenvolvimento. Esta construção faz-se muitas vezes à custa da qualidade estética da paisagem natural e também pode, quando incide numa cidade ou vila já existentes, despedaçar o estilo de vida da comunidade local" (Wanhill 1995: 23).

Em suma, durante séculos, o turismo foi uma realidade constante na sociedade, apesar de até aos fins do século XVIII ter sido só para alguns. Hoje esse fenómeno não é encarado simplesmente como um fenómeno social , mas sim como factor de desenvolvimento para muitas das regiões deprimidas.

Para tal, é imprescindível um turismo alternativo, como referiu Amaro numa conversa informal, ” (...) um turismo em que tem como protagonistas as comunidades de acolhimento , devendo propiciar aos visitantes estadias acolhedoras marcadas pela diferença e pela autenticidade. Trata-se de um processo onde a articulação entre a mobilização de base endógena e a condição local dos processos exógenos , marca claramente a diferença.

### **1.3 TURISMO NACIONAL**

O turismo em Portugal, no decorrer de várias décadas, acompanhou o que se ia passando pelos outros países europeus, como testemunha a obra *O Guia de Portugal* de Raul Proença, publicado em 1924, e outras elaboradas por viajantes ao nosso país, dando contributos para a nossa literatura de viagens.

No entanto, só se pode falar realmente em turismo em Portugal, no início do século XX, aquando da criação do primeiro organismo oficial do turismo - Conselho de Repartição de Turismo do Ministério do Fomento, resultado da realização do IV Congresso da Federação Franco-Hispano-Potuguesa, em 1911. Este período foi marcado também pela criação da Sociedade de Propaganda Nacional, uma associação privada, tendo como intuito contribuir para a institucionalização do turismo nacional, valorizá-lo e inseri-lo na comunidade internacional.

A conjugação de esforços entre as duas organizações turísticas veio, de certa forma, contribuir para o desenvolvimento e promoção de certas zonas / regiões com a implementação de estâncias turísticas, como foi o caso das termas de Monchique, praias, com a Rocha, Cascais, Estoril, desfrutadas por um número considerável de pessoas, pertencentes às classes sociais mais elevadas, quer portuguesas, quer estrangeiras. Situação esta que pode ser comprovada através da obra *Guia de Portugal* quando refere, no primeiro volume, a existência

de 106 obras de viajantes estrangeiros que descreveram a sua estadia ou passagem por terras portuguesas.

Todavia, com o surgimento do Estado Novo e o poder de Salazar, o turismo passa por um período de estagnação. "Enquanto entre duas guerras se vive em pré-período de expansão do turismo europeu, Portugal retrocede claramente nas estratégias do sector definido durante a República, tornando-o inclusivamente alvo da moralização dos poderes públicos por propiciar *indecentes posturas* ; assim como alvo de vergonha nacional para apelar à preguiça" (Joaquim 1994: 65).

Assim, esta época foi caracterizada pela quebra notável de iniciativas de desenvolvimento turístico, e pelo reduzido número de publicações de obras e artigos sobre a temática. Todavia, houve uma tentativa para revitalizar esse fenómeno, através da realização do I Congresso Nacional de Turismo, em 1936, em que se afirma: " (...) o congresso é uma obra sincera e lealmente portuguesa, que pretende contribuir para divulgar o país, não só no campo espiritual, mas também no campo económico, desenvolvendo e aperfeiçoando essa grande indústria moderna que é o turismo" (Pina 1988: 81).

No decorrer da década de 50, dá-se uma alteração nas políticas do turismo, fruto de uma série de episódios que fazem a história, " (...) vergando Salazar à concessão do seu decisivo aval - sob o pretexto de que, se a comunidade internacional o havia atirado para a Guerra Colonial, seja justo que a mesma, turistando pelo país, contribuiu-se para o seu custeio " (Pina 1988: 169).

Estavam dados os primeiros passos para que os europeus iniciassem a visita e descoberta ao nosso país, a criação de infra - estruturas adaptadas às exigências da procura, ou seja, a um turismo que desempenhasse um papel preponderante na economia portuguesa, sem que surgissem situações de dependência preocupantes.

O turismo começou a ser um dos factores de mudança que mais facilitou a abertura da sociedade tradicional portuguesa para o mundo contemporâneo. Ele

chegou na altura própria para superar os efeitos de uma das crises cíclicas da economia algarvia, em que quase não foram sentidas consequências da degradação da agricultura de sequeiro e do quase desaparecimento da indústria transformadora dos produtos primários locais. Deste modo assistiu-se à criação de novos empregos prestigiados e relativamente bem remunerados, fazendo esquecer a situação de dependência em que estava a economia da região (Neto 1985).

Mantinha-se uma preocupação quanto à defesa do património histórico, cultural e arquitectónico da região, preocupação cuidada a nível de estruturas de alojamento e restauração. Contudo, ficava-se aquém em termos de infra-estruturas e a um correcto ordenamento territorial, fenómeno que hoje ainda é bem visível.

Mas se inicialmente o turismo foi encarado como o motor de arranque para o desenvolvimento de algumas regiões, pouco a pouco, deu-se uma quebra na concretização dos objectivos propostos. Isto é : antes vigorava o respeito pela diversidade das zonas locais e criteriosamente articulado com a Política de Desenvolvimento Regional do país. Período histórico em que as suas principais características sócio-económicas radicavam na mobilidade social, na interacção de indivíduos e grupos sociais, no processo de comunicação, na criação de riquezas e de postos de trabalho, nas leis de oferta e da procura e na problemática do desenvolvimento; sem renegar para segundo plano “ (...) como grande veículo de contacto de culturas, o instrumento privilegiado das relações interpessoais entre nós e os outros” (Ramos 1996: 84).

Actualmente deixa de ser encarada como actividade enriquecedora da condição humana, que proporciona de forma consciente e responsável o desenvolvimento de algumas regiões do nosso país, e torna-se um fenómeno de massa direccionado simplesmente para a vertente economicista em que o valor *ter* ultrapassa o valor *ser* .

Estava-se perante uma situação em que o mar e o sol eram os objectivos do turismo e o bronzeado um sinal exterior de riqueza, tinha-se uma indústria da diversão e do prazer, uma indústria das agências de viagens, dos estabelecimentos comerciais - alojamento, restauração, diversões ..., das empresas de construção, dos souvenirs ...

Todos estes ramos de actividade aspiravam e aspiram por uma rentabilização máxima, em que visam antes de mais nada o crescimento do volume de vendas e não o desenvolvimento a longo prazo de um turismo harmonioso. Seria ingenuidade censurá-los, pois agem de acordo com os princípios reconhecidos do livre comércio, dinamizando as regiões onde dominava o binómio sol / praia.

Apostava-se na litoralização do turismo, face às condições climáticas e estratégicas, determinada por uma sazonalidade em que os meses mais procurados pelos turistas eram, os de Julho, Agosto e Setembro, sendo por efeito, a afluência muito baixa no Inverno, o que poderia levar a algumas consequências graves no sector económico e social. O que seria ultrapassável, dado que se esperava que os pólos atractivos (zonas de sol / mar) que se transformassem em zonas fulcrais de desenvolvimento económico, que por difusão, disseminassem este crescimento pelas regiões limítrofes, economicamente mais atrasadas, o que realmente não sucedeu.

Nesta linha de acção, o objectivo residia na maximização das receitas sem ter presente a vertente qualitativa nem os consideráveis impactos negativos. Apostava-se essencialmente na quantidade, em que a preocupação central do turismo era a economia, e não ser o humano.

Com o decorrer de um novo regime, inicia-se uma nova preocupação nas novas políticas governamentais, traduzidas ao nível de uma diversidade e selectividade na procura turística <sup>2</sup> e de uma maior qualidade na sua oferta <sup>3</sup>, em

---

<sup>2</sup> “A procura turística compreende dois sectores: internacional e nacional. Os turistas internacionais são visitantes internacionais que permanecem pelo menos 24 horas, mas não mais que um ano, no país visitado.

que se toma consciência da criação de um turismo assente num crescimento económico controlado, sem dominar a economia local / regional. Devendo-se respeitar os visitantes e visitados, com a colaboração dos operadores turísticos na elaboração de roteiros assentes em férias harmoniosas e satisfatórias.

Estas novas políticas governamentais também vieram contribuir para a mudança de mentalidade por parte dos turistas. “ O sinal exterior de riqueza já não é o bronzeado(...), mas ficar por exemplo, em Paris em Agosto, longe da multidão. É procurar a chuva do Norte em vez do sol do Sul. (...) tentava-se marcar a década de 80 com a viragem para o turismo de qualidade. O fim de semana cultural torna-se num hábito e os guias imprescindíveis. O tempo perdido no transporte passa a ser ganho na descoberta tanto de paisagens como de monumentos ou de gastronomia regional” ( Machado 1997: 4).

Mas se até à entrada de Portugal na União Europeia, as medidas estratégicas para um turismo harmonioso já eram patentes, dependentes de um conjunto de políticas governamentais meramente internas; a partir de então, essa preocupação é mais notável, dado seguir-se não só as políticas internas como também passar-se a obedecer a várias decisões e abordagens defendidas pelos países - membros. Veja-se, por exemplo, como testemunha um dos documentos da CEE, em que aborda o fenómeno turismo contextualizado na problemática do Desenvolvimento Sustentável.

O turismo é um elemento importante da vida social e económica da Comunidade Europeia. Reflecte as aspirações legítimas dos indivíduos, no sentido da procura de novos lugares e culturas diferentes, bem como do benefício de actividades de ócio longe do local habitual de residência ou trabalho.

---

Os turistas nacionais são visitantes nacionais que permanecem pelo menos vinte e quatro horas, mas não mais que um ano, no destino visitado no país onde residem” (Rita 1995b: 7).

<sup>3</sup> “No lado da oferta, o turismo compreende cinco sub - sectores principais: 1- atracção, 2- alojamento, 3- transporte, 4- organizadores de viagens, 5- organizações do destino turístico” (Rita 1995b: 7).

A actividade turística é igualmente um importante valor económico de muitas regiões e cidades da comunidade e tem uma contribuição especial a dar para a coesão económica e social das regiões periféricas. Ela representa um bom exemplo de relações fundamentais que existem entre o desenvolvimento económico e o ambiente, com todos os benefícios, tensões e conflitos potenciais associados. Se forem bem planeados e geridos, o turismo, o desenvolvimento regional e o ambiente podem evoluir paralelamente.

A Comunidade Europeia apoia o turismo através dos investimentos que faz nas infra-estruturas necessárias. Pode ainda facilitar os contactos com outros interesses. Mas, o princípio da subsidiariedade e o espírito da responsabilidade repartida implicam, em termos práticos, que a tarefa de reconciliação e manutenção de um equilíbrio sustentável entre a actividade turística, o desenvolvimento e a conservação dos valores naturais e culturais, caibam no essencial, a outros níveis que não o comunitário, isto é, aos Estados - Membros, às autoridades regionais e locais; à própria indústria turística e aos turistas. (CEE 1992)

Com base nesta retrospectiva histórica, põe-se em evidência, ainda que de forma sumária, que o turismo não se assume em formas estáticas, pois beneficia de novas políticas, de novas formas de estar e de viajar, proporcionando sempre a procura de novas concepções de turismo, que permitem o desenvolvimento em regiões mais carenciadas .

Nas últimas quatro décadas, o turismo tem caminhado como um fenómeno de impacto não só ao nível económico, mas também sociocultural, através de um entendimento entre povos de nacionalidades e culturas diferentes; e a nível ambiental através de uma relação estreita entre o meio ambiente, por meio de conservação de áreas naturais, preservação de locais e monumentos de interesse arqueológico e histórico.

## PROCURA E OFERTA TURISTICO

Em termos mundiais, tem-se evidenciado uma evolução dos principais indicadores relacionados com a actividade turística e do lazer<sup>4</sup>; não sendo excepção o nosso país. Como refere Alexandre Relvas<sup>5</sup>, “o produto gerado pelo sector é claramente superior ao da agricultura e pescas, construção civil e obras públicas, pasta de papel, produto conjunto dos têxteis, vestuário e calçado” (Relvas 1997: 68). Desde 1993 que as receitas globais do sector têm evoluído positivamente, situação que prova a importância estratégica do turismo na economia portuguesa, bem como o impacto da sua evolução em diferentes sectores de actividade, a chamada transversalidade.

Fenómeno que de certa forma é resultado de uma preocupação com a procura turística, a duração da estadia do visitante, a área de origem e o motivo da sua visita. Não secundarizando o próprio produto turístico, que ao contrário dos produtos tangíveis, é produzido pelos fornecedores no momento que é consumido pelos clientes. Logo não é fácil de prever, acarretando maior dificuldade em satisfazer as necessidades do turismo na sua totalidade. Todavia, a oferta turística tem sido alvo de maior atenção, pelo facto do surgimento de factores negativos resultantes das actividades turísticas nos espaços e nos ambientes onde estas ocorrem.

Todos eles são de facto eixos fundamentais para o desenvolvimento do turismo. Como tal, são uma preocupação constante por parte do governo e todos

---

<sup>4</sup> “Segundo dados oficiais, para o último ano, foram contabilizados mais de 9 milhões de turistas estrangeiros, quando no início da década de 80, este número não atingia os 3 milhões de turistas. Este significativo crescimento, superior às medidas europeia e mundial, acompanhando por uma evolução positiva do turismo interno, tem vindo a reflectir-se na crescente importância macro - económica deste sector na economia portuguesa, quer nas contas externas, com o saldo credor a compensar em média mais de 1/3 do défice da Balança Comercial, quer no Emprego, representando cerca de 5% da população activa, quer ainda no B.I.B.; com participação superior a 8% na produção nacional” (Silva e Silva 1995: 48).

<sup>5</sup> Ex-Secretário de Estado do Turismo.

um conjunto de entidades responsáveis, tanto a nível nacional como internacional.

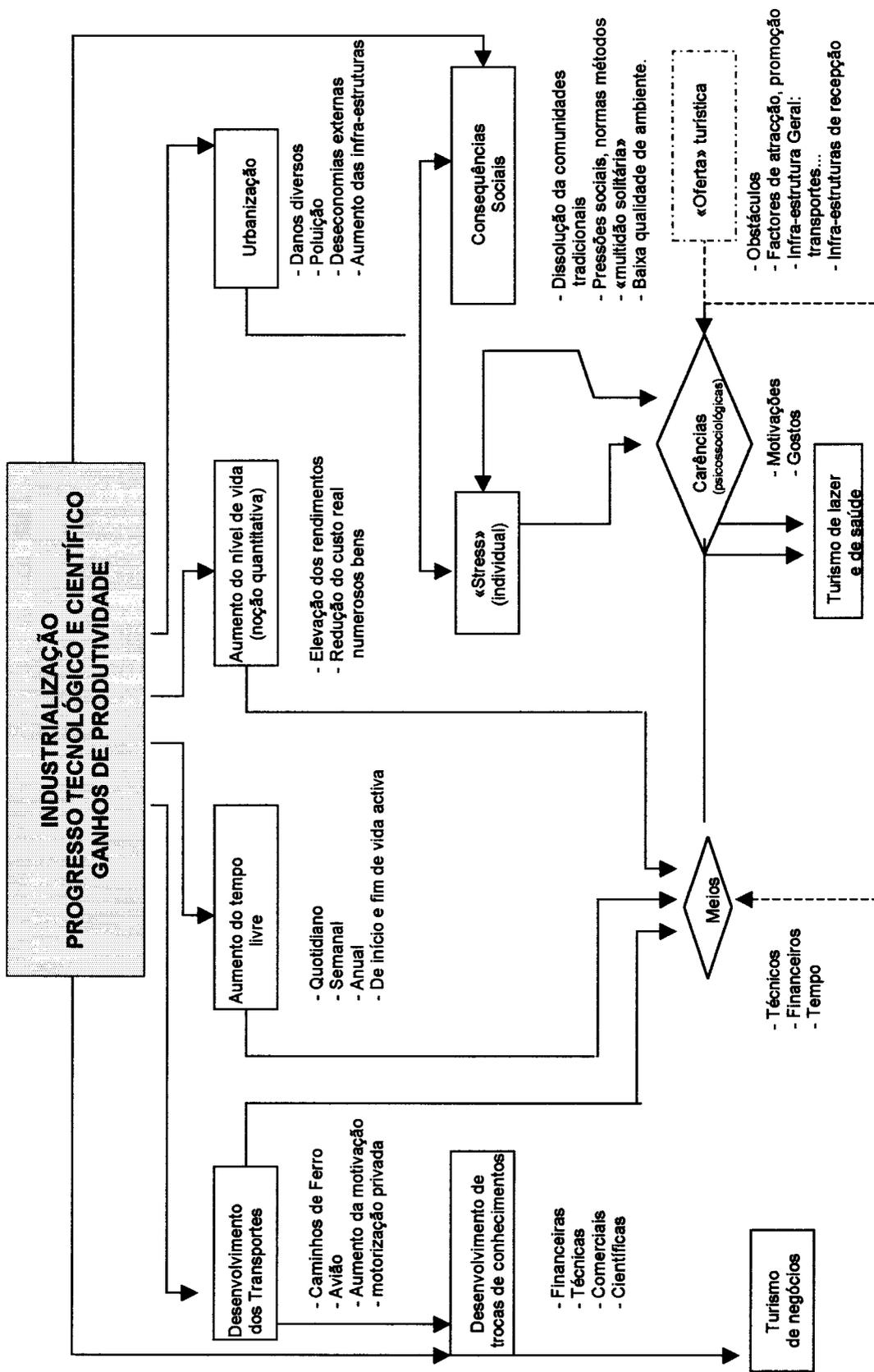
No caso da procura turística, a maior preocupação assenta nos principais factores que a influenciam. Pois, apesar dos factores já referenciados, fruto da industrialização, do progresso técnico-científico, da rentabilidade da produtividade (redução de horas de trabalho, mais tempo livre, desenvolvimento dos transportes e meios de comunicação, um crescimento do nível de vida e à urbanização; o que veio trazer mais stress e consequências sociais, entre outros) (ver Gráfico I).

Para melhor compreendermos a preocupação das entidades quanto à diversificação de factores influenciadores, devemos salientar os dois tipos de procura, a potencial e a real. A primeira é constituída pelo número de pessoas que preencham as condições básicas para viajar e , portanto, estão em condições de o fazer. A segunda representa os que efectivamente viajam para um determinado destino turístico (Baptista 1990).

A procura turística não representa um grupo homogéneo de pessoas que procuram viajar estimuladas por idênticas motivações. De facto, é constituída por um conjunto de variáveis, por vezes conflituosas, como sejam desejos, necessidades, gostos, simpatias e antipatias. A estratificação da procura não obedece a padrões sistemáticos como sejam racionalidade, local de residência, de ocupação, estrutura familiar de nível social, nem depende da idade ou do sexo. Todos estes diversos elementos contribuem para definir significativamente linhas gerais ou parâmetros de segmentos sociais que constituem a procura potencial. (Baptista 1990)

Compreende-se assim a inegável complexidade da procura turística, cabendo aos responsáveis, delinear diversas estratégias, bem como haver uma preocupação acrescida por parte das regiões receptoras, potencializando eficazmente os seus recursos.

**GRÁFICO I - Os Principais Factores que Contribuem para a Procura Turística**



Estas áreas de destino, têm que possuir uma capacidade para definir o que melhor serve os seus interesses, distinguir logicamente a sua oferta primária ou original e a derivada, para melhor traçar as suas linhas promocionais e de marketing.

Uma região deve ter como meios de oferta, os seus recursos naturais, (sol, praia, espaços verdes ...), recursos humanos (pessoal com formação adequada para o bom desempenho profissional), e históricos (cerimónias religiosas, monumentos, folclore, artesanato ...). No entanto, deve ter noção da sua utilização, para evitar o risco de a actividade turística se tornar em monoactividade económica do país ou região, o que provocaria uma dependência e vulnerabilidade, bem como por em risco o seu património.

Como refere o Presidente da Câmara de Serpa, "(...) na verdade a excessiva atenção ao clima, aos recursos hídricos ..., em que não se tenha em conta a preservação, a recuperação e a sua devida valorização, corre-se o risco da uma desvalorização da região em diversas vertentes principalmente em termos turísticos."

Outra situação a ter presente, por parte de todas as entidades responsáveis de qualquer região, é a criação de uma imagem de segurança, de conforto, de acessibilidade em benefício dos visitantes, para tal é necessário um leque de infra-estruturas, saneamento básico, centros de saúde, hospitais, alojamentos, vias de comunicação. O que por vezes não é tarefa fácil dadas as reduzidas verbas que o poder central põe ao dispor das autarquias, como foi referenciado por alguns dos presidentes autárquicos.

Toda esta linha de orientação estratégica direccionada para a criação de infra-estruturas, ordenamento do território e apoio à realização de futuras estruturas privadas, deve ser devidamente articulada com o tipo de turismo que a região pretende oferecer, conjuntamente com o tipo de turismo que os visitados pretendem desfrutar, como afirma um dos investidores do triângulo turístico, "para ser possível através do marketing e de outras técnicas promocionais,

articular a oferta turística com a procura turística, tendo sempre presente que o turismo não deve ser uma actividade só em algumas épocas do ano.”

Outra situação a colmatar é a sazonalidade da actividade turística, resultante de condições climáticas, férias escolares no Verão, generalização das férias de trabalho em Agosto, Natal e Páscoa, causando grandes concentrações neste período e não proporcionando a distribuição regular de turistas aos locais de recepção.

No entanto é de realçar que têm vindo a ser feitos esforços para ultrapassar este fenómeno da sazonalidade, tanto a nível nacional, como refere Jaime Andréz “(...) há que criar condições para promover as potencialidades e oportunidades de grandes períodos das várias estações do ano e também para que as pessoas possam optar por períodos diferentes, uma das acções do PAIET<sup>6</sup> é a recalendarização das férias dos portugueses, com a oportunidade de desconcentrar o mês de Agosto e descongestionar destinos turísticos internos” (Andréz 1997: 65); como internacional (União Europeia), pois já do citado relatório do Parlamento Europeu, de 21/10/83, salientam-se neste domínio, os seguintes aspectos:

- Convida-se a Comissão a apresentar propostas tendentes ao escalonamento das férias escolares e das férias das empresas e ao encorajamento das férias da terceira idade também escalonadas, de forma a alargar o período turístico, o que permitiria descongestionar os locais e atenuar a sobrecarga ou a subutilização sazonal do pessoal e das infra-estruturas (...)

O carácter sazonal do turismo na comunidade provoca migrações inter-regionais da população nos períodos do Natal e da Páscoa e, sobretudo, durante os meses de Verão como Agosto (...)

---

<sup>6</sup> PAIET - Programa de Acção de Intervenção Reestruturante no Turismo

A sazonalidade acarreta custos elevados na criação de infra-estruturas rodoviárias, de alojamentos e de lazer de determinadas épocas do ano, apresentando efeitos nefastos para o meio ambiente.

O Parlamento Europeu congratula-se com as experiências tentadas por diversas entidades e empresas que permitem o escalonamento das férias, ou seja as pessoas terem direito de férias, em baixa ou média estação do ano (...) (Baptista 1990).

Outro factor que determina a procura turística são as incidências do ambiente político nos países de destino, pois o turista não procura instabilidade, terrorismo, nem zonas com graves problemas a nível social.

Há que referir também a participação do Estado na definição da política turística e o nível da sua intervenção em vários elementos da oferta, desde a promoção e a publicidade até à propriedade e gestão de infra-estruturas, é o caso das *Pousadas de Portugal*. Verifica-se o interesse por parte do Estado em termos sócio-económicos para o desenvolvimento do país e regiões.

Apesar de ter que haver um certo cuidado nos investimentos, pelo facto das zonas de destino serem sensíveis às *modas*, criadas e promovidas pelos maiores operadores turísticos, dever-se-ão utilizar poderosos meios publicitários, guiões e roteiros turísticos, nos quais se identifiquem os diversos factores de atracção do país de destino, designadamente os de oferta primária, ou seja de ordem sócio-económica e cultural e os disponíveis recursos turísticos.

Estes pacotes turísticos transmitem a ideia de turismo como uma terapia, em que o turista ultrapassa a barreira do dia-a-dia rotineiro, à procura do recreio, do investimento, da comunicação com os outros, de viver ritmos diferentes de vida ..., levando a uma progressiva democratização do turismo.

Todavia, os mecanismos de motivação social e cultural conduzirão também a um acréscimo de motivações e objectivos turísticos de natureza mais elevada, o que poderá compensar os efeitos menos positivos do alargamento do

turismo de massas e / ou social. Tais factores deverão apresentar alguma variedade, de modo a dar resposta a distintos grupos sócio-económicos.

O rendimento disponível, como factor decisivo dos movimentos turísticos, também é afectado pela conjuntura económica nacional e internacional e pelas flutuações monetárias. A título de exemplo, a Guerra do Golfo 1990 / 91 e as suas influências directas / indirectas na quebra registada nesse Verão das receitas turísticas internacionais, expressa, não só na óptica das implicações directas no rendimento disponível, como os efeitos psicológicos. Neste período houve grandes variações de preços nos países de destino e de cotação da moeda nacional e dos países de recepção. Pois quando a moeda do país de origem tende a valorizar-se face à moeda do país de destino, este assume uma vantagem turística.

Tudo quanto tem vindo a ser referido determina a procura turística, as decisões e os movimentos turísticos. A título de síntese e de introdução ao subsequente ponto, os factores que mais influenciam a procura turística são de ordem psicológica, social, cultural e económico que, na óptica das atitudes, das motivações, dos desejos, dos meios disponíveis e dos seus objectivos, condicionam e limitam a sua possibilidade de fazer turismo.

## **OFERTA E MARKETING TURÍSTICO**

Recentemente, tem-se vindo a considerar que o lado da oferta necessita de uma maior atenção, dado a complexidade e a diversidade das razões que motivam o desejo de férias. O que exige cada vez mais uma variante e uma complementaridade dos factores de atracção que não se compadecem com visões simplistas e ultrapassadas, como também o surgimento de problemas económicos e sociais e os impactos negativos resultantes da actividade turística nas regiões onde estes ocorrem.

Cada vez mais as oportunidades para o desenvolvimento de uma região, dependem da delimitação de estratégias para o desenvolvimento turística, principalmente pelo facto de existir um esgotamento de modelos de localização espacial de diversas actividades produtivas.

No entanto, o desejo obsessivo de garantir-se estabilidade e desenvolvimento nas regiões, através do turismo, pode levar a erros graves, tais como:

- a) assistir-se a uma frequente incapacidade de valorizar substancialmente os recursos detectados, quer por debilidade de estruturação da oferta, quer por insuficiências dos mecanismos de promoção e afirmação concorrencial;
- b) dar-se uma expansão desordenada da actividade turística, que gera desequilíbrios em diversos sectores que ponham em risco a sustentabilidade e da exploração desses mesmos recursos;
- c) provocar-se um desajustamento entre o binómio recursos e actividades, pois se a diversidade das características dessas actividades não estiverem devidamente articuladas com os recursos e potencialidades da região, pode contribuir negativamente na estruturação dos tecidos económicos, sociais e culturais da região receptora. binómio recursos e actividades, pois se a diversidade das características dessas actividades não estiverem devidamente articuladas com os recursos;
- d) provocar-se um desajustamento entre o binómio recursos e potencialidades da região, pode contribuir negativamente na estruturação dos tecidos económicos, sociais e culturais da região receptora.

Cabe assim, às entidades responsáveis delinear estratégias para evitar esses erros, como também identificar os principais problemas que afectam a funcionalidade dos sistemas turísticos na região, nas diversas áreas:

infraestruturação básica e específica, a competitividade e a integração económica, social e ambiental.

“Trata-se de dimensões físicas da oferta turística que frequentemente escasseiam ou possuem debilidade estruturais, de dimensões empresariais ou institucionais que poderão bloquear os protagonismos indispensáveis e ainda, de níveis de produção de efeitos do ponto de vista ambiental que constituem, nos nossos dias, o plano simultaneamente mais mediatizado e mais crítico na sustentação estratégica destas actividades “ ( Silva e Silva 1995: 53/54).

Obviamente que estas situações são mais ou menos ultrapassadas, dependendo tanto do investimento disponível articulado com o empenho das entidades governamentais, regionais e locais, das políticas de marketing turístico delineadas; bem como do tipo de inserção de actividades turísticas na região. Dado que conforme é o tipo de inserção, assim são as estratégias a tomar perante problemas diferentes a ultrapassar.

Segundo a tipologia de João Silva e Vieira Silva, podem-se distinguir cinco tipos : dominante, potencialmente dominante, potencialmente estruturantes, articulação inter-sectorial e dinamização local <sup>7</sup>. Tipos de inserção que são articulados devidamente com principais problemas nucleares, já anteriormente referenciados.

---

<sup>7</sup> “Turismo dominante - neste caso trata-se de identificar espaços regionais onde estas actividades desempenham já um papel de profunda determinação das condições sócio-económicas regionais.

Turismo potencialmente dominante - corresponde à identificação de uma situação prospectiva onde se admite que a existência de recursos quantitativos e qualitativamente importantes do ponto de vista dos seus efeitos de estruturação, combinados com a existência de quadros económicos pouco dinâmicos noutras actividades tenderá a gerar impulsos conducentes à primeira situação tipológica.

Turismo com participação estruturantes (do ponto de vista regional) - correspondendo a situações regionais onde as actividades turísticas, sem dominarem a afectação de recursos regionais, se podem articular de forma intensa para a estruturação das economias regionais.

Turismo com inserção inter-sectorial em economias dinâmicas - correspondendo a situações onde actividades turísticas de diversa dimensão se combinam de forma complementar com afectações de recursos noutras actividades com carácter dominante regionalmente.

Turismo relevante como factor de dinamização local - referindo-se a potenciais de recursos que, sem capacidade para estruturarem regionalmente uma realidade sócio-económica, possuem capacidade para alimentarem dinâmicas locais de oferta e procura.” (Silva e Silva 1995: 52/53).

### QUADRO I - Vectores críticos das actividades turísticas - Problemas nucleares por tipos de inserção regional

VECTORES CRITICOS TIPO DE INSERÇÃO	INFRA- ESTRUTURAÇÃO BÁSICA	INFRA- ESTRUTURAÇÃO ESPECÍFICA	COMPETITIVIDADE	INTEGRAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL	INTEGRAÇÃO AMBIENTAL
DOMINANTE	Congestionamento , concentração sazonal de utilização	Qualidade do equipamento sobre equipamento	Debilidade de organização empresarial, dificuldades de segmentação de mercados , concentração da procura	Estruturação monoprodutiva , desarticulação a montante, dificuldades de concertação dos actores sociais	Degradação de recursos naturais e histórico- culturais
POTENCIALMENTE DOMINANTE	Défices infraestruturais	Estrutura de financiamento, planeamento da oferta	Insuficiente definição estratégica	Mobilização e concertação de actores	Insuficiente conhecimento dos efeitos do crescimento turístico
POTENCIALMENTE ESTRUTURANTE	Défices infraestruturais	Insuficiente estruturação da oferta	Debilidades de comercialização e integração de produtos	Insuficiente mobilização de actores, insuficiente articulação	Conflitualidade de usos de recursos
ARTICULAÇÃO INTER- SECTORIAL	Insuficiências locais de planeamento, insuficiente investimento de suporte	Equipamentos com insuficiente capacidade de diversificação de mercados	Insuficiente integração de produtos turísticos	Insuficiente valorização institucional das potencialidades turísticas	Conflitualidade intensa de usos de recursos
DINAMIZAÇÃO LOCAL	Debilidades intensas de infraestruturação básica	Debilidade dos equipamentos turísticos estruturantes	Incapacidade de comercialização e definição dos públicos	Insuficiente integração e articulação institucional	Escasso controlo de efeitos localizados

Fonte: Revista Portuguesa de GESTÃO II / III / 95, Edição da AEDG

Perante os quadros em análise, constata-se que as regiões em que o turismo se apresenta como actividade dominante, a procura turística exige uma intensa utilização das infra-estruturas e estruturas básicas. Cabe, assim, às entidades autárquicas a sua construção e desenvolvimento e aos agentes sociais activos, controlarem o número de visitantes para evitar o congestionamento em certas épocas do ano, pois o turismo ainda continua a ser uma actividade sazonal .

Em termos de competitividade, estas regiões encontram-se com dificuldades de segmentação de mercados e uma concentração da procura,

conjuntamente a uma debilidade de organização empresarial. Para tal, é necessário haver uma requalificação da oferta.

O turismo dominante também acarreta problemas a nível de integração ambiental, económica e social, existindo uma degradação dos recursos naturais e históricos arquitectónicos e culturais. Não secundarizando a criação de uma estrutura do tipo monoprodutiva, dificulta-se a concentração de actores sociais em outros sectores de actividade, bem como o congestionamento e a elevada concentração sazonal de utilização das infra-estruturas básicas.

Mais uma vez, cabe às entidades delinear estratégias para colmatar estes problemas. Relativamente ao nível de integração ambiental a solução poderá passar pelas auditorias ambientais e criação de mecanismos de gestão da intensidade de cargos de recursos; ao nível das infra-estruturas básicas poder-se-à optar pelo desenvolvimento e criação de infra-estruturas em função dos limiares de carga aceitáveis. Não renegando assim para segundo plano a necessidade de investir em infra-estruturas específicas, como suporte à diversificação de actividades.

Se compararmos outro tipo de inserção turística, verifica-se que perante os mesmos vectores críticos os problemas e as estratégias a tomar são diferentes.

A título de exemplo, onde o turismo se apresenta como uma actividade de dinamização local que pode tirar benefícios e dividendos com base nas potencialidades naturais e histórico-sociais, com as devidas precauções através da criação de programas de avaliação expedita de impactos e de movimentação dos cargos turísticos; são as regiões que se deparam com maiores debilidade nos outros vectores críticos. A nível infra-estrutural existe grande debilidade em termos de infra-estruturas básicas e em termos de equipamentos turísticos estruturantes, existindo mesmo a nível de competitividade uma incapacidade de comercialização do público alvo.

## QUADRO II - Vectores críticos das actividades turísticas / Áreas estratégicas de intervenção por tipo de inserção regional

VECTORES CRITICOS TIPOS DE INSERÇÃO	INFRA- ESTRUTURAÇÃO BÁSICA	INFRA- ESTRUTURAÇÃO ESPECÍFICA	COMPETITIVIDADE	INTEGRAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL	INTEGRAÇÃO AMBIENTAL
DOMINANTE	Desenvolvimento de infra-estruturas básicas em função dos limiares de carga aceitáveis	Desenvolvimento do investimento de suporte à diversificação de actividades	Requalificação da oferta	Desenvolvimento da cooperação estratégica nos planos endógeno e exógeno	Desenvolvimento da auditoria ambiental e promoção de mecanismos de gestão da intensidade de carga dos recursos
POTENCIALMENTE DOMINANTE	Desenvolvimento de políticas de infra-estruturação suportadas por rigorosas políticas de ordenamento	Ordenamento territorial com identificação de limiares de intensidade de carga turística	Desenvolvimento de políticas integradas de planeamento, investimento e comercialização dos produtos	Promoção de instâncias de concertação de interesses nos planos endógeno e exógeno	Avaliação ex-ante dos efeitos multidimensionais do investimento turístico como suporte às políticas de ordenamento e promoção
POTENCIALMENTE ESTRUTURANTE	Desenvolvimento de políticas selectivas de ordenamento turístico	Desenvolvimento de infra-estruturas turísticas compatibilizadas com as actividades existentes	Constituição de unidades concorrenciais qualificadas e com capacidade de diversificação	Promoção da cooperação empresarial com capacidade de integração de actividades e de constituição de redes regionais	Promoção de instrumentos de ordenamento territorial com capacidade para discriminar usos
ARTICULAÇÃO INTER- SECTORIAL	Desenvolvimento de políticas selectivas de ordenamento turístico	Desenvolvimento de infra-estruturas turísticas de elevada compatibilidade com as actividades predominantes	Promoção de produtos diversificados de elevada qualificação	Promoção de cooperação empresarial inter-actividades	Promoção de instrumentos de ordenamento territorial com capacidade para discriminar usos
DINAMIZAÇÃO LOCAL	Integração da infra-estruturação de uso turístico nas prioridades de desenvolvimento local	Desenvolvimento infra-estrutural de dimensão local e de renovação e reutilização de equipamentos	Desenvolvimento de instrumentos de promoção de matriz associativa e com significativa assistência pública. Valorização dos factores de diferenciação dos produtos turísticos	Estímulo intenso à cooperação interprofissional e ao associativismo e articulação institucional	Desenvolvimento de programas de avaliação expedita de impactes e de monitorização das cargas turísticas

Fonte: Revista Portuguesa de GESTÃO II / III / 95, Edição da AEDG

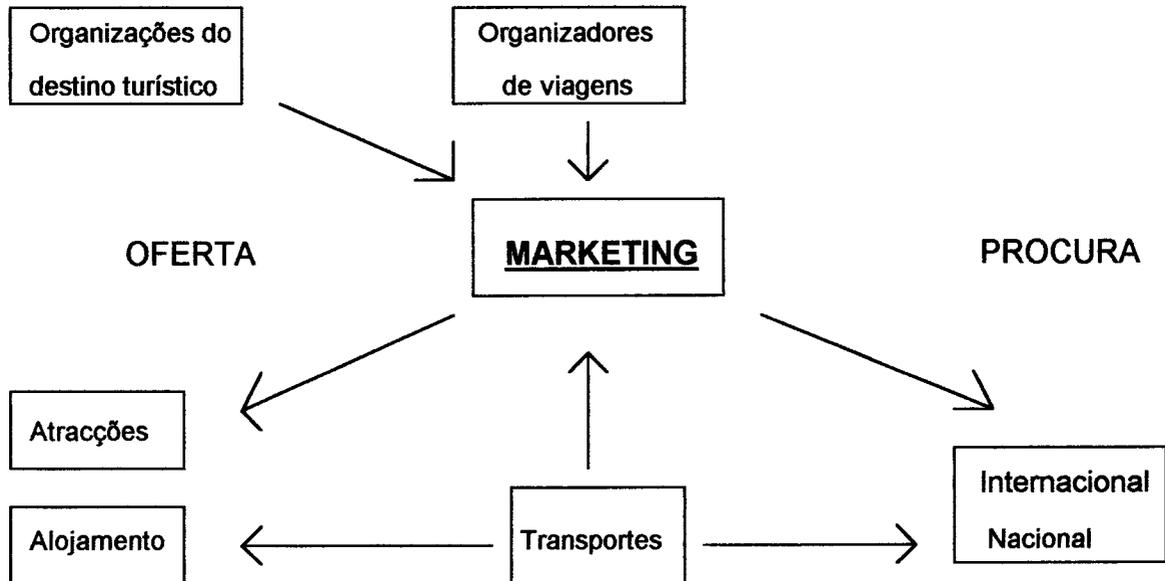
Em suma, para a actividade turística contribuir para o desenvolvimento de uma região é necessário ter consciência dos problemas a ultrapassar, tais como aqueles que estão directa e indirectamente relacionados com os vectores críticos e o tipo de inserção da actividade turística na região.

Como tal, cabe a cada região delinear as estratégias de comercialização, a selecção do seu público alvo, transformar devidamente os recursos turísticos em produtos turísticos, corresponder cada produto a um mercado turístico entre outros, dado que não existe um programa molde para todas as regiões.

Sendo aqui fundamental a função do marketing turístico, que "(...) consiste precisamente em identificar segmentos de mercado, influenciar o desenvolvimento de produtos turísticos e levar aos turistas potenciais informação sobre os produtos turísticos oferecidos. Pode afirmar-se que o marketing turístico envolve descobrir o que os turistas querem (estudos de mercado), desenvolver serviços turísticos adequados (planeamento do produto), informar os turistas sobre os produtos disponíveis (comunicação), fornecer indicações sobre onde podem ser comprados estes serviços ( canais de distribuição - operadores turísticos e agências de viagens), por forma a que os turistas recebam um valor (preço) e a organização turística obtenha lucro e atinja os seus objectivos" (Rita 1995b: 10).

De facto, actualmente o marketing é uma peça vital no mecanismo de articulação entre a oferta e a procura. O consumidor de hoje define preferências e formula escolhas, trocando seus rendimentos pela oferta de um produto turístico do seu agrado.

De forma sucinta, pode-se afirmar que o marketing funciona como uma área de gestão capaz de influenciar a dimensão e o comportamento de todo o mercado.

**FIGURA II - Marketing na articulação da oferta e da procura turística**

Fonte: Revista Portuguesa de GESTÃO / 95

Cada vez mais é patente, o papel do marketing turístico, para a contribuição da criação de uma imagem de um destino turístico. Portugal tem investido nitidamente nessa estratégia, só para 1997 foram orçamentados 45 milhões de contos para a promoção turística, a nível nacional e internacional.<sup>8</sup> Promoção esta que está relacionada ao produto, ao preço e à capacidade para distribuir o produto. Um produto cada vez mais exigente, direccionado para a qualidade, principalmente a nível de serviços, não para um turismo de cinco estrelas, mas sim para um turismo assente na qualidade, equilíbrio entre a qualidade e o preço e o respeito por todos actores intervenientes desta actividade.

<sup>8</sup> Dados obtidos na revista Fortuna / Maio 97

Muitas situações há a superar, tais como: a agressividade na própria venda do produto e com o equipamento vocacionado para um determinado tipo de turismo; bem como a falta de associativismo. Por exemplo, como refere Nuno Jardim Fernandes "(...) o caso da promoção da Rota do Vinho do Porto tem tido algumas dificuldades de implementação por falta de entendimento entre as entidades privadas. O que é pena, pois o Porto ou Vale do Douro atingem gamas de mercado que nos interessam para aumentar a despesa média do ano" (Fernandes 1997: 70).

Acredita-se na sua superação, graças ao aumento de eficácia da função de marketing turístico, ao bom desempenho do ICEP, resultado da parceria com o sector privado; bem como ao surgimento de novas direcções horizontais, nomeadamente à Direcção de Relações Empresariais, de apoio às empresas nacionais e a Direcção Internacional, de análise de mercados internacionais. Também o conselho de marketing turístico e conselho de coordenação promocional do turismo, deverão promover espaços para a informação e debate sobre estratégias e performance conseguida nas diversas acções empreendidas no sector.

## **CAPÍTULO II - TURISMO COMO FACTOR DE DESENVOLVIMENTO**

Nos últimos anos, tem-se verificado um interesse crescente pela abordagem do turismo como factor de desenvolvimento. Esse interesse tem vindo a ser manifesto a nível nacional e internacional, partilhado pelos países visitados e visitantes. A maioria deles reconhecem o turismo como um factor impulsionador de uma vida melhor, tanto para os visitados, se tivermos em conta um desenvolvimento sustentável e harmonioso, como para os visitantes, ao reconstruir forças físicas e psíquicas que a vida quotidiana esgota; ou seja, o recargar de baterias para contribuírem de outras formas para a dinâmica e desenvolvimento da sociedade.

Contudo, não existe um consenso na abordagem da temática, dada a grande ambiguidade e diversidade na interpretação dos conceitos. Pois, se por um lado, como já foi abordado, existe uma complexidade na conceptualização do conceito e evolução do turismo, o mesmo tem ocorrido com o conceito de desenvolvimento.

Conceito que tem origem no século XVIII, fruto da Revolução Industrial e a todo um conjunto de factores dela inerentes, tais como : o avanço tecnológico, melhores vias de acesso e meios de comunicação...Período propício para o Homem poder satisfazer as suas e tão desejadas satisfações, dado aos novos instrumentos e processos de trabalho, de novas formas organizativas, das estratégias políticas, que permitiam um maior e uma maior diversidade de produtos e sua comercialização. O que veio provocar a ideia de crescimento económico, que vai por seu turno, sustentar a ideia do progresso da humanidade e fazer surgir a expressão e a ideia de desenvolvimento (Amaro 1990 b).

Parafraseando Roque Amaro, o desenvolvimento está associado às ideias de progresso e felicidade e, portanto, também de justiça. No entanto, o que nos é testemunhado ao longo destes últimos dois séculos é a injustiça entre

povos , desigualdades sociais, ideologias assentes num crescimento económico desmedido de forma desestruturada, e um nítido desfasamento entre os chamados países de desenvolvimentos e os países subdesenvolvidos.

Este desenvolvimento que emerge com a Revolução Industrial e que se arrasta até aos nossos dias, deixou um conjunto de marcas<sup>9</sup> na sociedade, que de certa forma não podemos deixar de referenciar.

Surge a ideia de que a base económica é pedra basilar da actividade humana, levando a reduzir o desenvolvimento ao conceito de crescimento económico, o que resulta a utilização excessiva de indicadores económicos como índices de desenvolvimento. O desejo desse crescimento económico vem provocar uma valorização pela quantidade, em relação à qualidade.

Esse mito direccionado pela quantidade conjuntamente com a valorização do crescimento económico, resultado do surgimento da revolução industrial, veio trazer à mente de todos que, para fazer desenvolvimento é necessário passar pelo sector industrial e todo um conjunto de novas tecnologias, desvalorizando outros sectores de actividade, como agrícola e pecuária.

O que, de certa forma, veio valorizar a inovação tecnológica, passando esta a reger os nossos ritmos e gestos e a substituir o ser humano na lista dos factores fundamentais do desenvolvimento. Provocando o mito do racionalismo, pois a valorização pelo tecnologismo, vai marginalizar outras formas de conhecimento e de vida, como a afectividade, que de certa forma acaba por levar ao individualismo, este como suporte de sucesso, eixo de competitividade e palco de afirmação.

Com este novo tipo de produção (produção em série e valorização do quantitativo) é necessário criar novas necessidades e vícios de consumo para dar resposta à quantidade produzida, criando-se nas sociedades o consumismo.

---

<sup>9</sup> Marcas que, Rogério Roque Amaro chama de Mitos do Desenvolvimento, a que o faz referência em alguns dos seus trabalhos.

Apesar deste consumismo permitir a diversificação de produtos , jogava também com a aspiração à massificação e à homogeneização, dado todos quererem atingir o *tal nível de vida* . Estando por detrás a ideia de olharem para os outros à luz dos seus valores e maneiras de estar, exigindo aos outros que segam e percorram os mesmos passos e forma de desenvolvimento, caminhando-se para a intolerância e etnocentrismo.

Outro facto a realçar, consequência da revolução industrial, foi de facto a deslocação das pessoas do mundo rural para a cidade. Inicia-se o mito de que viver na cidade era sinónimo de desenvolvimento, enquanto a vida no campo ou em meios rurais era sinal de subdesenvolvimento.

Embora com variantes, encontramos grande número destes mitos quer nas experiências históricas concretas do capitalismo - o modelo que mais tempo e em mais países tem predominado -, quer nas do socialismo, o modelo predominante na sociedade : é nomeadamente o caso do economicismo, do industrialismo, do produtivismo, do tecnologismo, do etnocentrismo e do racionalismo. (Amaro 1993)

Podemos, portanto, afirmar que o(s) modelo(s) de desenvolvimento predominado largamente entre os vários povos, não sendo excepção Portugal. Desenvolvimento era encarado como sinónimo de crescimento económico, centrado em políticas de crescimento a nível da produtividade, do trabalho ... em que assentava no gerar riquezas fomentadas no sector industrial em áreas geográficas específicas, nos chamados pólos urbanos. Perspectivados como local privilegiado do desenvolvimento, inverso do meio rural, encarado como um espaço de ineficiência na utilização dos recursos económicos.

Daí a razão pela a qual, na década de 70 o nosso país ser caracterizado espacialmente por três zonas distintas: zonas nucleares, zonas de apoio e zonas com função de reserva.

Quanto às zonas nucleares, que são caracterizadas como espaços privilegiados de concentração económica, social, e demográfico, realçavam-se três zonas:

A zona nuclear estruturada pelo porto de Leixões, que incluía o Porto e respectivas áreas suburbanas , até Braga para Nordeste, e Aveiro para Sul. Era uma zona densamente povoada, com uma população relativamente jovem, onde as taxas de actividade são elevadas, em que se verifica uma articulação bastante íntima entre a industria e a agricultura familiar.

A zona nuclear estruturada pelo porto de Lisboa, estendendo-se até Setúbal e previsivelmente até Sines, era caracterizada por uma zona de elevadas taxas de crescimento demográfico, e fortes índices de assalariamento.

A zona nuclear que correspondia à zona turística do litoral do Algarve, em que se registou um importante aumento populacional e de investimento.

As zonas de apoio, que tinham como objectivo dar apoio às zonas nucleares, situavam-se na parte meridional dos distritos de Viana do Castelo e de Aveiro, na faixa do distrito de Coimbra, no distrito de Leiria, no distrito de Santarém e no norte de Lisboa. Todas estas zonas eram caracterizadas, principalmente, pela presença do sector secundário .

As restantes zonas, desempenhavam uma função de reserva, o caso do Alentejo, caracterizadas por uma grande debilidade do ponto de vista industrial, registando uma nítida desertificação humana, e um envelhecimento das suas estruturas demográficas e produtivas. (Amaro 1991) Como refere um funcionário autárquico na entrevista cedida, “em que não existia qualquer empenho em fazer desenvolvimento nestas regiões, com base nas potencialidades que elas possuíam, porque para muitas pessoas o desenvolvimento é aquilo que se passava nos grandes centros urbanos, que eles tinham hipótese de ver através dos meios de comunicação social”.

Perante esta caracterização da espacialização da economia portuguesa, demonstra bem o impacto do modelo fordista no nosso país. Este “(...) dividido

---

por áreas centrais e áreas periféricas , fundamentalmente dependentes da actuação da Administração Central. Assim, numa primeira fase, ao Estado caberia essencialmente o papel de escolher os locais e os sectores prioritários de investimento e promover o seu desenvolvimento através de investimentos vários. Numa segunda fase, após a consolidação do crescimento em determinados pólos, tinha-se como pressuposto de base que estes últimos desencadeariam efeitos de tipo de tipo *mancha de óleo* que permitiram estender o desenvolvimento a áreas cada vez mais periféricas” (Braga 1993: 11).

Estava-se perante uma perspectiva de desenvolvimento, centrada nos agregados económicos, num poder que partia de cima e era propagado para baixo, ficando para trás a qualidade de vida, a dimensão humana e a importante intervenção municipal na promoção do desenvolvimento com base nas potencialidades de cada região. Encontra-se bem vincado o paradigma funcionalista do desenvolvimento, em que dominam os conceitos de crescimento polarizado e os modelos tipo centro - periférico, assente na nacionalidade do modelo hierárquico - funcional que vigorava na época.

É precisamente após o primeiro choque petrolífero em 73, que é desnorteada a crise, que vai contribuir significativamente para uma certa *revolução* das questões de crescimento económico e de desenvolvimento.

A este respeito Roque Amaro faz uma síntese dos principais factores que contribuíram para o surgimento de um novo modelo de desenvolvimento - Desenvolvimento Territorialista , tais como:

- a) crise financeira e ideológica do Estado - Providência contribuindo para a crise do próprio Estado-Nação,
- b) falência dos mecanismos de regulação diferenciados de base local,
- c) crise do paradigma técnico-económico com o desenvolvimento de novas tecnologias mais flexíveis e de menor dimensão,

- d) inadequação crescente dos modelos organizacionais tradicionais de tipo rígido e hierarquizado, surgindo a necessidade de organizações mais flexíveis e compreendendo diferentes níveis de autonomia,
  - e) abandono dos principais tayloristas de organizações dos processos de trabalho, por inadaptação às novas necessidades produtivas e organizativas,
  - f) desvalorização das economias de escala e externas,
  - g) aceleração extraordinária dos ritmos de informação e comunicação.”
- (Amaro 1991: 167/168)

Com este maranhar de situações surgem novas territorialidade ( a transnacionalidade, a supranacionalidade e a infranacionalidade ) em que se acredita num desenvolvimento capaz de satisfazer as necessidades básicas das populações, através de um desenvolvimento regional, indo ao encontro da opinião de Simões Lopes, “(...) desenvolvimento e desenvolvimento regional são apenas uma e a mesma coisa: todo o desenvolvimento tem que ser desenvolvimento regional” ( Lopes 1984:9).

Desenvolvimento este, e parafraseando Roque Amaro, que deve integrar vários objectivos : a igualdade de oportunidades e de acesso aos bens e serviços necessários, à harmonia e justiça social, bem como à dignidade com todos os elementos, não privilegiando o individualismo, à custa frequentemente da solidariedade colectiva é portanto, à custa da exploração de outros seres humanos, de outros grupos de outros países e dos equilíbrios ecológicos (Amaro 1990).

De acordo com esta concepção optimista de desenvolvimento entende-se que este será sempre portador de progresso nos diversos sectores, para tal há que recorrer a todos os factores que actuam à escala regional, tais como os naturais, que estão ligados aos recursos naturais; os humanos ou seja os recursos humanos e potencialidades humanas existentes, tendo em conta a sua evolução e distribuição geográfica; os factores económicos que dão grande

dinamismo à região, incluindo todas as actividades e organizações, não esquecendo os factores institucionais e políticos.

Assim, entende-se como a conjugação dos factores endógenos, associados a uma forte mobilização da população e das suas estruturas sociais e políticas (formal e informalmente) organizados a partir de *identidades territoriais e culturais* podem contribuir para o desencadear do desenvolvimento.

Como afirma Simões Lopes, na sua justificação pela opção da lógica territorial , “ - os problemas do desenvolvimento são diferenciados e sempre de resolução extremamente difícil, - ninguém melhor conhece os problemas (muito diferenciados) do que os que os sofrem; - ninguém melhor conhece as soluções mais adequadas para esses problemas (que não serão indiferenciados) do que os que com eles convivem; - problemas complexos exigem motivações e empenhamentos para serem resolvidos; e a motivação pode encontrar-se e pode estimular-se particularmente junto das populações que sentem os problemas; problemas complexos exigem a mobilização dos mais vastos recursos e não dispensarão o uso de todo o potencial endógeno, que pode até não ser suficiente mas que, na perspectiva que acaba de ser apontada há de ser sempre base determinante do sucesso” (Lopes 1989:11).

No entanto, é preciso tomar consciência da necessidade de uma articulação entre o nível nacional, regional / local e internacional, para criar-se uma rede activa capaz de gerar dinâmicas de desenvolvimento. Tarefa de grande complexidade, uma vez que a União Europeia, pretende fundamentalmente reduzir os desequilíbrios dentro da Europa, criando-se mais um plano de desenvolvimento regional europeu do que um conjunto de políticas, para um plano de desenvolvimento regional português. É também necessário a articulação entre o regional e o nacional traz algumas polémicas”(...) uma vez que o Estado não é *sujeito* uno, mas antes um conglomerado de centros de decisão e de influência com mais ou menos poder, acrescido ainda, no nosso

---

caso, pela não existência até ao momento das regiões a desempenhar o importante papel de aproximação de interpretações e de equilíbrio entre as preocupações de desenvolvimento regional / local por um lado, e os grandes objectivos e desafios nacionais por outro” (Braga 1993: 15).

Todavia, procura-se articular os vários níveis que permitam ao mesmo tempo uma *inserção por completo* de Portugal nas políticas da União Europeia, e simultaneamente enriquecer as iniciativas locais tendo em consideração as políticas nacionais, beneficiando estas, também da mobilização dos actores locais.

Assim, o paradigma territorialista e o funcionalista estão em constante presença no processo de desenvolvimento. Então é possível a articulação / conjugação entre eles ? “(...) não só é possível combinar ambos os modelos, senão que é necessário fazê-lo se quer utilizar melhor e mais eficientemente os recursos produtivos, gerar mais emprego e alcançar maiores níveis de rendimento” (Barquero 1988: 15).

Corroborando com Friedmann, o que se põe em dúvida é o saber qual o princípio que deve dominar face ao outro: a lógica da função deve prevalecer sobre a lógica dos territórios, ou será o inverso? (Barros 1993: 14)

Sem resposta imediata, mas consciente de que o tratamento dos problemas a partir unicamente do centro, pode levar ao privilégio de alguns espaços e à prioridade das lógicas macro-sociais sobre as lógicas mais locais. É necessário sim, uma planificação regional que tenha em consideração o conjunto de potencialidades de cada região, assim como o conjunto de actores susceptíveis de intervir no desenvolvimento, ou mais, ter em conta um desenvolvimento sustentável, que é a opinião geral dos autarcas da região em estudo.

Um desenvolvimento que dê resposta às necessidades do presente, sem comprometer as gerações futuras, ou seja, um desenvolvimento que, para satisfazer as necessidades básicas e algumas aspirações legítimas a uma

melhor qualidade de vida de um grande número de pessoas, não ponha em causa as gerações vindouras.

Como tal, é imprescindível a criação de um contexto de parceria local e interconhecimentos entre instituições e agentes promotores do desenvolvimento, como forma de criação de um ambiente relacional profícuo às diversas intervenções, nomeadamente as ADL. Um ambiente de construção diária de diálogo e de entendimento entre os potenciais promotores de desenvolvimento, tais como as Autarquias, agentes económicos e sociais e Associações de Desenvolvimento Local.

Estas, por si só, são um espaço privilegiado para esse diálogo, mas igualmente ao nível dos Municípios, dado terem surgido órgãos essenciais para esse diálogo, dos quais se destaca os Gabinetes de Apoio ao Desenvolvimento. Espera-se, "(...)num prazo previsível de 2/3 anos cerca de 75% das câmaras do Alentejo terão individualmente as suas estruturas de apoio ao desenvolvimento" (Quaresma 1997: 82). Actualmente a Câmara Municipal de Beja e Serpa, são duas das quais já beneficiam de um Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento.

A conjugação dos Gabinetes de Apoio com as Associações de Desenvolvimento Local, podem vir a reforçar o acompanhamento de processos já existentes e contribuir para lançar novas perspectivas de desenvolvimento.

Presentemente, no Alentejo, existem mais de 30 Associações com características semelhantes às ADL. Das quais, seis são entidades gestoras de outras tantas Leader's, e três destas têm subjacentes acordos de gestão compartilhada integrando directamente, com graus e níveis distintos de importância, contratos de parceria.

As ADL sobrevivem graças às Iniciativas Comunitárias, o caso do Leader, mas não só,, existe um conjunto vasto de programas como o Horizont, o Now, o Adapt, entre outros. No entanto, o Leader é o instrumento de consolidação e de intervenção das ADL mais importantes. Este programa no Alentejo até ao momento apresentou duas fases.

Na primeira, com uma área territorial abrangente mais limitada, contou com duas intervenções globais e mais uma parcial, a Segunda fase, a em curso, com mais cinco intervenções cobrindo praticamente todo o território. (Quaresma 1997)

As Iniciativas Comunitárias que envolvem intervenções articuladas com as ADL e com os municípios, de certa forma contribuem positivamente para a planificação e definição dos Planos Directores Municipais conjuntamente Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) , “(...) que deverá procurar articular os movimentos ascendentes e descendentes face às estratégias de desenvolvimento: por um lado, valorizar e apoiar o nível central com as dinâmicas de desenvolvimento local; por outro lado, fazer sentir a este último quais os desafios económicos nacionais e as necessidades em termos de políticas sectoriais ou plurisectoriais, sem que daí possa advir qualquer ameaça à autonomia local ou à própria noção de descentralização” (Braga 1993: 13).

### **. Contributo do PDR no Desenvolvimento**

Com base em diagnósticos elaborados para a economia portuguesa, constante da análise económica e social portuguesa, e da definição das opções estratégicas para o final do século, foi elaborado o PDR ( documento) como proposta portuguesa para a negociação com as instâncias comunitárias. Documento em que pretende o equilíbrio entre a indispensabilidade de uma rápida aproximação às medidas comunitárias e os condicionalismos macro-económicos, a par de uma preocupação em reduzir as assimetrias regionais do país.

A elaboração do PDR representou uma operação de grande envergadura e complexidade, tendo em atenção que não foi tarefa fácil a criação de um documento deste tipo , para um país como o nosso, em que ainda desfruta de um conjunto de situações de atraso estrutural, relativamente aos

padrões europeus. Apesar da notável evolução registada nos últimos anos, Portugal continua a ter problemas a adaptar-se ao novo contexto internacional para o seu processo de desenvolvimento. De entre esses atrasos destacam-se;

- h) A pouca qualificação dos Recursos Humanos, no que diz respeito à escolarização e à formação da população com idades compreendidas entre os 25 e 65 anos. Facto que provoca uma resposta inadequada a um ambiente de maior concorrência, de mutações tecnológicas e de surgimento de oportunidades de crescimento em sectores e actividades mais exigentes em qualificações.
- i) Um estrutura produtiva em que por vezes é patente o modelo funcionalista, virada para actividades orientadas para mercados saturados, em que não se consegue superar a concorrência de outros países.
- j) As insuficientes infra-estruturas, os problemas de acessibilidade e comunicações que dificultam a melhor articulação produtiva do conjunto do país, a sua melhor inserção na economia internacional e a melhor qualidade de vida das populações.
- k) A manutenção de fortes assimetrias regionais, que terão ainda que continuar a ser reduzidas em articulação com o aumento global da competitividade do país. Tal envolve nomeadamente : - a afirmação do litoral como área chave para a exploração das oportunidades associadas à natureza *uno atlântica* do país, contribuindo para que a posição geográfica de Portugal não resulte numa situação periférica em relação à Europa; - o desenvolvimento do interior, facilitado pelas vantagens de localização associadas ao mais fácil acesso às grandes áreas urbanas do litoral e ao mercado espanhol, e apoiado numa exploração do seu potencial endógeno e no desenvolvimento da rede de cidades de média dimensão (PDR 1994).

Em resultado desta realidade, o PDR pode ser uma peça fundamental para o desenvolvimento do nosso país, aquando do delineamento de estratégias para 1994 /99; preparar Portugal para o novo contexto Europeu (1ª opção), e com o intuito de uma maior competição numa economia global (2ª opção) , e uma vida de mais qualidade.

Para tal, há necessidade de investir nos sistemas que assegurem a qualificação dos Recursos Humanos. Dado que “ (...) no processo de desenvolvimento as pessoas são o elemento determinante. Elas são destinatárias do desenvolvimento, mas são ao mesmo tempo ou agentes que o produzem. Sem pessoas, sem iniciativas, sem massa cinzenta não se promove o desenvolvimento sustentado” (Montalvo 1997: 4).

De alterar os factores de competitividade da economia, reduzindo a importância da mão-de-obra barata e da simples oferta de capacidade produtiva, leva a uma alteração na estrutura produtiva que tem que estar indissociavelmente ligada à mudança dos factores de competitividade.

Há que preparar as condições para dar resposta à evolução demográfica das próximas décadas, marcada pelo gradual envelhecimento das populações.

Não secundarizando a necessidade da redução nas assimetrias internas do desenvolvimento, tendo sempre presente as diversas potencialidades regionais e locais, há que assegurar o desenvolvimento do mundo rural, que só é possível com um ajustamento estrutural da agricultura, a implementar no âmbito da PAC. Será então necessária a criação de incentivos regionais que favoreçam as actividades locais, valorizando o potencial endógeno, o apoio às iniciativas municipais, supra-municipais e criação e dinamização de actividades económicas regionais.

Compreende-se assim que o Plano de Desenvolvimento Regional conjuntamente com o Plano Director Municipal de cada concelho , pode por um lado garantir o alcance de objectivos macro-económicos de convergência no quadro da União Europeia, e por outro, ser a ponta do heinsberg para o

desenvolvimento de zonas rurais, que ao longo da sua história têm passado por momentos bastante difíceis.

## 2.1 DESENVOLVIMENTO RURAL EM PORTUGAL

Portugal, apesar da sua reduzida dimensão, comporta um extenso mundo rural, ou melhor nos anos 50 "(...) era ele mesmo um país rural. Para além de Lisboa e Porto quase só havia vilas grandes, não as cidades *médias* de hoje. Os centros urbanos em áreas minúsculas num espaço tomado e gerido pela população agrícola (...) Mais de ¾ da população vivia no campo e a economia nacional dependia deste" ( Portela 1997: 1). Deste modo, o país era caracterizado por diferentes estruturas agrícolas e sociais, provocando disparidades regionais, que até hoje podem ser diferenciadas por uma dimensão vertical / Litoral / Interior e horizontal Norte / Sul.

As origens desta divisão são remotas. Historicamente houve sempre um conjunto de factores que permitiram as disparidades regionais. No Litoral, principalmente, a partir do período do descobrimentos, século XV, foi favorecida pelo comércio marítimo, mais tarde com os primeiros efeitos da revolução industrial na Inglaterra, século XIX, veio beneficiar de desenvolvimento na indústria , serviços, criação de infra-estruturas, equipamento portuário e aumento da taxa de concentração populacional.

A própria situação geográfica e a qualidade de seus terrenos são outros dos factores determinantes nas disparidades regionais. No interior Norte, a pluviosidade e humidade é elevada, por influencia marítima e seu relevo montanhoso, permitem a aplicabilidade da agricultura de policultura intensiva e de pequena dimensão , contrapõe-se às explorações de grandes áreas agrícolas, por um reduzido número de latifundiários, resultado das vastos campos planos receptores de uma breve marzia Atlântica / Mediterrânea.

No Norte interior, apesar da ruralidade ser uma constante, em que o sector de actividade dominante é o agrícola, tem-se vindo a notar uma articulação entre a produção agrícola familiar com o desempenho profissional no sector secundário e terciário, que se encontra nos meios urbanos mais litorizados. Seguindo a linha de orientação, "(...) dos países onde a evolução para uma economia industrial é mais avançada que as actividades sem serem agrícolas têm tendência a caracterizarem-se nas cidades e que a divisão do trabalho entre a agricultura e a industria ( e no seio da própria agricultura ) é mais estimulada (...) Nestes países, a redução da população activa rural a sua componente agrícola vai a par com uma contratação do papel produtivo específico da agricultura em proveito das industrias agrícolas e alimentares. Este duplo movimento explica porque é que o desequilíbrio económico e de povoamento dos campos não têm cessado de se agravar na maior parte destes países" (Akoun et al s.d : 251).

As características sócio-culturais também diferenciam as regiões." Do ponto de vista político, a incidência ideológica da defesa da propriedade e de modelos de produção clássicos, no Norte, na defesa de opções por um certo conservadorismo político; no Sul, a realidade sócio-económica do sistema salarial provocou a identidade do proletariado agrícola com ideologias de esquerda (...)" (Ferreira e Peixoto 1993: 3).

A própria religiosidade também as distingue, sendo praticada, pelo povo do Norte, de uma forma mais intensa e crente, comprovada pelos numerosos actos e festas religiosas dedicados às suas padroeiras, principalmente no Verão, com o regresso de suas gentes dos países receptores de emigração.

Após uma breve abordagem caracterizadora das diferentes regiões, assentes em diversos tipos de exploração e práticas agrícolas, cabe o momento de compreender, através da sua historicidade, o processo evolutivo que o sector agrícola percorreu para melhor perspectivar as estratégias de intervenção para o desenvolvimento rural.

No Sul do país durante décadas manteve-se a mesma estrutura fundiária, devido ao protecção cerealífero, implantado no fim do século XIX e reforçado com o período pós Primeira Guerra Mundial. Uma região bastante marcada pela campanha do trigo nos anos 30, considerada para muitos o celeiro da Nação, mas também pelos conflitos sociais entre latifundiários e assalariados.

Os agricultores, para além do desenvolvimento da actividade agrícola, tinham actividades alternativas e/ou complementares extremamente diversas, desde o artesanato ( tapetes de arraiolos, bordados de Nisa, peças de barro) até à produção agro-alimentar ( enchidos, queijos, doçaria convencional, entre outros)

Se as dificuldades de subsistência eram nítidas para o povo do Sul, como assalariado rural, não era mais fácil para os proprietários de pequena propriedade, em que todo o agregado familiar trabalhava nesse reduzido espaço agrícola. Muitos deles para obterem um melhor nível económico e social recorreram à emigração. Fenómeno bastante influenciador nos nossos meios rurais, por um lado garantia a sobrevivência daqueles que ficavam, com elevada remessa de divisas, o que permitia de certa forma um equilíbrio financeiro do país. Mas por outro, o elevado número de activos a deslocarem-se<sup>10</sup> foi de tal ordem, que ainda agravou mais os problemas das zonas rurais. " Nas aldeias e campos ficam idosos, crianças e lavradeiras. Os salários agrícolas sobem em flecha, praticamente triplicam no período 1962 - 72 " (Baptista 1996: 46). Muitas das explorações agrícolas eram padrões produtivos arcaicos, levando a uma progressiva inserção dos produtos agrícolas no mercado a preços baixos, compreendendo-se assim a perpetuação de explorações maioritariamente débeis.

Todavia, a migração não estava simplesmente direccionada para os países europeus sobretudo a partir da década de 60, quando Portugal vê-se

---

<sup>10</sup> Nos fins do século XIX até aos anos 20, deslocavam-se para o Brasil, entre 1950 e 1973, os grandes fluxos migratórios foram fundamentalmente para a Europa, dado esta estar a viver o pós II Guerra Mundial.

defrontado com a Guerra Colonial (1961-1974), e com os primeiros espaços privilegiados de concentração económica, social e demográfica, as chamadas zonas nucleares como refere Roque Amaro, o caso de porto de Leixões incluindo o Porto e respectivas áreas suburbanas, até Braga para Nordeste e Aveiro para Sul.

Estava-se num período histórico em que o sector secundário e terciário superaram o primário "(...) a industria cresce a ritmo anual vertiginoso, cerca de 10%. As trocas comerciais intensificam-se. A mão-de-obra masculina falta e os salários sobem. À chamada do trabalho nas fábricas e nos serviços respondem as mulheres. Instala-se e cresce a pluriactividade, sobretudo com a industrialização difusa. A terra dá o pão de cada dia, a fábrica o salário mensal" (Portela 1997: 3).

Se a população do interior do Norte de certa forma colmatou as principais necessidades através da migração, os do Sul continuaram no seu espaço rural, como sistema fechado, a ultrapassar as suas dificuldades dia a dia; que só a Reforma Agrária (Revolução do 25 de Abril de 1974) veio alterar a sua vida , apesar na década de 80 se dar a devolução das terras aos antigos proprietários.

Enquanto a Sul a instauração da democracia política afectou de forma mais directa o mundo agrícola, no Norte permitiu de certa forma, ao mundo rural conviver com a conjugação entre a actividade agrícola e os outros sectores.

Esta articulação deveu-se ao desenvolvimento de pequenas empresas e de algumas prestações de serviços , nos pequenos aglomerados populacionais, resultado de uma política assente na descentralização administrativa e financeira para os Municípios ( Poder Local ), criando novas infra-estruturas e uma nova dinâmica às regiões rurais , que só foi conseguido graças aos fundos estruturais proveniente da União Europeia após 1986 ( o FEDER e o FEOGA ) e produção das pequenas explorações agrícolas viu-se assim fortalecidas com estes novos rendimentos .

A título de síntese, o mundo rural em Portugal adquiriu, ao longo de várias décadas, contornos particulares, resultado das diversas disparidades regionais (Norte / Sul , Litoral / Interior). Actualmente, toda a zona rural é caracterizada como uma *unidade* que alberga um maranhar de problemas confinados não só à vertente interna como externa, resultado de uma marginalização por parte da sociedade moderna.

Estamos perante *vitimas* de uma rápida expansão das cidades, de um moderno urbanismo indissociado e de um crescimento de todos os tipos de serviços que actualmente fazem parte do desenvolvimento da nossa sociedade, da transformação radical das actividades agrícolas, dado ao declínio total da agricultura tradicional, e do fenómeno de concentração de actividades e equipamentos no âmbito sociocultural nas grandes cidades<sup>11</sup>.

As zonas rurais ao passarem pela diminuição demográfica e económica, perderam automaticamente peso político eleitoral, o que ainda provocou uma mais assentuada subalternização em relação aos centros urbanos. Até mesmo submissão a um conjunto de estratégias de desenvolvimento assentes no paradigma funcionalista, baseado na nacionalidade do modelo hierárquico - funcional , que tem sido uma realidade constante até recentemente.

Direccionada a problemática na vertente interna, elas são zonas desertificadas, de envelhecimento rápido, onde a pouca população activa desempenha cargos com formação e qualificação por vezes inadequada, como refere um funcionário autarca da zona em estudo, "(...) sendo por vezes necessário recorrer a técnicos e a pessoas qualificadas de fora, para dinamizar e contribuir para algum desenvolvimento da região ou mesmo alertar o povo local do que se pode fazer, para por fim a estas zonas marginalizadas. É necessário

---

<sup>11</sup> Nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, correspondentes a cerca de 4% do território, concentra-se actualmente 40% da população portuguesa. Por outro lado, os distritos de Lisboa e Porto contribuíram em 1995 para a receita fiscal nacional com cerca de 70% da cobrança do IRS, 80% do IRC e 85% do IVA (Montalvo 1997)

unir as experiências vividas daqueles que sabem fazer o bom queijo, o bom enchido, a manta alentejana (...) com a gente com conhecimentos ligados a novas correntes de conhecimento, de tecnologias.”

O tecido produtivo apresenta claras deficiências económicas, dada a ruralidade, à qual a actividade económica predominante é a agricultura, cujos produtos se tornam cada vez menos rentáveis num mercado concorrencial que viu alargar a sua acção a uma conjuntura económica europeia, tem sido fortemente afectada por problemas estruturais resultantes do esgotamento do modelo tradicional de exploração da terra e conseqüentemente, do êxodo rural populacional.

Êxodo que se deve também às condições mínimas da população: uma habitabilidade precária, bem como o saneamento básico, sistemas de saúde e ensino, equipamentos sócio-culturais e recreativos. No caso dos factores de apoio à produção, destaca-se a dificuldade nos meios de transporte, comunicações, acessibilidades, sistemas de financiamento do investimento e meios para a formação de recursos humanos.

Na verdade, as regiões rurais “(...) tendem a concentrar múltiplos factores de fragilização das condições de vida das suas populações. Oferecem poucos recursos aos residentes, certamente abaixo dos padrões e oportunidades de vida que se tornaram comuns (...) Essas regiões não acompanharam os ritmos de desenvolvimento das zonas mais integradas” (Capucha 1996: 33).

Este panorama é comum na generalidade dos países europeus, em que sentem os efeitos negativos, fruto do processo de desenvolvimento económico dominante. A realização na Irlanda, em Novembro passado, da Conferência Europeia de Cook sobre o desenvolvimento rural, por iniciativa do Comissário Franz Fischer, revelou a preocupação dos órgãos comunitários pela situação das zonas rurais, que representam 80% da superfície da Europa e onde vive 25% da sua população (Montalva 1997).

Parafrazeando a ideia defendida por Fernão á que mudar esta realidade, criar estratégias de desenvolvimento assentes na potenciação dos recursos da ruralidade, tanto no sentido de encontrar alternativas a actividade em crise, como no de provocar o arranque de processos tendentes a elevar as condições e os níveis de vida das pessoas e de integrar essas regiões aproximando-as dos padrões mais comuns de desenvolvimento (Ferreira e Peixoto 1993); bem como levar à promoção de igualdade de oportunidades, protecção social e de justiça redistributiva.

Para tal, deve haver uma articulação entre desenvolvimento económico e social, respeito pelo meio ambiente e cultural como potencial endógeno dessa ruralidade, de forma a gerar-se desenvolvimento local em zonas rurais marginalizadas.

Tal desenvolvimento que pode passar por um conjunto de medidas, entre as quais se destacam;

- a) A valorização de actividades relacionadas com a preservação do meio ambiente, realçando-se a continuidade de algumas espécies selvagens, conservação e restauro de lagoas, bebedouros, rios, melhoria da qualidade e quantidade de água;
- b) A valorização da agricultura articulada com empenho na produção de produtos locais, tal como a charcutaria, queijos, mel, entre outro;
- c) A criação e desenvolvimento na área da prestação de serviços, de forma a apoiar pesquisas e projectos para o desenvolvimento, organização de festas e actividades lúdicas tradicionais, resolução de questões burocráticas na criação de infra-estruturas, estruturas e equipamentos, entre outros;
- d) A renovação e recuperação de montes, aldeias e vilas com efeitos na construção civil e nos serviços arquitectónicos;
- e) Criação e desenvolvimento de outras actividades complementares à actividade agrícola, o caso do turismo em espaço rural, que por sua vez

permite criar rotas, triângulos turísticos assentes na oferta que a região tem para oferecer.

Torna-se evidente que estas e outras medidas, de certa forma serão determinantes para a contextualização de soluções, mobilização e aproveitamento de potencialidades endógenas e assegurarão de forma coerente e racional um efectivo processo de desenvolvimento local.

Estratégias, que como verificámos, não passam somente pelos *pilares* da agricultura, mas também por outros, como o do turismo, cuja a essência assenta na valorização do património histórico cultural e arquitectónico articulado com os defesa do meio ambiente e a qualificação dos recursos humanos.

Actualmente o turismo é um dos sectores que tem mais crescido, não só a nível nacional como internacional. É uma actividade mais importante nos países menos desenvolvidos e menos industrializados; destacando-se de forma notável o turismo rural. "Cerca de 25% dos cidadãos europeus passam as suas férias ou de outros períodos de lazer no campo" (Capucha 1996: 39), existindo por parte das zonas rurais a tentativa de albergar o turista que procura zonas mais tradicionais e culturais, e que fogem dos pacotes mais vulgares direccionados para os grandes centros turísticos.

"O turismo rural parece constituir o ramo que mais deverá crescer e diversificar-se no futuro, absorvendo boa parte dos turistas mais exigentes, cultos, informados, indiferentes aos custos e selectivos nas suas escolhas" (Capucha 1996: 39).

No entanto, é necessário saber gerir o desenvolvimento através do turismo e de outros pilares, caso contrário podem-se produzir efeitos de apropriação individualizada dos principais benefícios e rendimentos das dinâmicas de desenvolvimento, gerando-se deste modo novas clivagens sociais.

Cabe a todos os intervenientes activos, responsáveis no planeamento, a execução e avaliação dos projectos para o desenvolvimento e para a promoção

turística, bem como garantir da melhor forma o bem estar e a qualidade de vida a toda a população e não beneficiar os mais poderosos.

Em suma, é necessário que os agentes económicos e os actores sociais saibam como agir estrategicamente não só para garantir desenvolvimento como também mudar a atitude política e cultural sobre o mundo rural, dado não ser um fenómeno típico do nossos dias, nem sequer do nosso século, apesar desta atitude ser cada vez mais uma realidade. “Já no século XVII, D. Francisco Manuel de Melo se referia numa das suas obras a um certo cortesão para quem todo o homem que estava vinte e quatro horas fora de Lisboa se convertia em alimália” (Montalvo 1997: 4).

## **2.2 TURISMO EM ESPAÇO RURAL**

O turismo em espaço rural abrange um conjunto diversificado de actividades turísticas, apresentando profundos contrastes no interior dos diversos países, pelo facto dos diferentes conceitos de rural e pelas várias formas que o TER pode assumir.

As várias noções de espaço rural de país para país, explica também parcialmente a profusão de nomenclaturas e a divergência intra-nomenclaturas no contexto da União Europeia. Na Alemanha, Holanda, Bélgica, França e Luxemburgo, as zonas rurais, na perspectiva turística distinguem-se das cidades, das costas, e das montanhas, estando ligadas a um povoamento disperso. Em Itália, embora haja uma semelhança em termos de conceito, as áreas rurais incluem as de montanha. Na Espanha, Grécia e Portugal, o espaço rural está fortemente relacionado ao espaço agrícola, o que pressupõe uma forte relação do turismo rural com a agricultura, o que abrange todo o território, excepção feita às cidades, predominando uma concepção de rural por oposição ao urbano.

O conceito de turismo rural emerge em 1971, aquando da constituição da primeira associação *Tourisme en Espace Rural*, em França. Seguindo-se em 1972 a publicação do celebre *Manifesto du Tourisme en Espace Rural*, que preconiza como um instrumento de reanimação dos campos na óptica de complementaridade entre a agricultura, o turismo e o artesanato. (Joaquim 1994)

Este manifesto, desperta a necessidade da protecção do meio ambiente e a preservação do património histórico arquitectónico e cultural, para a valorização e desenvolvimento do turismo rural.

O conceito de turismo com base na acepção referida é recente no nosso país. “Em 1979, nasceu materialmente o turismo em espaço rural, filho de um grupo de proprietários de quintas da região de Ponto de Lima, que tiveram as principais oportunidades e motivação suficiente para restaurar as suas mansões senhoriais, com o objectivo de criar alojamentos turísticos.” ( Bourragne 1996: 19)

No entanto a sua legitimidade foi conseguida em 1986 (D.L. nº 256/86 de 27 de Agosto; Decreto Regulamentar nº5/87 de 14 de Janeiro; Despacho Normativo nº20/87 de 24 de Fevereiro) criando três modalidades de TER - Turismo de Habitação, Turismo Rural e Agroturismo.

Turismo rural que “(...) designa uma modalidade especial de actividade turística que consiste na exploração de quartos existentes em casas, isoladas ou inseridas em núcleos habitacionais, que sirvam simultaneamente de residência aos respectivos donos e que obedeçam aos requisitos mínimos (...)” (Decreto-Lei nº251/84 de 25 de Julho I Série )

Essas casas podem ser solares, casas antigas, casas apalaçadas de qualidade, é necessário é que satisfaçam os requisitos exigidos pelo Decreto - Lei nº251/84 de 25 de Julho I Série )

Em relação ao Turismo Rural, esta assenta no desenvolvimento de actividades de interesse para o turismo, também com natureza familiar, mas com o intuito de prestação de hospedagem “(...) em casa rústica com características próprias do meio rural em que se insere, situando-se em aglomerado

populacional ou não longe dele e satisfazendo os demais condicionalismos aplicáveis.” (Decreto-Lei nº256/89 de 27 de Agosto I Série)

O que distingue notavelmente o agroturismo das outras modalidades anteriormente referidas é o exercício das actividades a serem desenvolvidas, ou seja há uma participação por parte dos turistas na exploração agrícola ou noutras actividades complementares. ( Decreto - Lei nº256/86 de 27 de Agosto I Série)

Compreendendo-se assim, que aplicação das modalidades do TER em Portugal tem estado estreitamente ligadas a dois aspectos fundamentais : - a sua localização em meios rurais e a forma de atendimento e acolhimento familiar.

Efectivamente a importância do acolhimento familiar é pois o aspecto fundamental para o desenvolvimento deste tipo de turismo, se for bem dirigido e organizado pode cativar um tipo de turistas de maior nível e sensibilidade cultural e económico.

Na verdade, as diversas modalidades do TER, poderão estar relacionadas, a uma forma muito personalizada de dar a conhecer ao turista que nos visita e que procura este tipo de alojamento, o nosso património histórico arquitectónico , cultural e ambiental.

O turista que procura o turismo em espaço rural, geralmente anseia por um acolhimento e atendimento personalizado, uma cultura local que, em princípio lhe pode ser transmitida pelo ambiente onde se instala e pela convivência com os proprietários;, - uma tranquilidade permitindo o desenvolvimento de algumas actividades de lazer; - uma forma diferente de estar, vivendo aquilo que não teria oportunidade de viver no lugar de residência habitual.

Todavia, o desenvolvimento de actividades de animação , também um dos objectivos deste tipo de turista, que lhes pode ser dada de várias formas, contribuindo o dono da casa de forma imprescindível, quer na criação de apoios necessários na sua propriedade (piscina, ténis, pesca, equitação caça, circuitos de charrette, de bicicleta ...); quer indicando as potencialidades da zona onde se insere a gastronomia, o artesanato, os parques naturais, entre outros.

É sem duvida, que o TER tem como principal objectivo satisfazer o turista, pois se este for bem acolhido , repetirá a experiência na companhia de amigos , desenvolvendo-se deste modo e de forma progressiva o turismo em espaço rural.

### 2.2.1 Evolução do Turismo em Espaço Rural

O quadro a seguir apresentado indica claramente a forma progressiva como o turismo em espaço rural se tem desenvolvido na última década, no nosso país, nas suas diversas modalidades.

**QUADRO III - Evolução das modalidades de TER**

ANO	T. H.	T. R.	A. T.	TOTAL UNI.	VAR. %	CAMAS	VAR %
1989	95	90	20	206	-	*	
1990	107	106	25	238	16.1	*	
1991	118	118	40	276	16.0	*	
1992	132	151	57	340	23.2	3051	
1993	148	174	67	389	14.4	3557	16.6
1994	166	192	77	435	11.8	4104	15.4
1995	172	206	87	465	6.9	4414	7.6
1996	182	214	97	492	5.8	4554	3.2

\* não foi possível obter dados quanto ao número de camas, referido aos anos de 1989/90/91

Fonte: Direcção Geral de Turismo 1997 - Ministério da Economia / Secretaria de Estado do Comercio e Turismo

Em 1989 o TER comportava 205 unidades a nível nacional, 95 pertencentes ao turismo de habitação, 90 unidades ao turismo rural e o menor valor ao agroturismo, que ainda hoje continua a ser a modalidade com menor número de unidades (96).

Em 1996 o turismo rural era o que albergava um maior número de unidades, destacando-se com 214, enquanto o agroturismo se reduzia a 96 unidades, e o turismo de habitação com 182, o que dava um total de 492 unidades. Valor bastante significativo em relação a 1989, justificado não só pelo maior número de apoios financeiros comunitários, como também resultado de uma política assente na divulgação desses mesmos apoios à população.

De facto na última década as autarquias têm apostado mais no apoio e na divulgação, sendo visível com afirmação de um dos Presidentes da Câmara "(...) nós dispomos de um Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento, em que nos chega toda a informação ao nível de apoios e estratégias a tomar para o desenvolvimento da região, incluindo obviamente o turismo em espaço rural, nas suas diversas modalidades. Automaticamente nós enviamos a informação por escrito para todos os interessados ( actuais e futuros investidores).

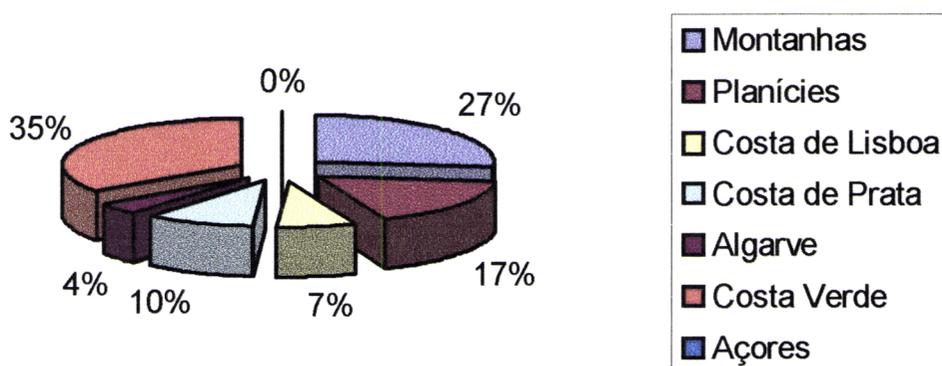
As 492 unidades vão ao encontro de um total de 4554 camas e 2375 quartos, que se encontram inscritas nas diversas modalidades, em 31 de Dezembro de 1996, distribuídas pelas diversas regiões. Como se pode verificar nos quadros e figuras seguintes, apresentadas por valores absolutos e percentuais.

Os valores apresentados são referentes às diferentes unidades de TER (Turismo de Habitação, Agroturismo e Turismo Rural), quanto ao número de estabelecimentos, como do número de quartos e camas, nas diversas regiões do país ( Costa Verde, Costa de Prata, Costa de Lisboa, Montanhas, Planícies, Algarve e Açores).

**QUADRO IV - Unidades do TER nas diversas regiões**

ZONAS	Turismo de Habitação			Turismo Rural			Agroturismo			Total		
	nº de	nº de	nº de	nº de	nº de	nº de	nº de	nº de	nº de	nº de	nº de	nº de
	Estab	Quartos	Camas	Estab	Quartos	Camas	Estab	Quartos	Camas	Estab	Quartos	Camas
Costa Verde	78	392	784	81	317	625	16	79	157	175	788	1566
Costa de Prata	19	110	217	18	87	173	11	55	109	48	252	499
Costa de Lisboa	18	103	205	14	56	111	2	18	36	34	177	352
Montanhas	44	205	408	56	214	422	32	189	372	132	608	1202
Planícies	18	205	194	34	159	311	34	194	384	86	448	889
Algarve	3	17	34	11	57	114	3	24	47	17	98	195
Açores	1	4	8	-	-	-	-	-	-	1	4	8
Total Geral	181	926	1850	214	890	1756	98	559	1105	493	2375	4711

Fonte: Ministério da Economia / Secretaria de Estado do Comercio e Turismo - Direcção Geral de Turismo

**Figura I - Número de Estabelecimentos por regiões**

Fonte: Ministério da Economia / Secretaria de Estado do Comercio e Turismo - Direcção Geral de Turismo

**QUADRO V - Percentual de estabelecimentos, quartos e camas nas diversas regiões**

	Turismo de Habitação			Turismo Rural			Agroturismo			Total		
	Nº de Estab.	Nº de Quartos	Nº de Camas	Nº de Estab.	Nº de Quartos	Nº de Camas	Nº de Estab.	Nº de Quartos	Nº de Camas	Nº de Estab.	Nº de Quartos	Nº de Camas
Costa Verde	43.1	42.4	42.4	37.9	35.6	35.6	16.3	14.1	14.2	35.5	33.2	33.2
Costa de Prata	10.5	11.9	11.7	8.4	9.8	9.9	11.2	9.8	9.9	9.7	10.6	10.6
Costa de Lisboa	9.9	11.1	11.1	6.5	6.3	6.3	2.0	3.2	3.3	6.9	7.5	7.5
Montanhas	24.3	22.1	22.1	26.2	24.0	24.0	32.7	33.8	33.6	26.8	25.5	25.5
Planícies	9.9	10.3	10.5	15.9	17.9	17.7	34.7	34.8	34.7	17.4	18.9	18.9
Algarve	1.7	1.8	1.8	5.1	6.4	6.5	3.1	4.3	4.3	3.5	4.1	4.1
Açores	0.6	0.4	0.4	—	—	—	—	—	—	0.2	0.2	0.2
Total Geral	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: Ministério da Economia / Secretaria de Estado do Comércio e Turismo - Direcção Geral de Turismo

Com base na análise dos quadros anteriores, verifica-se que a área promocional com maior capacidade de alojamento é a Costa Verde com um total de 175 unidades, 788 quartos e 1566 camas; ou seja representa 35,5% das unidades em turismo em espaço rural.

A região do Algarve, apesar de ser uma área turística - promocional, está direccionada para o chamado turismo de massa, assente quase em exclusivo no binómio sol/praias e sobretudo vocacionado para a dimensão económica. Este produto turístico, dado o espaço e onde é gerado, privilegia a divulgação da faixa litoral do país, correspondendo à concepção unidimensional do território português. Considerado como tendo vocação eminentemente atlântica, renegando para segundo plano o turismo em espaço rural, como é verificável através dos dados referidos. Só 3.5% dos estabelecimentos pertencem à região algarvia, com 98 quartos e 195 camas.

Apesar da implementação do turismo em espaço rural, ter inicialmente maior aceitação no Norte de Portugal onde, ainda hoje, predominam as casas de carácter senhorial, ricas em arquitectura e valor histórico; actualmente esse fenómeno tem-se arrastado às planícies. O Presidente da Região de Turismo Planície Dourada, afirma “ (...) esse arrastamento às planícies têm sido conseguido graças ao apoio oferecido pelas Regiões de Turismo conjuntamente com Comissão de Coordenação da Região Alentejo, Associações de Desenvolvimento, entre outras entidades, resultado de um conjunto de políticas nacionais / regionais de programas de iniciativa comunitária como o LEADER.

Actualmente esta área turística promocional apresenta 17% do total dos estabelecimentos, ou seja comporta 194 quartos e 384 camas.

É de realçar que os Açores, com certa tradição turística, principalmente nas últimas duas décadas, é a área turístico-promocional com valores mais baixos (0.2% de estabelecimentos), que são resultado de um estabelecimento de turismo de habitação que alberga quatro quartos e oito camas. A pouca implementação de unidades turística pode dever-se ao facto de reduzidas condições estruturais, de equipamentos de infra-estruturas em zonas rurais.

Quanto à Madeira entende-se que actualmente não desfruta de nenhuma das modalidades TER, estando mais vocacionada para outro tipo de turismo.

Relativamente aos dados a seguir apresentados, verifica-se que o tipo de turismo que predomina na Costa de Prata (39,6%), na Costa de Lisboa (52,9%) e nos Açores (100%) é o turismo de habitação. Enquanto nas áreas promocionais, como a Costa Verde (46,3 %), Montanhas (42,4%), Planícies (39,5%) e Algarve (64,7%) predomina o turismo rural.

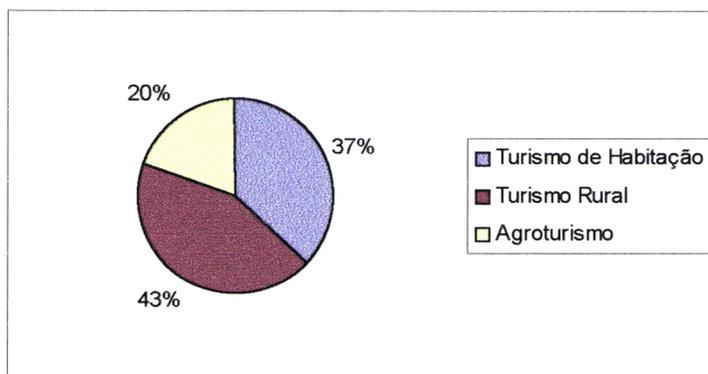
Em suma, nos fins de 1996 o turismo de habitação apresentava 37% das unidades tendo o valor percentual mais elevado de quartos (39%) e de camas (39%), o agroturismo, somente, 20% das unidades e o turismo rural com 43%.

### QUADRO VI - Tipo de turismo que predomina em cada área promocional

	Turismo de Habitação			Turismo Rural			Agroturismo			Total		
	N ° de Estab.	N ° de Quartos	N ° de Cama	N ° de Estab.	N ° de Quartos	N ° de Cama	N ° de Estab.	N ° de Quartos	N ° de Cama	N ° de Estab.	N ° de Quartos	N ° de Cama
Costa Verde	44.6	49.8	50.1	46.3	40.2	39.9	9.1	10.0	10.0	100.0	100.0	100.0
Costa de Prata	39.6	43.7	43.5	37.5	34.5	34.7	22.9	21.8	21.8	100.1	100.0	100.0
Costa de Lisboa	52.9	58.2	58.3	41.2	31.6	31.5	5.9	10.2	10.2	100.2	100.0	100.0
Montanhas	33.3	33.7	33.9	42.4	35.2	35.1	24.3	31.1	31.0	100.3	100.0	100.0
Planícies	20.9	21.2	21.8	39.5	35.5	35.0	39.5	43.3	43.2	100.4	100.0	100.0
Algarve	17.7	17.4	17.4	64.7	58.2	58.5	17.6	24.4	24.1	100.5	100.0	100.0
Açores	100.0	100.0	100.0	---	---	---	---	---	---	100.6	100.0	100.0
Total Geral	36.7	39.0	39.2	43.4	37.5	37.3	19.9	23.5	23.5	100.0	100.0	100.0

Fonte: Ministério da Economia / Secretaria de Estado do Comercio e Turismo - Direcção Geral de Turismo

**Figura II - Valores percentuais das modalidades TER (Estabelecimentos)**



Fonte: Ministério da Economia / Secretaria de Estado do Comercio e Turismo - Direcção Geral de Turismo

No quadro seguinte pode-se confrontar os valores de 1996 com os 1995, no que diz respeito ao número de unidades de alojamento e camas nas diversas regiões do país.

**QUADRO VII- Número de unidades e camas em 1995 e 1996 nas diversas áreas promocionais**

	Nº De Unidades		Nº de Camas			
	1996	1995	1996		1995	
			Nº	%	Nº	%
Costa Verde	175	165	1566	33.2	1438	32.6
Costa de Prata	48	47	499	10.6	497	11.3
Costa de Lisboa	34	37	352	7.5	328	7.4
Montanhas	132	136	1202	25.5	1215	27.5
Planícies	86	84	889	18.9	787	17.8
Algarve	17	14	195	4.1	144	3.2
Açores	1	1	8	0.2	8	0.2
Total Geral	493	484	4711	100.0	4417	100.0

Fonte: Ministério da Economia / Secretaria de Estado do Comercio e Turismo - Direcção Geral de Turismo

Os valores de 1995 para 1996 aumentaram , tanto a nível de unidades como o número de camas, com excepção da Costa de Lisboa, que albergava 37 unidades em 95 e passou a 34, e as regiões das Montanhas com 136 unidades em 1995, passando para 132 em 1996. Os Açores manteve o seu valor com uma unidade, que corresponde a um estabelecimento de turismo rural com 8 camas.

Em 1995 as modalidades TER no seu conjunto comportavam 483 unidades, correspondendo a 4417 camas, enquanto em 1996 esse valor

aumentou para 493 unidades correspondendo a 4711 camas que corresponde a uma taxa de variação de 1.9%.

Com base no inquérito mensal relativo ao movimento nas unidades do turismo no espaço rural, elaborado pela Direcção Geral de Turismo, é possível fazer uma análise referente às taxas de ocupação de camas em 1995 e 1996 nas diversas áreas de turismo promocional.

### QUADRO VIII - Índices de Ocupação - Cama 1995 e 1996

	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maió	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
Costa Verde 1996	1.9	2.4	3.6	12.8	8.4	18.5	21.6	32.0	15.7	7.2	3.3	5.9	10.0
1995	1.5	2.4	2.6	7.7	5.4	9.4	17.5	30.3	15.2	7.0	1.9	5.6	8.8
Costa de Prata 1996	3.4	1.3	4.4	10.1	13.8	14.9	19.0	22.4	17.5	9.8	5.6	7.4	10.9
1995	2.6	2.5	2.9	8.0	9.5	11.6	21.5	29.3	18.2	10.2	1.5	8.8	11.2
Costa de Lisboa 1996	1.1	3.4	6.2	14.4	13.3	9.0	21.4	35.5	32.2	15.3	2.8	1.8	20.3
1995	0.7	2.3	1.2	4.4	4.4	2.8	6.1	38.3	5.4	17.3	1.8	1.2	6.5
Montanhas 1996	5.1	9.4	7.6	11.6	7.0	9.6	13.9	18.0	10.6	6.7	4.3	8.9	8.8
1995	4.2	7.3	5.7	9.8	6.4	9.0	12.6	22.4	10.3	8.9	3.2	10.2	9.2
Planícies 1996	5.5	7.5	7.4	21.6	13.4	11.8	18.2	39.0	14.9	11.3	8.7	10.3	12.8
1995	4.6	6.9	6.9	19.6	14.4	13.9	13.2	25.3	12.6	10.2	7.6	11.1	11.9
Algarve 1996	6.4	7.3	16.3	27.2	21.9	36.4	29.1	51.4	30.3	42.5	19.5	6.1	23.6
1995	3.6	10.4	9.3	24.4	19.8	34.1	30.4	51.8	46.6	50.6	18.8	8.3	24.6
Total 1996	3.8	5.5	6.2	14.2	10.4	13.9	18.5	27.6	15.2	9.9	5.6	7.8	10.8
1995	2.9	4.9	4.5	10.7	8.1	10.7	16.1	28.0	14.5	11.1	4.1	8.6	10.2

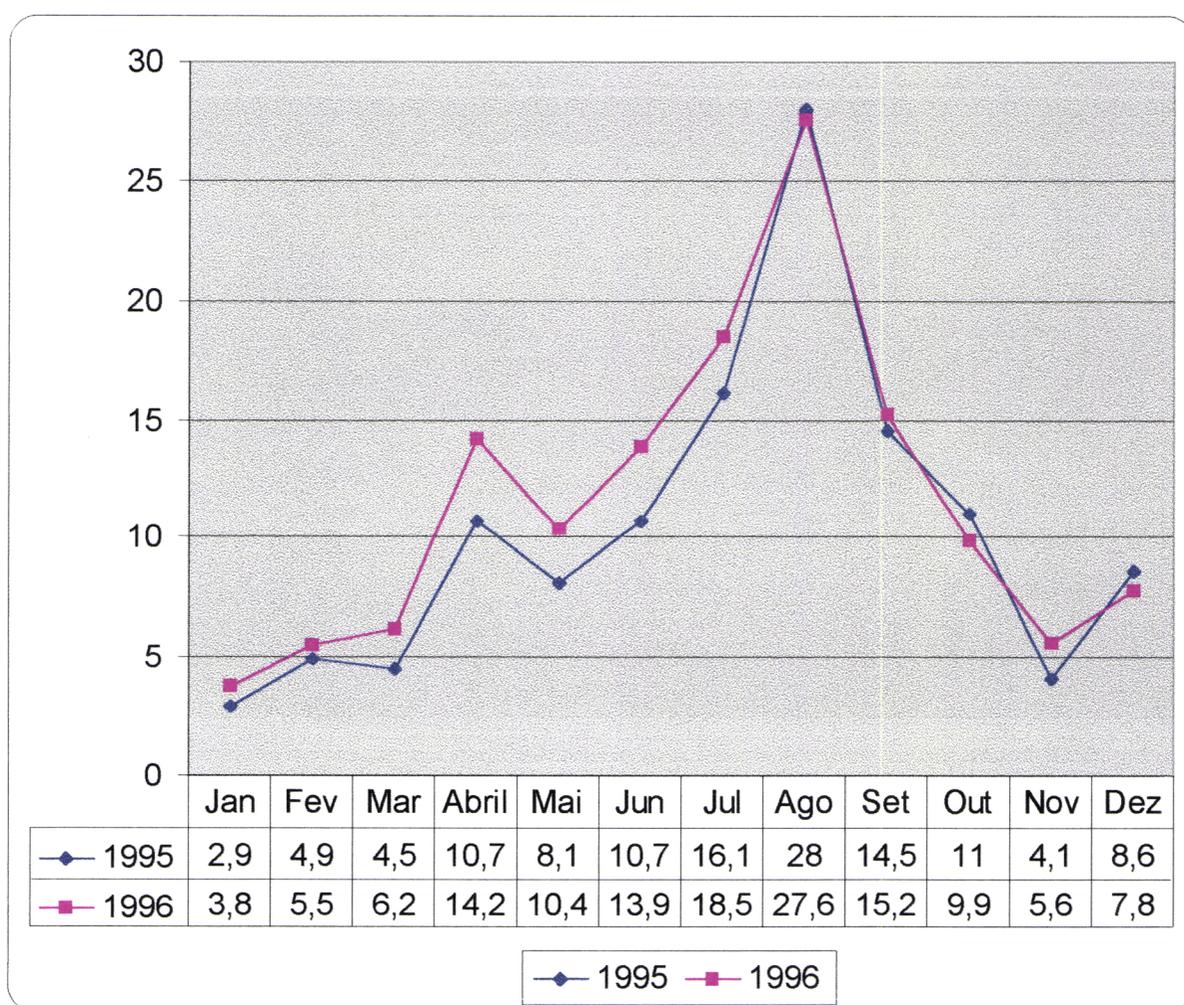
Fonte: Ministério da Economia / Secretaria de Estado do Comercio e Turismo - Direcção Geral de Turismo

Numa forma geral não houve grandes alterações nos valores percentuais de 95/96. Obteve-se uma taxa média anual de ocupação - cama de 10,8%, ligeiramente superior à registada no anterior ano com 10,2%.

Sob o ponto de vista regional as Planícies estão em terceiro lugar com uma taxa de ocupação de 12,8%, destacando-se o Algarve, que recebe anualmente um número elevado de turistas nacionais e estrangeiros, com uma taxa de 23,6%, situando-se em primeiro lugar.

Quanto à época do ano, em que as diversas áreas de turismo promocional, têm mais índice de ocupação - cama, continua a ser a chamada época alta, mais propriamente o mês de Julho (16,1%) e o Agosto (28%). Valores que indicam explicitamente o fenómeno da sazonalidade.

**GRÁFICO III - Taxas de ocupação nos diversos meses dos anos 1995 / 1996**



Fonte: Ministério da Economia / Secretaria de Estado do Comercio e Turismo - Direcção Geral de Turismo

Apesar das diversas tentativas por parte do parlamento europeu para o escalonamento das férias, de forma alargar o período turístico, o que permitiria o descongestionar os itinerários e atenuar a sobrecarga do pessoal e das infra-estruturas, não tem sido possível obter resultados relevantes . Pois o fenómeno da sazonalidade provoca custos elevados nas infra-estruturas rodoviárias, de alojamento, de lazer... e tem efeitos negativos para a conservação do património histórico e arquitectónico e cultural e ambiental.

Parafrazeando Andréz, há que criar "(...) condições para promover as potencialidades e oportunidades de grandes períodos das várias estações do ano para que as pessoas possam optar por períodos diferentes. Há que recalendarizar as férias dos portugueses, com a oportunidade de desconcentrar o mês de Agosto e descongestionar destinos turísticos internos."

Perante o gráfico anterior pode-se observar a evolução das taxas de ocupação - cama nos dois anos (1995 / 1996), verifica-se que a taxa de ocupação mensal subiu em 1996, quando comparado com o ano anterior, em todos os meses com excepção do de Outubro e Dezembro.

Destaca-se notavelmente o fenómeno da sazonalidade, o que provoca verdadeiras migrações populacionais nos períodos das férias da Páscoa ( Abril com 10,7%), férias do Natal (Dezembro com 8,6%) e, sobretudo, durante os meses de Julho e Agosto, principalmente na região algarvia.

O fenómeno da sazonalidade não provocou valores mais alarmantes, devido a muitos estrangeiros reformados e aposentados, durante meses contínuos, instalarem-se nas diversas modalidades TER e em outras unidades turísticas. De facto a estadia fica-lhes mais barata do que se permanecessem em seus países de origem, o que não pode ser praticado por muitos dos portugueses.

Resultado de uma negociação entre a Direcção Geral de Turismo e a Associação Portuguesa das Agências de Viagens, para a criação e

comercialização de pacotes turísticos completos e organizados de região a região, na época baixa para os turistas estrangeiros, veio permitir a estes comprarem pacotes turísticos no seu país de origem, a preços muito mais favoráveis. Assim se compreende a estimativa das dormidas dos estrangeiros e portugueses nas nossas unidades de turismo em espaço rural ao longo do ano de 1996.

### QUADRO XIX - Estimativa das dormidas no Total de Unidades em TER

		Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
Costa Verde	Nacionais	447	571	701	2059	870	1760	2016	4686	1750	1107	689	1753	18409
	Estrangeiros	123	112	373	1617	1691	3587	4761	5575	3248	1135	311	246	22779
	Total	570	683	1074	3676	2561	5347	6777	10261	4998	2242	1000	1999	41188
Costa de Prata	Nacionais	279	79	131	224	95	222	469	588	367	219	342	694	3709
	Estrangeiros	100	58	389	889	1569	1694	2058	2380	2030	1170	551	318	13246
	Total	379	137	520	1123	1664	1916	2527	2968	2397	1389	893	1012	16925
Costa de Lisboa	Nacionais	12	83	52	162	120	212	234	441	404	184	97	34	2035
	Estrangeiros	63	155	379	784	732	364	852	1815	1965	835	45	32	8021
	Total	75	238	431	946	852	576	1086	2256	2369	1019	142	66	10056
Montanhas	Nacionais	1238	2142	1852	2745	1126	1697	2102	4234	1880	1419	1019	2595	24049
	Estrangeiros	370	596	561	867	1089	1422	2621	1738	1313	801	346	273	11997
	Total	1608	2738	2413	3612	2215	3119	4723	5972	3193	2220	1365	2868	36046
Planícies	Nacionais	749	956	920	2257	1040	1243	1469	3837	1401	1357	1201	1647	18077
	Estrangeiros	168	224	374	1271	1193	752	1548	2594	1147	661	305	161	10398
	Total	917	1180	1294	3528	2233	1995	3017	6431	2548	2018	1506	1808	28475
Algarve	Nacionais	23	18	71	14	24	202	214	714	241	59	38	124	1742
	Estrangeiros	200	212	472	849	663	1111	688	1085	737	1431	670	90	8209
	Total	223	230	543	863	687	1313	902	1799	978	1490	708	214	9950
Total Geral	Nacional	2748	3849	3727	7461	3275	5336	6504	14500	6043	4345	3386	6847	68021
	Estrangeiros	1024	1357	2548	6287	6937	8930	12528	15187	10440	6033	2228	1120	74619
	Total	3772	5206	6275	13748	10212	14266	19032	29687	16483	10378	5614	7967	142640

Fonte: Ministério da Economia / Secretaria de Estado do Comércio e Turismo - Direcção Geral de Turismo

Como se pode verificar o total de dormidas no TER, nas diversas áreas de turismo promocional foi de 142640 milhões, correspondendo a cerca de 75 milhões de estrangeiros contra 68 milhões nacionais.

Na região algarvia só no mês de Dezembro as dormidas de estrangeiros (90 dormidas) é menor que a dos nacionais (124 dormidas), durante todas as épocas do ano esse fenómeno não se verifica, fruto dos tais pacotes turísticos completos a baixo preço, como já foi referido anteriormente.

No entanto noutras regiões de turismo - promocional com as montanhas (24049 dormidas nacionais e 11997 estrangeiras) e planícies (18077 nacionais e 10398 estrangeira) as dormidas estrangeiras apresentam valores mais baixos que as nacionais. O que indica, que tem havido uma preocupação por parte de diversas entidades locais e regionais e até mesmo nacionais a *venda* de Portugal aos portugueses, o chamado *vá p'ra fora cá dentro*. Tenta-se criar um turismo interno de qualidade ligado directamente a uma forma muito personalizada de dar a conhecer a sua cultura e história, ao turista de maior nível e sensibilidade cultural e também económica; sendo exemplo as planícies e as montanhas, áreas de maior ruralidade e efeito de uma interioridade.

Se tivermos presente os quadros seguintes referentes às variações em percentual do número de dormidas nacionais e estrangeiras nas diversas áreas - promocionais de 1996 com de 1995, verifica-se que as políticas que têm vindo a ser desenvolvidas, têm colhido frutos, pois em todas as regiões do país as dormidas aumentaram; com excepção da Costa de Prata que tem variação de - 2,6% a nível das dormidas nacionais. No caso das planícies teve uma variação de 25%, o que é relativamente bom, se tivermos em conta o Algarve com uma taxa de variação de 6,4%

Houve uma variação de 95 / 96 incluindo as dormidas nacionais e estrangeiras de 19,9%.

**QUADRO X - Valores percentuais das dormidas de nacionais e estrangeiros nas diversas áreas turístico - promocionais**

	Dormidas de Nacionais			Dormida de Estrangeiros			Total		
	1996 milhares	Var. % (96/95)	% Total (1996)	1996 milhares	Var. % (96/95)	% Total (1996)	1996 milhares	Var. % (96/95)	% Total (1996)
Costa Verde	18.4	18.0	27.1	22.8	26.0	30.0	41.2	22.3	28.8
Costa de Prata	3.7	- 2.6	5.4	13.2	20.0	17.7	16.9	14.2	11.9
Costa de Lisboa	2.0	53.9	2.9	8.0	77.8	10.7	10.0	69.5	7.0
Montanhas	24.0	9.6	35.4	12.0	14.3	16.1	36.0	11.1	25.3
Planícies	18.1	25.7	26.7	10.4	25.3	13.9	28.5	25.6	20.0
Algarve	1.7	13.3	2.5	8.2	3.8	11.0	10.0	6.4	7.0
Açores	---	---	---	---	---	---	---	---	---
<b>Total Geral</b>	<b>68.0</b>	<b>16.2</b>	<b>100.0</b>	<b>74.6</b>	<b>23.5</b>	<b>100.0</b>	<b>142.6</b>	<b>19.9</b>	<b>100.0</b>

	1996 (milhares)	1995 (milhares)	Var. % (1996/95)	% do Total	
				1996	1995
Dormidas de Nacionais	68.0	58.5	16.2	47.7	49.2
Dormidas de Estrangeiros	74.6	60.4	23.5	52.3	50.8
<b>Total Geral</b>	<b>142.6</b>	<b>118.9</b>	<b>19.9</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>

Fonte: Ministério da Economia / Secretaria de Estado do Comercio e Turismo - Direcção Geral de Turismo

### NOVO EMPREENDIMENTO LEGAL DO TER

Após uma abordagem evolutiva do desenvolvimento no meio rural, conjuntamente com as diversas modalidades do TER, nas últimas duas décadas, verifica-se que até muito recentemente o desenvolvimento de numerosas zonas rurais dependiam essencialmente da exploração agrícola. Hoje o TER, tem vindo e pode vir a ser uma grande força alternativa à valorização económica e sócio-cultural de uma região.

Não quer isto dizer, que deva haver um declínio total das actividades do sector primário, para valorizar-se o sector turístico e todas as actividades dele ligadas; mas sim uma articulação de políticas capazes de ultrapassar os graves problemas da agricultura, valorizar as questões ambientais, recuperar o património histórico arquitectónico e cultural e a diminuição das taxas de desemprego.

Na verdade, a articulação do turismo com uma nova política agrícola e com o apoio de diversos sectores produtivos evolutivos, podem contribuir para um desenvolvimento harmonioso e adequado a cada região.

As principais vantagens do TER para o desenvolvimento local centra-se principalmente em três eixos:

“ I) Ao nível da demografia.

a) Através da fixação da população, sobretudo jovens, face a novas actividades de expectativas.

b) E através da criação de novos empregos e serviços.

II) Ao nível sócio-económico.

a) Mediante a melhoria dos rendimentos através da acumulação e / ou diversificação de actividades.

b) Através do contacto com outras pessoas, outros hábitos, outras maneiras de estar que proporcionam o incremento de novas ideias e iniciativas.

III) Ao nível cultural.

a) Promovendo a recuperação e conservação da património local.

b) Criação de meios de animação como factor de rendimento e de recreação.

c) A dinamização do artesanato local, e dos produtos da região”  
(Martins 1994: 3).

Apesar de certa forma existir uma consciencialização por parte de muitos que o turismo articulado com outros sectores de actividade pode contribuir para o

desenvolvimento da região, inicialmente houve pouca receptividade tanto por parte dos turistas, como por parte dos donos das casas<sup>12</sup>.

Hoje com o surgimento considerável das diversas modalidades do TER (turismo de habitação, turismo rural e agroturismo) nas várias regiões de turismo promocional e de novas políticas de incentivo, levou à necessidade de actualizar a legislação existente de forma a legalizar o alojamento turístico direccionado para uma actuação que se afasta aos parâmetros mais convencionais do alojamento classificado, para evitar a deterioração da imagem do TER em Portugal.

Volta-se a retomar a designação de turismo de habitação, levando a uma nova classificação do TER, em que assentam dois tipos de categorias de alojamento, as casas de turismo de habitação e as casas inseridas em empreendimentos de turismo de aldeia.

Este turismo de habitação inclui as casas antigas, as rústicas ou quintas e as herdades, que vão ao encontro da actual legislação, casas de turismo de habitação, turismo rural e agroturismo.

Com a futura legislação consideram as casas antigas - os solares, as casas apalaçadas e, em geral aquelas cuja antiguidade, valor arquitectónico, dimensões e demais características, as tornem aptas para a prestação, com fins turísticos.

As casas rústicas são caracterizadas pela sua arquitectura, integradas no meio rural, localmente encontram-se em aglomerados populacionais ou próximos deles.

Referente às herdades ou quintas, estas estão relacionadas com a exploração agrícola, fazendo parte integrante das mesmas, estando apta para prestar hospedagem aos turistas. (Martins 1994)

---

<sup>12</sup> Até final de 1983 pouco mais do que meia centena de inscrições, dados conseguidos pela Direcção Geral de Turismo

---

A nova legislação possibilita as casas antigas inscreverem-se em turismo de habitação, mesmo instaladas em meios urbanos. Desde que estas cumpram os requisitos que actualmente a legislação dita:

- a) O número de quartos não deve ultrapassar os quinze;
- b) As áreas dos quartos duplos e individuais não devem medir menos que 14 m<sup>2</sup> e 12 m<sup>2</sup>, com casa de banho em todos eles;
- d) É obrigatório o serviço de refeições, quando a oferta nas imediações for inexistente, preferindo-se a gastronomia tradicional;
- e) Quanto aos quartos anexados, têm que ser igual ou em menor número dos quartos na casa principal, apresentando características arquitectónicas idênticas às da casa principal.

Em relação às casas incluídas em empreendimentos de turismo de aldeia , “(...) novo tipo de empreendimento constituído por um conjunto de casas mobiliárias e equipadas, integradas numa aldeia, respeitando as características próprias desta e destinadas ao alojamento de turistas” (Martins 1994: 12); para poderem ser devidamente inscritos e regulamentados, têm que também cumprir um conjunto de requisitos essenciais, tais como:

- a) a exploração integrada,
- b) a arquitectura típica e decoração tradicional da região,
- c) garantir o bem estar e o modo tradicional de vida dos residentes da aldeia.

Em suma, a nova legislação pretende alterar não só o nível conceptual, como abranger um maior número de casas, desde que estas garantam os requisitos mínimos permitindo oferecer uma hospedagem de qualidade aos turistas; bem como ser um incentivo de novos programas na recuperação de aldeias históricas com autenticidade arquitectónica.

Através desta legislação acredita-se num maior investimento do turismo em espaço rural, proporcionando conjuntamente com outras actividades

económicas directa ou indirectamente relacionadas garantir desenvolvimento nessas mesmos espaços rurais.

### **2.2.2 - TER : IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE**

O turismo em espaço rural é, actualmente, encarado como uma das alternativas às dificuldades das explorações agrícolas, fruto das profundas e previsíveis transformações operadas na agricultura portuguesa após a adesão à União Europeia, o que acarretou níveis crescentes de desertificação humana e de florestação, acompanhadas pela diminuição do conjunto de características próprias de cada região.

A actividade turística tem, de certa forma, contribuído para combater esse processo que vinha a caracterizar as zonas rurais. A título de exemplo "(...) no Alentejo estão em actividade no âmbito do turismo da natureza doze empresas de serviços (empresas de animação turística), quatro agências de viagens com programas específicos de natureza e dezasseis empreendimentos de turismo em espaço rural" (Rego 1997: 32). Não secundarizando pequenas estruturas locais, que de forma mais indirecta proporcionam condições para o desenvolvimento das actividades de turismo da natureza, somente em Mértola tem mais de doze estruturas de restauração.

No entanto, é necessário realçar que não se pretende que o turismo ao ser encarado como uma alternativa para as zonas rurais menos desenvolvidas, seja em contrapartida um dos causadores da deterioração do meio ambiente. Actualmente, o anseio de muitos pelo desenvolvimento definem más políticas de ordenamento de território e defendem um turismo massificado, em vez de incentivar os visitados e visitantes a conservar a natureza, que é um dos maiores valores patrimoniais e potenciadores de desenvolvimento.

Deve-se salientar-se, contudo, que o meio ambiente não é constituído somente pelo sol, pelo clima, pelas praias. Esses factores traduzem apenas o que foi dotado pela Natureza. Existem outras importantes parcelas do meio ambiente criadas pelo Homem, do passado e do presente, que se traduzem em factores positivos ou negativos, que o valorizam ou o agridem. O caso das construções para habitação e instalações industriais em zonas turísticas, sobretudo quando poluem o ar e a água, a chamada betorização litoral.

A inexistência de um ordenamento turístico e de uma política de solos contribuem, logicamente, para o aparecimento de situações de agressão ao meio ambiente. Assim acontece também à permissividade de algumas autarquias locais, face ao desejo de emigrantes e residentes de construção de habitações que constituem verdadeiros atentados pelo contraste que provocam às regiões. Embora deva reconhecer-se que, no âmbito da construção nas aldeias e vilas alentejanas, salvo poucas excepções, tem-se preservado e valorizado o cariz tradicional.

Ao abordarmos a problemática do meio ambiente, não se tem só como objectivo criar medidas de decisão capazes de combater a agressão ambiental, resultado do desenvolvimento de actividades nos diversos sectores económicos, como também encarar a preservação do meio ambiente, o surgimento de áreas protegidas, como instrumentos capazes de contribuir para o desenvolvimento da actividade turística e para a valorização do património natural da região.

Em 1993, foram definidos seis tipos de áreas protegidas: Parque Nacional, Parque Natural, Reserva Natural, Sítios com interesse biológico e Paisagem Protegida; indo ao encontro da disposição do D.L. nº19 /93, de 23 de Janeiro, em que se afirma "(...) Devem ser classificadas como áreas protegidas as áreas terrestres e as águas inferiores e marítimas em que a fauna, a flora, a paisagem, os ecossistemas ou outras ocorrências naturais apresentem, pela sua raridade, valor ecológico ou paisagístico, importância, cultural e social, uma relevância especial que exija medidas específicas de conservação e gestão, em ordem a

---

promover a gestão nacional dos recursos naturais, a valorização do património natural e construindo, regulamentando as intervenções artificiais susceptíveis de as degradar”( D.L. nº19/93, de 23 de Janeiro)

Às áreas protegidas conciliam aspectos de preservação, como o caso dos recursos nos Parques Naturais e dos monumentos naturais e valores de conservação nos Parques Naturais, visando “ (...) a promoção do desenvolvimento sustentado da região, valorizando a interacção entre as componentes ambientais naturais e humanas e promovendo a qualidade de vida das populações, através da valorização de actividades culturais e económicas tradicionais, assente na protecção e gestão racional do património natural.” ( D. L. nº19 /93 , de 23 de Janeiro)

Compreende-se, assim, que a preservação do meio ambiente e a criação de áreas protegidas levam à conservação da paisagem ligada aos sistemas tradicionais de agricultura e ao interesse por parte dos visitantes participarem em diversas actividades relacionadas ao espaço agrícola, alojados em unidades do TER.

“Os parques naturais surgem como a exaltação do mundo rural, procurando promover valores locais, de natureza, da paisagem, da comunidade. Harmonia do prado, da mata, do campo, dos caminhos, harmonia também de casas, quintas e hortas; certas paisagens que justificam a criação de um parque são, e serão, obra de gerações de camponeses.” (SNPRCN 1989: 7)

Em suma, temos duas realidades distintas, relativamente à dicotomia turismo / ambiente. Por um lado a criação de áreas protegidas que pode levar ao desenvolvimento de uma região, através por exemplo do turismo rural; por outro lado o desenvolvimento da actividade turística pode contribuir para por fim ao meio ambiente.

O que tem levado à criação de acções, conferências, congressos ..., tanto o nível internacional como nacional / regional, com o intuito de alertas os

potenciais investidores, os visitados e os visitantes ... sobre a preservação do meio ambiente articulado com a actividade turística.

Já no Verão de 1983, pela Organização Mundial de Turismo foram lançadas algumas ideias e recomendações sobre ambiente e turismo, tais como;

- a) Inserir os aspectos ambientais do turismo nos programas de formação, educação e informação, destinados a todos que de certa forma estão ligados a actividades relacionadas com o turismo e meio ambiente.
- b) Criar bancos de dados com informação ambiental em benefício de investidores, planificadores e operadores turísticos.
  
- c) Ter presente a escala dos projectos de desenvolvimento, de forma que as instalações turísticas fiquem adequadamente integradas no meio envolvente.
- d) Dar continuidade a estudos sobre a capacidade do meio ambiente e a sua capacidade de recepção de turistas, de forma a acautelar efeitos negativos para a conservação do legado natureza e do legado cultural (Baptista 1990).

Recentemente, Abril de 1997, em Beja, em *Mesa Redonda*, foram debatidos os principais problemas ambientais, em que se focou, mais uma vez a preocupação da actividade turística como uma das causadoras para a destruição ambiental.

Como afirma o dirigente da QUERCUS, "(...) o turismo pode ser um complemento das outras actividades existentes na região. Mas o que vejo é muitas pessoas avançarem com projectos turísticos, sem perceberem nada do assunto, pondo em causa logo desde o início como uma eventual galinha de ovos de ouro. A maior parte das pessoas não têm o mínimo de formação neste campo. O que se continua a ver são os jipes todo - o - terreno por todo o lado, as escaladas nas escarpas, os itinerários que passam pelos rios na altura de ritificação, etc." (Rego 1997: 24)

Na mesma linha, João Nunes e Rui Correia, afirmam que não podem divulgar a localização de uma zona rica em espécies raras, dado que o proprietário invadiria a zona, ou até mesmo um estudioso levaria consigo uma romaria de turistas ( Rego 1997: 24)

Como tal é necessário evitar estas situações, cabendo à Direcção Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, à Direcção Nacional da QUERCUS, entre outras, lançar medidas tais como;

- a) Ordenar o espaço e ver qual o seu uso e quais as possibilidades reais que existem, tais como o Plano de Resíduos Sólidos, os Planos de Ordenamento das Albufeiras de Litoral ..., articulados com os projectos de desenvolvimento turístico;
- b) Travar o chamado fenómeno da betorização do litoral, considerado para alguns, como o grande travão ao desenvolvimento, dado que durante décadas acreditou-se que este assentava no turismo de praia, na casa para alugar ao turista, nas grandes superfícies industriais, permitindo o enriquecimento rápido para alguns.
- c) Dinamizar acções de educação ambiental, como afirma Rui Correia "(...) para que as próprias populações saibam e se reconheçam no património que detêm, porque não há conservação da natureza sem o auxilio das populações." (Rego 1997: 20)

"Propugna-se, um turismo selectivo, cuidadosamente enquadrado num sistema informativo e interpretativo devidamente suportado por infra-estruturas de acolhimento e recreio que permitam fazer da visita de um qualquer turista uma verdadeira acção de educação ambiental." (Leitão 1987: 720). Perspectiva, que defende um turismo, em que as estadas são devidamente áreas de lazer de acolhimento, que permite a viabilidade económica e a valorização do patrimonial e ambiental da região, satisfazendo ao mesmo tempo o visitante.

Implícito nesta perspectiva, está uma das características mais marcantes deste tipo de turismo, a selectividade, que para alguns não agrada, dado que

este tipo de turismo nunca poderá gerar as mesmas receitas, que os outros tipos de turismo; em que transforma as populações locais em *vendedores de amendoins*; expressão depreciativa para acentuar a perda da identidade local e as alterações *nocivas* do turismo massificado (Baptista 1990).

### **2.2.3 TER: RECUPERAÇÃO DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO ARQUITECTÓNICO E CULTURAL**

“O património em qualquer país é sempre espelho de identidade nacional. Neste sentido, impõe-se hoje uma atitude objectiva e desapaixonada em relação aos valores que se crê importar a todos defender. Em conformidade com esta filosofia de defesa dos valores comuns, sentimos que (...) o património está enfermo, mesmo que aparentemente não o demonstre. É necessário reanimá-lo, dar-lhe a vida, e dar-lhe verdade.” (Pedras, et al 1994: 128)

Para tal é necessário criar meios de conservação “(...) todo um conjunto de acções destinadas a prolongar o tempo de vida de um edifício. Implica desencadear um conjunto de medidas destinadas a salvaguardar e prevenir a degradação, que incluem a realização das operações de manutenção necessárias ao correcto funcionamento de todas as partes e elementos dos edifícios” (Aguiar, et al 1994: 186).

Mas por vezes, não se fica pela conservação, deve-se recorrer a uma maior grau de transformação em relação à construção original, tendo em vista a recuperação que, “(...) consiste em resolver os danos físicos e as anomalias construtivas, ambientais e espaciais, acumulados ao longo dos anos, procurando ao mesmo tempo uma modernização e uma beneficiação geral do imóvel - actualizando as instalações existentes - tornando esses edifícios aptos para o seu completo e actualizado (re)uso funcional” (Aguiar, et al 1994: 186).

Tornando-se possível um espaço funcional para o desenvolvimento de actividades relacionadas a diversos sectores económicos, como o turismo.

Desde a segunda metade da década de 80, que se tem vindo a assistir a uma maior preocupação na conservação e reabilitação do património histórico arquitectónico e cultural; tanto ao nível nacional como local. Foram criados gabinetes técnicos exclusivamente centrados sobre a problemática da reabilitação, os chamados GTL<sup>13</sup> surgidos no âmbito dos programas PRV<sup>14</sup> e PRAUD<sup>15</sup>, conjuntamente a iniciativas com outras medidas de natureza financeira lançadas pelo poder central.

A actuação dos GTL têm sido de primordial importância, uma vez que foram estes que introduziram, em muitas vilas, aldeias e cidades do nosso país, esta problemática à discussão, bem como na elaboração do Plano de Salvaguarda e Valorização e o apoio aos municípios em intervenções localizadas e geralmente urgentes. Não secundarizando a sua tarefa na consciencialização das populações para o valor do seu património cultural, artístico e histórico, que lhe pertence; e a quem mais do que ninguém compete preservar, dado estão em causa as suas raízes e a sua identidade.

Os GTL ao manterem um contacto directo com a população, tem conseguido um diálogo com os residentes, organizado acções de âmbito cultural, como visitas, exposições, colóquios, contactos nas escolas, entre e ainda com o apoio de algumas entidades governamentais e organizadoras, têm sido promovidos cursos de técnicos tradicionais de construção e conservação, para a formação de pessoal técnico especializado em trabalho de conservação e reabilitação.

O trabalho que tem vindo a ser feito por parte dos GTL, proporciona-lhes um melhor conhecimento da realidade, bem como promover a elaboração de um

---

<sup>13</sup> Gabinetes Técnicos Locais - Plano de Salvaguarda e Valorização

<sup>14</sup> Programas de Reabilitação Urbana

<sup>15</sup> Programas de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas

Plano de Salvaguarda e Valorização, com propostas concretas ao nível social, arquitectónico, rural ou urbano da localidade. Esta situação tem permitido a fixação e melhor vivência da sua população e ainda a valorização de outras actividades económicas e sociais, como o caso do turismo, com particular ênfase na qualidade e na diferenciação face às motivações e aos recursos a mobilizar em benefício de um turismo de massa.

Pois, o património arquitectónico e cultural, construído e herdado do passado constitui um factor importante de atracção turística e, tal como o meio ambiente, está também sujeito a riscos de maior uso e deterioração. Como tal, é imprescindível informar os visitantes, habitantes e potenciais investidores, que muito do que é visitado passou pelo processo de conservação e reabilitação. De facto, há que consciencializar que para a satisfação das necessidades turísticas não se deve prejudicar os interesses sociais, culturais, ambientais e históricos das populações receptoras.

O turista e a população local devem estar sensibilizadas para a conservação do seu património, encarado este como um reflexo físico, do seu pensamento, do seu estatuto social, do seu grau evolutivo, da sua união com gerações passadas, do rural com o urbano. Tomando como exemplo o que é referido por Suzanne Thibal "(...) o património rural suscita a tenção dos cidadãos (turistas) para as casas camponesas, a arquitectura rural e a descoberta do país, o que se insere na prática do turismo rural e no desenvolvimento de iniciativas a favor do habitat tradicional. Do interesse comum pelo património rural construído pode nascer uma nova solidariedade cidade - campo fonte de mobilização de meios e energias" (Baptista 1990).

Mas para tal é imprescindível criar-se políticas capazes de articular os interesses do património histórico e turístico, enquadradas no âmbito regional / local, como opção dentro de políticas de planeamento municipal.

Tem sido com base nesta linha sequencial, que se deve o êxito dos GTL, para o Plano de Salvaguarda e Valorização, articulado com outras tomadas de

---

decisão a nível turístico, permitindo responder tanto às necessidades de preservar, conservar o património; como renovar, criar e desenvolver zonas turísticas. É título de exemplo a recuperação de palacetes, quintas, montes com o intuito de os transformar em unidades das diversas modalidades do TER.

A realidade focada traduz a emergência de uma formação profissionalizante, tanto a nível turístico (irá ser desenvolvido neste capítulo), como na área da conservação e reabilitação do património. Área onde se verificam as maiores carências. No entanto, com o recente surgimento do ensino profissional, que decorre no Ensino Técnico - Profissional, conjuntamente com um considerado número de outras escolas profissionais que prestam formação, na área da construção civil, acredita-se que a médio prazo haja uma alteração desta realidade.

Perante a amplitude que atingiu o Programa Conservação do Património Cultural ( CPC ) gerido pelo IEFPP; programa integrado de emprego - formação que pretende estimular a criação de novos empregos em áreas ligadas à salvaguarda e à conservação do património cultural; demonstra bem o esforço e empenho por parte de entidades públicas e privadas e alunos. Acredita-se que através da recuperação do património histórico arquitectónico e cultural, devidamente articulados com outros sectores de actividade, como o turismo, pode levar ao renascer do orgulho das populações em manter e recriar a sua história, divulgá-la e retirar dela dividendos.

Para recriar a história, recorre-se não só à recuperação e conservação arquitectónica, como também ao manter a autenticidade das diversas manifestações culturais, folcloriais e artesanais.

Manifestações, que ultimamente com fim de satisfazer, principalmente, o aumento da procura pelos turistas tem perdido a sua autenticidade. Como tal, deve-se contrariar o aparecimento de manifestações desfasadas culturalmente das populações locais, que só têm como intuito retirar dividendos, resultado do contacto directo com os turistas, que têm sede de contactar com outras culturas,

---

provocando situações de degradação especialmente em zonas rurais, que vêm o turismo como única forma de substituir a actividade agrícola.

No entanto, acredita-se que os riscos poderão ser limitados, desde que sejam tomadas medidas adequadas. No âmbito do artesanato, deve-se fazer ver que "(...) o artefacto materializa valores e revela a maneira de viver, pensar, agir de segmentos importantes da nossa população activa, constituindo parte integrante do nosso património etnográfico; cada objecto produzido é reflexo de um conjunto de sentimentos, de práticas, de funções sociais, de histórias de vida e de percursos individuais que interessa compreender para *compreender a peça*" (Ramos 1995: 4), em que o artesanato e o turismo não devem estar ligados pelo processo venda, mas sim pelo contacto de culturas e tradições diferentes.

Quanto à problemática da inovação, deve-se entrar num consenso, dado que esta tem levado à mudança do artesanato tradicional, utilização de recursos técnicos novos, alteração de gostos, necessidades e mercados e até a própria alteração da atitude e da utilização do comprador face ao produto artesanal.

Toda esta inovação deve-se a dois grandes factores: " O primeiro mais distante no tempo, prende-se com todas as alterações ocorridas, sobretudo a nível de condições sociais com a mudança do regime político em 1974; o segundo, mais próximo no tempo, prende-se com os financiamentos provenientes da Comunidade Europeia, permitindo a alguns a compra de novas tecnologias, bem como recrutamento de mulheres para a pintura, criando novos postos de trabalho." (Cartaxo 1995: 3)

As opiniões divergem quanto à autenticidade e à capacidade de adaptação das nossas manifestações culturais com os meios de inovação. Há autores que defendem que a inovação contribui para uma profunda descaracterização, passou-se do utilitário ao decorativo, alterações sobretudo ao nível das cores e dos motivos, havendo mesmo extinção de umas e criação de outras formas. A título de exemplo "(...) até ao início do nosso século, a Olaria em S. Pedro do

Corval respondia às necessidades materiais da população, o que nos nossos dias não constituiria qualquer resposta; já que as condições materiais da vida alentejana se transformaram muito nos últimos anos, tendo o mestre oleiro que dar resposta, não à população mas ao mercado, pois a sobrevivência de muitas famílias em S. Pedro do Corval dependia e depende da actividade oleira.” (Cartaxo 1995: 6)

Todavia, é preciso que o conceito de autenticidade não deva ser encarado num sentido tão absoluto. Devem-se entender as diversas manifestações de arte popular como forma de valorizar o património cultural do país e de atracção turística, mas com capacidade de adaptação, pois o traço de cultura humana não implica que seja estático. De facto, como defende Francisco Ramos e Mariana Cascais “ (...)a dinâmica da cultura tem implícita a alteração, ou até dos próprios objectos. Significa isto que, a par de número mais ou menos vasto de tradições que se refere aos objectos manufacturados, as formas que exigem simultaneamente grande destreza manual e pequeno capital” (Ramos 1995: 3).

Quanto às tradições que se mantêm, e que são alvo de um processo de mudança, acompanhado por transformações de formas tradicionais, não têm de ser necessariamente degenerescência. O que é imprescindível, é continuarem enraizadas na tradição e no modo de vida contemporâneo, pois a autenticidade verdadeira não se alcança somente por conservantismo repetitivo.

Noutra óptica, é de salientar a preocupação quanto à continuidade destas manifestações, dado que por um lado a população dos meios rurais, caminha para um envelhecimento; os jovens são cada vez mais, os que pretendem seguir a carreira profissional de seus pais.

Por outro lado, apesar de nos últimos anos, graças aos fluxos financeiros obtidos da União Europeia, terem sido criados programas de formação profissional, como é o caso CPC (Conservação do Património Cultural) claramente vocacionado para a formação e criação de emprego em áreas com

forte componente cultural e incentivos à criação de empregos; ficou-se muito aquém do que seria lícito esperar.

De facto, muitos dos colectivos produtivos e produtores independentes artesanais, oriundos de acções de formação para o auto-emprego e que, embora possam contribuir de certa forma para alguma diminuição das zonas rurais, não conseguem sair de uma relativa insuficiência económica e financeira e uma frustração na sua carreira profissional.

Como tal, antes de se iniciar a formação para a prática de qualquer actividade artesanal, esta deve ser prévia e cuidadosamente analisada sob, pelo menos dois aspectos : o da viabilidade económica e ter em atenção se os seus promotores têm uma ideia clara de qual vai ser o papel que o exercício dessa actividade específica vai ter nas sua vidas; ou seja como se lhe vão dedicar e o que dela esperam. (Soares 1994)

Entende-se, se que deve passar por uma análise cuidadosa nos diversos programas profissionais, para que estes possam permitir viabilidade e criação de equipas de actividades culturais, nas regiões tradicionalmente mais características e / ou mais próximas das regiões turísticas, conseguidas através da iniciativa dos mais jovens com as experiências dos mais velhos. Permitindo a continuidade da nossa tradição, e a adaptação das obras preferenciais dos turistas sem real adulteração, e o gosto pela sua cultura, pela sua história.

De facto, "(...) o recurso sério à obra artesanal é o retorno do homem às formas mais primitivas, puras e naturais de arte, é o encantamento das coisas simples e utilitárias; é o prazer da ligação do artista com o produto do seu trabalho, que se pode sintetizar na expressão *o artefacto é obra do artífice*" (Ramos 1995: 3).

## 2.2.4 TER: INFRA - ESTUTURAS E TRANSPORTES

O sector das actividades turísticas é dos que mais rapidamente tem crescido nas últimas décadas, na Europa Central. O turismo no nosso país representa 8% do PIB e 6% do emprego e é o sector chave da economia nacional (Ramos 1997). Enquanto se verificarem as alterações significativas dos estilos de vida das pessoas, destacando-se a tendência para o aumento da duração dos tempos livres, o aumento do rendimento médio familiar; bem como saber *explorar* as potencialidades das diversas regiões de Portugal, actividades turísticas continuarão a crescer e fazer cada vez mais parte da nossa realidade.

No entanto, deve-se elaborar um estudo descritivo e caracterizador da oferta primária ou original das diversas regiões, para permitir a definição preliminar do tipo de oferta derivada a construir, pois é a oferta primária que caracteriza as potencialidades turísticas de um país ou região.

Apesar, contudo, a oferta original não ser o único factor justificativo para a implementação de um alojamento, restaurante ... É necessário, por um lado, a criação de linhas estratégicas orientadas para acções promocionais, campanhas publicitárias e marketing, elaboração de estudos de mercado, adequadamente articuladas com o programa de implementação da oferta derivada. Por outro lado a criação de infra-estruturas, para garantir comodidade aos visitantes, rápida acessibilidade aos locais a visitar / o alojamento / transportes.

É imprescindível garantir aos turistas o abastecimento de água, em termos de quantidade e qualidade, uma rede de esgotos, uma rodoviária que permita segurança, uma rede de comunicações de telefone, fax, para possibilitar o contacto rápido fora e dentro do país com familiares e amigos, uma rede médica e hospitalar qualificada para colmatar situações de acidente e doença.

Em suma, as infra-estruturas devem assentar;

- a) Em locais onde é possível o sistema de abastecimento de água potável, electricidade, rede de estradas, sistema de esgotos, telecomunicações ...
- b) Em locais onde é possível satisfazer as necessidades básicas da vida civilizacional: hospitais, analistas, bancos, lojas, cabeleireiros, aprovisionamento alimentar, polícia, autoridade civil, farmácias, estabelecimento de óptica, pontos de compra de jornais e livros, garagens e oficinas de manutenção de automóveis, bombas de combustível ...
- c) Em locais onde é permitido meios de acesso e instalações de transporte: aeroportos, bancos de recreio, lagos ou rios, auto-estradas, sistema de transporte de montanha... (Barata 1990)

As infra-estruturas, aqui mencionadas, devem fazer parte de qualquer região. Apesar de determinadas regiões, porém, justificaram um maior cuidado na sua implementação e desenvolvimento, dado as potencialidades da mesma e dado a sua natureza turística. Cada vez mais está-se perante turismo, em que o turista é mais exigente, não só porque é oriundo de países com um nível de vida superior, como também ao turista que recorre a um turismo rural, com rendimentos elevados e relativamente exigente, em termos da qualidade dos serviços que procura, ou seja um turista culto, informado, indiferente aos custos e selectivo nas suas opções. O que por vezes ocorre , é estar-se perante zonas de interesse turístico, com um número razoável de turistas, mas sem albergarem infra-estruturas suficientes para garantir o bem estar e a comodidade do turista e do residente.

Então há duas questões a colocarem-se, ou decide-se abandonar a ideia de avançar com a implementação da respectiva oferta derivada; ou elaborar um programa de construção de infra-estruturas compatível no tempo e no espaço, passando por diversas fases de implementação da oferta derivada. Para por fim aos conflitos, que criam uma imagem negativa ao turista e uma recusa por parte

---

dos residentes aos mesmos, bem como a criação de discussão de competência entre os diversos departamentos públicos e entre os públicos e os privados.

Sendo importante definir, quanto antes, uma política turística assente em estratégias de desenvolvimento económico e social, sobretudo passando pela definição e planificação de infra-estruturas, defendendo-se os diversos interesses das regiões e colmatando as disparidades regionais.

Essa preocupação tem vindo a ser visível nas últimas duas décadas, principalmente na elaboração de diagnósticos, sobre o que tem vindo a ser feito. O que tem escasseado é a capacidade de assumir operacional e responsabilmente as implicações desses diagnósticos. Apesar de existir um realismo na realização do diagnóstico, fica-se aquém a nível da planificação e delimitação de prazos estabelecidos para inventariação de problemas existentes no domínio dos diversos tipos de infra-estruturas. Este factor deve-se, por vezes, à ineficácia da equipa de trabalho das diversas entidades responsáveis do Ministério da Habitação e Obras Públicas, representantes das autarquias locais...

Muitas destas situações enunciadas, afectam principalmente os meios rurais, correndo-se o risco de criar zonas rurais sem qualquer ordenamento turístico do território, que segundo Djord Comie " (...) traduz-se numa actividade deliberada e planificada que tem por objectivo a escolha do equipamento a implementar num espaço determinado e após a concepção de modelos espaciais em função da importância da procura, do potencial da oferta (primária ou original), das situações existentes e dos objectos sócio-económicos a atingir, em que a implementação das actividades turísticas constitui um problema fundamental a resolver (Baptista 1990).

Pretendem-se regiões definidas como um espaço nitidamente delimitado, em que exista oferta primária ou original, oferta derivada e um conjunto de infra-estruturas em que estão ligadas entre si por interacções e relações de interdependência. Seu conjunto e suas relações têm uma expressão espacial

materialmente visíveis sob a forma de um todo, uma zona rural capaz de dar resposta a um turismo diferenciado.

Se as infra-estruturas e o ordenamento turístico do território são imprescindíveis para o desenvolvimento da actividade turística, não é menos importante o papel das redes e meios de transporte. O desenvolvimento dos mesmos, deve-se à revolução industrial, o que permitiu o surgimento do turismo moderno e o desenvolvimento e crescimento de regiões distantes dos centros urbanos.

O transporte rodoviário, tornou-se elemento essencial do turismo nacional e inter-regional, o automóvel com a principal vantagem a da liberdade e flexibilidade da sua utilização e um custo relativamente baixo, permitindo ao turista chegar mais perto dos pequenos recantos de um país de forma mais individual. O autocarro proporciona um maior contacto humano através de grupos organizados inseridos em pacotes turísticos, beneficiando de conforto e uma visão panorâmica de paisagem.

Quanto ao caminho-de-ferro e aos transportes marítimos, ambos têm sofrido a concorrência conjunta da estrada e dos meios aéreos. Existindo por parte de alguns países, campanhas promocionais a nível de melhoria dos próprios transportes, tarifas promocionais, viagens turísticas a reduzidos custos. No nosso país parece que é fundamental conter a degradação principalmente em termos ferroviários. Sendo necessário elevados investimentos para corrigir a inexistência de ligações de interesse sub-regional.

A nível do transporte marítimo, dá-se o declínio após a II Guerra Mundial, vendo a sua clientela diminuir, salvou-se a *honra do convento* graças ao turismo direccionado para viagens de cruzeiros; contribuindo aos viajantes um grande conforto, animação, alojamento e visitas a centros turísticos.

Com a evolução do transporte aéreo, já em nossos dias, veio permitir um desenvolvimento nítido a nível do turismo internacional e intercontinental, tornando-se possível o contacto directo entre países longínquos. Inicialmente

essa acessibilidade era privilégio só para alguns, com o aparecimento dos aviões de grande capacidade e o crescimento do tráfego de aviões *charter*, foi possível a partir da década de 60 conseguir-se uma baixa de custo real do transporte aéreo, generalizando-se a acessibilidade às diversas classes sociais.

Mas se a nível dos meios de transporte muito se tem feito, o mesmo não se pode afirmar a nível de rede de transporte, encarada como uma infra-estrutura que não satisfaz actualmente as necessidades do sector turístico como era desejado.

Há fraca acessibilidade terrestre a zonas rurais de grande interesse turístico, devido ao estado de degradação a que se deixaram chegar as estradas secundárias, fechando-se piadeiros e estações secundárias, percorrendo grandes extensões envelhecidas, trazendo grandes deficiências nas ligações internacionais. Ficando muito aquém de poder contribuir através da sua participação no incremento do turismo regional / nacional e internacional.

A nível dos meios marítimos, apesar da extensa costa, não tem sido devidamente aproveitada, principalmente em termos de navegação de recreio e turismo. É necessário criar vias fluviais, desenvolver e dinamizar acções de desporto aquático, circuitos turísticos nas barragens e rios... enriquecendo a estada dos turistas que procuram um turismo rural e diferenciado.

Todavia, com a entrada de Portugal na União Europeia, beneficiando de fundos comunitários e toda uma política comunitária assente na criação de infra-estruturas para garantir o desenvolvimento das regiões dos diversos países<sup>16</sup>. Tem-se verificado um esforço acrescido e uma melhoria em termos de infra-estruturas rodoviárias e aeroportuárias.

---

<sup>16</sup> “Resolução do Parlamento Europeu, de 06/04/87, que encerra o processo de consulta ao Parlamento Europeu sobre a proposta da Comissão das Comunidades Europeias ao concelho de um regulamento (CEE) do concelho relativo à conservação de um apoio financeiro no âmbito de um programa a médio prazo de infra-estruturas de transporte, onde se considera, que : a) é necessário um desenvolvimento adequado das infra-estruturas comunitárias de transporte em função das acessibilidades, para que se concretizem todas as vantagens do grande mercado interno, que deverá concluir-se até 1992, e para que o potencial endógeno de desenvolvimento dos países que acabam de aderir à comunidade seja reforçado” (Baptista 1990: 173)

Como título de exemplo, o Alentejo tem sido uma região beneficiada em termos de infra-estruturas rodoviárias, através das políticas do poder central. Foi conseguido o IP1 (Lisboa - Setúbal - Algarve), seguindo-se o IP7 (Lisboa - Setúbal - Elvas - Espanha), o IP2 (Portalegre - Évora - Beja - Ourique) e o IC4 (Sines - Cercal - Odemira - Algarve).

Existindo também uma preocupação por parte da Junta Autónoma de Estradas (JAE) com as regiões, como tal optou por uma linha estratégica baseada na regionalização. " O traçado do IP7 e do IP8 (Sines - St ° André - Beja - Vila Verde de Ficalho de acordo com o PNR 2000<sup>17</sup>, reflectem essas opções e tem como objectivo o aumento dos fluxos entre o litoral e interior, por forma a diminuir , por arrastamento, as assimetrias de desenvolvimento" ( CCRA 1996:151).

No âmbito das infra-estruturas aeroportuárias destaca-se o aeroporto de Lisboa, Porto e Faro, existindo alguns aeródromos com pistas que permitem a utilização por aviões com um porte razoável, no Alentejo realça-se Beja, Évora e Montargil / Ponte de Sôr, que, no entanto, são bastante limitados no seu uso.

De acordo com o que tem vindo a ser feito, denota-se a elevada dimensão dos investimentos necessários para a realização de infra-estruturas capazes de satisfazer as populações residentes e os próprios visitantes. Bem como a dinâmica e articulação de esforços por parte de algumas entidades, principalmente aquando da entrada de Portugal na União Europeia.

### **2.2.5. TER: ACÇÕES DE FORMAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

"Turismo é, acima de tudo, um instrumento de promoção da imagem de países, regiões ou localidades, no sentido da aquisição de divisas estrangeiras e

---

<sup>17</sup> Plano Nacional Rodoviário - 2000

do desenvolvimento económico. Nas sociedades actuais, o turismo também é o grande veículo do contacto de culturas, o elo potencial da ligação com estranhos, forasteiros, hóspedes e estrangeiros. O turismo ,mediatiza pois, o processo etno-antropológico da hospitalidade, da anulação etnocêntrica , do relativismo cultural da afirmação plena do Homem, simultaneamente singular e igual aos outros Homens” (Ramos 1992: 191).

Perante esta linha de pensamento, o desenvolvimento do turismo depende, também, do factor humano, da definição e execução de políticas de valorização e aproveitamento do capital humano existente, tanto a nível do turismo de massa, como do turismo rural e personalizado.

Se no primeiro caso é imprescindível o desempenho profissional de um agente local para minimizar de certa forma o distanciamento entre visitantes e residentes, como é caracterizado este tipo de turismo, no segundo caso, o profissionalismo é fundamental , pelo facto de estar-se perante um turismo com um nível social e cultural elaborado, exigindo qualidade nos serviços e na forma como são satisfeitas as suas necessidades.

Para se conseguir, esse desempenho profissional, é importante a sua participação em acções contínuas de formação, que lhes vão permitir uma melhor compreensão da realidade envolvente, criando estratégias de desenvolvimento regional / local assentes na oferta turística qualitativa e duradoura, sem pôr risco às próprias potencialidades da região.

As acções de formação têm vindo a desempenhar um papel preponderante, não só para aqueles que estabelecem um contacto mais directo com os turistas, como para toda a população de acolhimento. “ (...) a adaptação dos recursos humanos não é simplesmente estimular a capacidade dos agricultores para oferecer hospitalidade aos habitantes das cidades, alojamento e alimentação, que é a visão de algum modo simplista, muitas vezes adoptada.” (Grefe 1990: 30)

Parafrazeando João Jorge Oliveira , as acções de formação profissional dever-se-ão processar a três níveis, uma destinada a sensibilizar as populações para o fenómeno turístico, e o seu aproveitamento como complemento da sua actividade, outras acções teriam por destinatários os próprios donos dos diferentes tipos de hospedagem e por último, acções específicas tendo como destinatários os familiares dos donos e o residente pessoal afecto às unidades de alojamento referidas - turismo de habitação, turismo rural e agroturismo.

É compreensível querer-se uma formação organizada e adequada ao pessoal, principalmente quando emerge a ideia da prestação de um serviço de qualidade e personalizado; para colmatar situações que se deparam entre visitantes e visitados, tanto a nível de impacto sociológico e cultural, como de acolhimento, de estruturas, equipamentos e acções de animação.

Quer-se pôr fim ao turismo que penetra em regiões rurais onde as condições de vida são piores e o nível de educação dos habitantes em geral mais baixo que nas cidades ... em que a população autóctone faça e aceite tudo o que pedem os promotores estrangeiros, seu próprio governo e alguns comerciantes / investidores locais, em que a voz dos viajados continua praticamente inaudível (Krippendorf 1989) menosprezando a capacidade técnica, cultural e profissional dos trabalhadores locais, surgindo situações de frustração e desmotivação que afectam as qualidades de trabalho e a produtividade.

Então há que melhorar a qualidade técnica dos serviços prestados aos turistas, através de níveis de educação e de formação profissional, para permitir uma percepção adequada do nível sócio-cultural dos diferentes turistas e decidir quanto ao comportamento correcto a adoptar no relacionamento que com eles vão estabelecer. Indo ao encontro da ideia defendida por Mário Baptista "(...) a qualidade dos serviços prestados pelos profissionais do turismo está directamente relacionada com o nível cultural e atitude que assumem na sequência de uma correcta ou incorrecta percepção das características, das

necessidades e do grau de exigência dos turistas, que reflectem os seus níveis sócio-económico e sócio-culturais” ( Baptista 1990: 406).

Se existe uma rápida percepção da necessidade do turista, os potenciais investidores estarão capacitados de conceber, organizar, implementar e gerir estruturas, prestando serviços de qualidade, definição de estratégias de marketing e diferentes formas de animação.

### **Promotores de Acções de Formação e Formação Profissional**

Como tem vindo a ser referido, para promover um turismo qualificado é imprescindível um bom desempenho profissional, que é conseguido através de acções de formação e formação profissional a vários níveis: inicial, média e superior; que são oferecidas por diversas entidades, tais como: Escolas Profissionais, Escolas Politécnicas , Escolas de Hotelaria e Turismo, Centro de Estudos e Formação Autárquica e através de Grupos de Apoio Local, entre outros.

Os GAL tem desempenhado um papel bastante importante na promoção do turismo qualificado, assente na operacionalização de uma formação de qualidade, tendo em conta três aspectos: a informação - sensibilização, formação profissional e a assistência técnica.

Na primeira fase, informação - sensibilização, a qualidade do acolhimento turístico diz respeito à população residente: a sua receptividade ao turismo e a sua compreensão do que está em causa e o programa global de desenvolvimento turístico são fundamentais. Nesta fase, o acto de formação resulta de um conjunto de acções de formação e de sensibilização adaptados à cultura regional e local.

Na fase da formação profissional propriamente dita, deve ser adaptada a actores bem identificados em função de um problema em particular. Uma formação que ajuda os actores na gestão da sua actividade e que permita a sua

integração na fileira lazer - turismo. A formação profissional é prolongada até ao acompanhamento individual e à assistência técnica, com o objectivo de assegurar a respectiva aplicação à realidade, a coerência entre a abordagem individual e os planos globais de desenvolvimento turístico promovido pelo LEADER<sup>18</sup>. (Cadernos LEADER 1994)

Todavia, não é tarefa fácil seguir toda esta linha sequencial dado a dificuldade na concepção, execução e articulação de planos de desenvolvimento turístico nas diversas zonas de intervenção; dado estar-se perante zonas diferenciadas, impossibilitando a criação de um modelo único de organização turística numa zona rural. Apesar de terem-se estabelecido actividades de intercâmbio e transferências de experiências que permitem definir e difundir na rede LEADER uma metodologia de operacionalização onde se insere a grande maioria dos GAL. Existem diversos papéis que os GAL podem desempenhar para a promoção de um turismo de qualidade, para além da formação profissional dos seus recursos humanos.

Mas se é pertinente o papel desempenhado pelos diversos GAL, a nível de acções e formação profissional, também o Centro de Estudos e Formação Autárquica, através de cursos de formação na área do turismo, dirigidos à aqueles que pertencem a entidades públicas que tem como finalidade fazer desenvolvimento local, não fica aquém.

Dado que o CEFA é uma instituição pública, destinada pela lei ao estudo da realidade autárquica e à formação dos que exercem a sua actividade profissional nas autarquias locais. Esta combinação tem permitido que se afirme que a formação dos agentes da função pública autárquica deva ligar-se ao conhecimento exacto e profundo das realidades locais, das condições históricas, culturais e sociais que influenciam o trabalho autárquico. Não terem em mente

---

<sup>18</sup> Programa de Incentivos Comunitário para o desenvolvimento rural que dá subvenção financeira a agências de desenvolvimento local - Colóquio Inaugural do LEADER I - Maio /92

que em cada funcionário, o que conta é a unidade substancial da sua pessoa, uma formação pura, alheia ao concreto, inevitavelmente dogmática e livresca.

É uma instituição, que ao longo dos seis anos de existência, tem visto as suas intervenções propostas, tornarem-se exequíveis, graças ao apoio adequado dos fundos comunitários. Com a sua autonomia administrativa programa anualmente as actividades, estando atente aos contributos e sugestões dos municípios e de outras entidades representantes do concelho, bem como o papel fundamental da criação de cada curso para a comunidade envolvente.

No caso da criação do curso de turismo "(...) teve como objectivo formar funcionários autárquicos, mais propriamente técnicos auxiliares de turismo, ou seja ajudar com discernimento e inteligência, aqueles que em dia se propuseram a servir profissionalmente nas Autarquias, bem como descobrir o melhor caminho para o desenvolvimento da sua região" (Melo 1988: 5).

O curso vigente é considerado um curso de reciclagem, ou seja tem como objectivo proporcionar conhecimentos aprofundados sobre a organização e gestão de serviços turísticos. É composto por quatro áreas: informação turística (caracterização do fenómeno turístico, transportes, operadores, alojamento e legislação turística e hoteleira) comercialização de produtos turísticos, informação socio-política, e histórico - cultural, geografia física e humana e relações públicas (perfil do técnico profissional de turismo).

Apesar do curso de formação não permitir uma ascensão na carreira dos formandos, não tem invalidado o sucesso da mesma e ultrapassar o mito da formação, "(...) antes uma questão predominantemente técnica para passar a ser um problema essencialmente cultural. Formar funcionários autárquicos não é o mesmo que moldar peças para uma máquina ou construir autómatos devidamente programados para operarem num ambiente cujas as variáveis se conheçam à partida, em si e no seu comportamento" (Melo 1988: 31).

Mas se os promotores referenciados anteriormente, estão direccionados para o desenvolvimento de acções de formação e formação a curta duração, para

---

permitir um bom desempenho profissional e uma melhor forma de actuação à comunidade envolvente. Outros têm sido, com o objectivo de irem mais longe, com a criação de cursos de formação profissional de longa duração (três anos), com o intuito de formar técnicos e profissionais do turismo, como é o caso da Escola Profissional Bento Jesus Caraça.

Instituição escolar<sup>19</sup> conseguida através do protocolo celebrado entre o Ministério da Educação e a Confederação Geral dos Trabalhadores em 20 de Agosto de 1990. Actualmente comporta nove delegações, geograficamente distribuídas, desfrutando de autonomia pedagógica, administrativa e financeira; o que permite mais facilmente a definição dos cursos vigentes é o caso do curso Técnico de Turismo / Profissional de Informação Turística.

Com o surgimento deste curso, pretende-se, contribuir para a realização e formação de jovens, proporcionando a preparação adequada para o desenvolvimento de uma carreira profissional no turismo; conduzir a uma aproximação entre escola / aluno e o mundo do trabalho / meio envolvente, através da planificação, realização e avaliação de estágios; proporcionar uma formação integral e integrada dos jovens, qualificando-os para o exercício profissional da área do turismo e para prosseguir uma formação académica de nível superior na mesma área; prestar serviços com bom desempenho profissional, para contribuir para o desenvolvimento da região.

Através deste curso os jovens, de certa forma, permitem desempenhar um vasto leque de funções no mundo do trabalho, tais como;

---

<sup>19</sup> Regulamentada pelo Decreto - Lei nº26/89, de 21 de Janeiro. O qual cria as escolas profissionais no quadro do relançamento do ensino profissional e reforço das diversas modalidades de formação profissional, que se pretendem levar a cabo fundamentalmente através da acção conjunta dos Ministérios da Educação e do Emprego e da Segurança Social, em estreita cooperação com outros ministérios e ainda com várias entidades públicas ou privadas, tentando capitalizar estruturas e recursos disponíveis, o que aliás vem na sequência de orientações definidas em conjunto pelos Ministérios.

Por força das referidas disposições legais e em particular dos n.º 1, 2 e 4 do artigo 4.º e dos n.º 1, 2 e 3 do artigo 6.º do Decreto - Lei nº26/89, de 21 de Janeiro, torna-se necessário criar os cursos a funcionar na Escola Profissional Bento Jesus Caraça, criada por contrato - programa autorgado entre o GETAP - Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional, e a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional, como segundo autorgante.

- a) Acompanhamento de turistas em visitas aos locais de interesse turístico, prestando informações de carácter geral, histórico e cultural, cuja a actividade seja exercida na região abrangida pelo curso que o formando obteve.
- b) Acolhimento e acompanhamento de turistas aos locais de alojamento, ou em deslocações, cuja exclusiva finalidade seja a ligação entre dois locais onde foram prestados outros serviços turísticos (Artigo 3º do Dec. Reg. n.º 71 - F/79 de 29 de Dezembro)
- c) Organizar e operar serviços de transporte, alojamento e viagens turísticas organizadas ao serviço de agências de viagens e turismo, empresas hoteleiras e empresas de rent - a- car .
- d) Executar tarefas nas áreas administrativas da gestão turística de viagens, nomeadamente na gestão de pessoal.

Para além destas funções aqui mencionadas, os jovens poderão ainda integrar-se em outras instituições ou organismos, tais como as regiões de turismo; departamentos sócio-culturais das Câmaras Municipais e Associações de Municípios, agências de viagens, operadores turísticos e outras empresas que laboram na área do turismo.

A termos de síntese, as políticas de formação profissional são encaradas por muitos dos actores sociais e agentes de desenvolvimento, como uma medida estratégica de um projecto de transformação local, centrada no desenvolvimento de potencialidades endógenas. Pelos formandos, futuros técnicos e profissionais do turismo, a formação é como um processo que lhe vai permitir a qualidade dos serviços, através do seu bom desempenho profissional, cativando o turista a visitar futuras à região.

Com base nesta linha de pensamento, compreende-se o aparecimento e toda a dinâmica de alguns promotores de acções de formação e formação profissional, dos quais aqui foram referidos.

### **CAPÍTULO III - TURISMO NO BAIXO ALENTEJO**

Uma das características principais do mundo moderno, resultado das revoluções do século XVIII e XIX, consiste na distinta dicotomia cidade / campo e meio rural / meio urbano, que veio acarretar não só consequências em termos espaciais e demográficos, como também económico - sociais e culturais.

Na verdade esta dicotomia teve implicações a todos os níveis da vida das populações, apesar de se verificar mais em determinadas regiões, pois muitas foram aquelas que não tiveram capacidade de articular o fenómeno da urbanização ao industrial e ao crescimento. Portugal é título de exemplo, "...vivemos num país em que as últimas três décadas se assentaram os efeitos negativos de um processo de desenvolvimento descompensado e desequilibrado. Os fenómenos do urbanismo e da industrialização, desenquadrados de qualquer sistema de coordenação e avaliação territorial provocaram rupturas no tecido social português, privilegiando a faixa litoral e o crescimento das grandes cidades metropolitanas." (Montalvo 1997:1)

As áreas metropolitanas (Lisboa, Porto) ao comportarem um elevado número populacional, resultado do êxodo rural das zonas de interior, são os maiores centros das diversas actividades dos três sectores económicos, principalmente os secundário e terciário, contribuindo para uma elevada receita fiscal nacional, para criação de melhores estruturas e infra-estruturas, no entanto provocando grandes assimetrias regionais.

Muitas das regiões que foram de primordial importância para a história do país, hoje estão esquecidas e despovoadas, resultando a forte redução dos activos agrícolas, o decréscimo da população activa e o aumento da população idosa, contribuindo para o progressivo encerramento das escolas primárias nas aldeias e na crescente abertura de centros de apoio a idosos. A quebra do ciclo

geracional de transmissão da sua cultura e a transformação das suas estruturas sócio - económicas são uma constante.

Este panorama é também vivido no Alentejo que, apesar de ter sido uma parte importante de Portugal e representar cerca de 1/3 do território nacional, é uma das regiões mais deprimidas que necessita urgentemente de uma estratégia política - económica e social capaz de revalorizar as suas potencialidade. Para tal, seria necessário a mudança na maneira de pensar dos seus responsáveis que assente em acreditarem que podem vencer a grande crise estrutural que as anacrónicas estruturas produtivas, sobretudo as agrícolas nos últimos anos têm provocado.

Além disto é necessário identificar e caracterizar a região para melhor se compreender a problemática que o Alentejo atravessa, bem como despertar a todos os interessados as potencialidade que a região desfruta que devidamente *exploradas* podem contribuir para o seu desenvolvimento.

### **3.1 - CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO**

#### **Aspectos Demográficos**

A região Alentejo ocupa uma área total de 26 930 km<sup>2</sup> que comporta os distritos de Portalegre , Évora, Beja e quatro concelhos do distrito de Setúbal, num total de quarenta e seis concelhos que se agrupam em quatro unidades territoriais (NUTS nível III ), com uma população residente de 543 443 habitantes (censos 91).

O seu quadro social contextualiza um conjunto de tendências demográficas persistentes, que apontam para uma quebra progressiva dos efectivos populacionais da mesma. Esta tendência corresponde à designada 2ª

fase da Teoria da Transição Demográfica (TTD), que se caracteriza por um retrocesso claro da taxa de mortalidade.

Tais condicionalismos reflectem-se na estrutura demográfica da região, não só a nível da perda da importância dos seus contingentes populacionais, mas também ao nível do duplo envelhecimento da sua pirâmide de idades.

Paralelamente à diminuição do peso demográfico dos efectivos populacionais da região, estes tendem a repartir-se e a concentrar-se nos centros urbanos de maior preponderância económica e de maior vitalidade no processo de urbanização.

Esta situação de distribuição polarizada da população reproduz as persistentes tendências que se têm verificado no resto do país, à semelhança do que tem ocorrido com maior acuidade nos países mais desenvolvidos. Esta nova situação tem contudo correspondido a um progressivo decréscimo da importância do mundo rural que se têm esvaziado dos actores sociais que animavam e vivificavam a paisagem rural.

De facto, o processo de despovoamento têm-se generalizado a quase todo o território, no entanto esse fenómeno é mais intenso nas áreas rurais e de interior, o que tem levado para o agravamento do urbano / rural. No Baixo Alentejo, que entre 1981 e 1991 perdeu 11.2% da sua população e apresentou um saldo migratório negativo de quase 15 mil habitantes, a questão da rarefacção demográfica atingiu já proporções que fazem perigar a sustentabilidade de qualquer estratégia de desenvolvimento.<sup>20</sup>

Particularmente, a região de Beja exemplifica cabalmente todos os condicionantes demográficos anteriormente mencionados, especialmente no que toca à concentração e peso demográfico no polo urbano que a cidade de Beja representa. Nos últimos trinta anos a cidade aumentou o seu peso relativo no concelho de 42% para 62% dos habitantes.

---

<sup>20</sup> Valores obtidos através do Estudo para a definição de uma base económica para a região Alentejo, Dez./96 CCRA

Em paralelo a função polarizadora da concentração demográfica que a cidade de Beja tem protagonizado assentou a preponderância que ela crescentemente alcançou, em termos de representação demográfica face aos efeitos populacionais do concelho. Importa referir que no início do século o total das freguesias urbanas detinha um peso demográfico de 35%, em relação ao total do concelho. Volvidas nove décadas, esse peso situa-se próximo dos 102%, o que traduz uma progressiva deslocação e mobilidade da população rural alentejana e consequente afirmação de um processo de urbanização moderado se atendermos à dicotomia evolutiva do mesmo. A título de exemplo Serpa foi um dos concelhos em que o abandono da população para outros centros urbanos foi significativo, com uma taxa de variação 81/91 de -13.8%<sup>21</sup>

Em termos de decréscimo populacional na última década, Beja não é excepção, dado que também a estrutura etária da população evidência um forte envelhecimento, comparado com os valores de 1981.

#### QUADRO XI - Evolução da População residente por Grupos Etários

ANOS	1981		1991	
	Nº	%	Nº	%
0 - 19	6091	30.9	5270	27.5
20 - 59	10347	52.7	10108	52.6
60 - 85 +	3205	16.3	3834	20.0
TOTAL	19643	100.0	19212	100.0

Fonte: Recenseamentos Gerais da População , 1981 e 1991

A cidade sofre um decréscimo nas duas classes mais novas (0 - 4 anos , 4 - 9 anos ) de forma significativa, sendo esta tendência apanágio de áreas rurais

<sup>21</sup> Censos / 91

ou áreas urbanas em decadência. Havendo a necessidade de reter a população dos 10 - 20 anos, dado ser a faixa etária com forte representação da população, será assim a única base de possível inversão da tendência verificada.

Em síntese, se não se registarem alterações e mudanças de vulto nas tendências caracterizadoras da demografia regional, arriscamo-nos a sermos confrontados com uma desertificação humana, assustadoramente preocupante para as possibilidades futuras do desenvolvimento sustentado, do espaço económico do Baixo Alentejo.

Para inverter a situação há que "... impor-se uma nova concepção do desenvolvimento, territorialmente equilibrado, apostando na regionalização, na dignificação do poder local e na procura descentralizada, criando um quadro institucional favorável à mobilização e à informação das capacidades dos Portugueses" (CCRA 1996: 13).

### **Sectores económicos**

"Em quatro décadas Portugal sofre uma metamorfose. Tal como a borboleta livre não se espelha na pupa enclausurada e imóvel, também o meio rural de hoje não se revê no de meados do século. A configuração e o cariz agrícola e rural do país dos anos 50 desaparece. As causas da evolução são múltiplas, a primeira dos quais foi, por certo, a explosão migratória e a mobilidade espacial associada. O mundo rural esvazia-se do que era seu e impregna-se do que chega de fora, perde gente, rebanhos, gado e trabalho, abandona campos e práticas agrícolas seculares." (Portela 1996: 6) Ganha novas empresas, alcançando um nível de mecanização sustentado na utilização de tecnologias e novas actividades nos sectores económicos.

A agricultura no Alentejo tem sido palco, nos últimos anos, de uma evolução conjuntural que envolve a afectação explicativa de um conjunto de

---

condicionantes internos e externos, que decisivamente a influenciam nos efeitos gerados nas lentas transformações nelas operadas.

No que se refere às condicionantes internas, e se considerarmos o clima, o solo e os recursos hídricos como factores estruturadores por excelência dos recursos naturais, importa atender à verificação técnica da classificação dos tipos de solos na região, da qual se concluiu que apenas 1/3 de entre eles reuniram as condições satisfatórias que os capacitam para o uso agrícola.

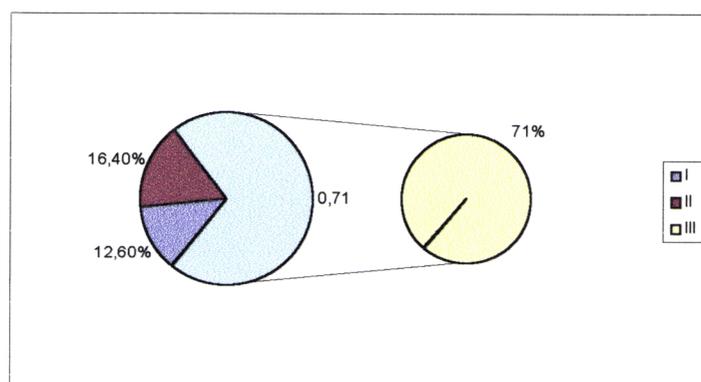
Quanto aos condicionantes externos, por um lado, importa referir que a estrutura produtiva alentejana é fortemente subsidiária e dependente da política económica nacional e comunitária dado a restrita diversidade dos bens agrícolas produzidos condicionarem a projecção do sector primário, Por outro lado, os custos de factores de produção agravaram-se nos últimos anos, a dependência económica que progressivamente capitalizou menores compensações à adaptação da agricultura no Alentejo e à insuficiência na reestruturação produtiva da região dificultada pelas contingências imperativas. Têm-se repercutido nos principais indicadores macro-económicos, não deixando de gozar efeitos acumulados negativos nas verbas orçamentais disponibilizadas para a modernização da agricultura.

Referente ao sector secundário, verifica-se no Distrito de Beja uma realidade industrial algo incipiente, se não fosse o protagonismo exercido pela industria extractiva; o Valor Acrescentado Bruto nele gerado, seria de pouco monta. Em paralelo a industria transformadora representada pela industria da madeira e cortiça, industria de produtos minerais e não metálicos e transformação é representada por unidades fabris de pequena dimensão e reduzida capacidade técnica e tecnológica, o que não lhes confere a especificidade de produzirem para a economia de escala. Sem concluir que o tecido produtivo industrial da região se encontra polarizado com significativo protagonismo racional.

A aduzir a casos pontuais de sucesso industrial na região, apresentam-se-nos outros, contudo de menor importância, que poderíamos enumerar. Mas a fraca capacidade produtiva, entre outros factores<sup>22</sup> concorre para caracterizar as insuficiências do tecido industrial alentejano, os constrangimentos com que ele se depara, bem como a justificação dos 58% de contribuição para o Valor Acrescentado Nacional.

No que diz respeito ao sector terciário na Região Alentejo actualmente afecta cerca de 50% da população residente activa e de igual modo o Valor Acrescentado Bruto da região, resultado de um conjunto de factores que de certa forma ao longo do relatório têm vindo a ser focados. Este valor ainda é mais acentuado na capital do distrito de Beja, como se pode verificar no seguinte gráfico sectorial referente à capital do Baixo Alentejo, que apresenta um valor bastante elevado com 71%.

**GRÁFICO SECTORIAL IV - Sectores de Actividades (Distrito de Beja 1991)**



Fonte: A Região Alentejo em Síntese - Documento de Trabalho - CCRA \ Fevereiro 96

<sup>22</sup> Subdimensionamento de unidades de produção, exiguidade dos mercados para onde produzem, inexistência de pólos industriais constituídos por uma diversidade de empresas e a baixa qualificação profissional dos recursos humanos efectivos e o reduzido investimento em tecnologia industrial.

O elevado valor percentual do sector do comércio e serviços nas capitais de distrito é fruto das grandes apostas na área do comércio tradicional ( hoje já com grandes superfícies comerciais), restaurantes e algumas estruturas hoteleiras. No caso da cidade de Beja o CAE 6 (comércio, restaurantes e hotéis ) apresenta um percentual de 50,9%, o que de certa forma é um valor importante aquando da análise e identificação de potencialidades do concelho de Beja para o desenvolvimento da actividade turística .

Porém, o sector terciário no distrito ainda é caracterizado por ser um sector dominado por um conjunto de debilidades e constrangimentos que têm limitado à escala geográfica e económica a expansão das suas actividades. Esses pontos fracos prendem-se com a excessiva atomização da estrutura empresarial, cujas unidades, sendo de reduzida dimensão física, não têm por isso condições para protagonizar conquistas de mercado muito para além das fronteiras da região.

### **Sistema Urbano, Acessibilidades e Dinâmica Empresarial e de Mercado**

A incapacidade de fixação da população , resultado dos nítidos contingentes emigratórios, tem contribuído não só para o despovoamento, como também para o agravamento do contraste urbano/rural, existindo uma dificuldade na afirmação da rede urbana. Actualmente, pode-se defender que o Alentejo continua a ter uma rede urbana débil, segundo os dados do Censo 91, apenas quatro centros urbanos têm uma dinâmica superior a 10 mil habitantes: Portalegre, Elvas, Évora e Beja.

Para além destes quatro centros pode-se destacar que as restantes sedes de concelho , que também fazem parte da rede urbana, têm marcado alguns pontos , apesar de serem pouco expressivos.

O sistema urbano do suburbano destes centros integram e contextualizam quatro dimensões tipológicas de nível sócio - espacial, que definem os ambientes residenciais e profissionais.

A um primeiro nível, o sistema de vivências rurais traduzido pela designação de montes, os quais nos transmitem uma herança enriquecedora e estruturada de hábitos, vivências e actividades próprias da realidade específica que sempre dominou e fortaleceu o enraizamento da cultura alentejana e da sua identidade espacial e sociocultural.

A um outro nível, as aldeias traduzem uma realidade de micro comunidades rurais e que neste momento protagonizam um papel de forte subsidiariedade e dependência dos centros urbanos mais populacionais e dinâmicos à volta dos quais gravitam.

No terceiro nível, temos as vilas que constituem aglomerados de maior dimensão, confrontando-se contudo, no caso Alentejano, com sérias dificuldades em manterem e fixarem a população. Estas, conjuntamente com as aldeias, são caracterizadas por um processo de êxodo rural que as enfraquece subtraindo o peso demográfico e importância sócio-económica .

As cidades, outra das dimensões tipológicas, concretizam a ruralidade última do processo de urbanização, que irremediavelmente, ainda que a um ritmo lento, pautou a realidade espacial alentejana. Elas têm vindo a fortalecer, incrementando as suas actividades reproduzindo a sua cultura urbana, facultando uma maior dimensão social de trabalho, permitindo uma maior e melhor heteróclita estratificação social, sendo elas as principais protagonistas da organização territorial do Alentejo. As cidades polarizam o movimento de atracção de contingentes populacionais e cívicos, que nelas se concretizam e dão azo a um crescimento tradicionalmente vocacionado para as actividades económicas, em torno do sector terciário .

De facto, tem existido um esforço por muitos para se conseguir um fortalecimento das cidades, como salienta Sr. Eng. Miguel Quaresma, "... em termos de matéria estratégica para relançar e projectar a cidade de Beja, passa desde a divulgação das suas potencialidades, até à criação de condições de acolhimento: temos muito cuidado no desenho urbano, na forma como ele se estrutura; temos muito cuidado na criação de um mercado habitacional que responda minimamente à procura e que não seja somente um fixamento de pessoas, temos uma preocupação de criar estruturas, bem como criar acessibilidades na região."

Acessibilidades estas que de facto têm sido incrementadas e fortalecidas, pois os municípios em conjunto com o poder central empenharam-se num esforço persistente de hierarquização prioritária e consequente materialização das necessidades básicas da população. Estas, relacionadas com as infra-estruturas

dos aglomerados populacionais, dotando-os de redes de água, esgotos, saneamento ..., em paralelo com adissiminação de um conjunto diversificado de equipamentos técnicos e sócio-culturais possibilitarão uma clara e inequívoca melhoria da qualidade de vida das populações.

Sendo a acessibilidade uma das componentes decisivas num sistema integrado de planeamento e ordenamento do território, facilmente compreende-se a importância decisiva que eles podem assumir como suporte de ligação às infra-estruturas turísticas, cuja a oferta beneficiará da facilidade de acesso.

No caso da cidade de Beja, tem-se aproveitado as acessibilidades conseguidas conjuntamente com a sua boa localização, para se complementarem com a criação de algumas infra-estruturas de relevo. Estas vão desde as empresas de comercialização de produtos, que estão mais viradas para a prestação de serviços, até às empresas particulares, que de certa forma estão a privilegiar a cidade, por se encontrarem numa situação em termos de utilidade bastante benéfica. Tais como a Base Aérea nº 11, que pode ser utilizada para

---

fins civis, como actividades associadas à aeronáutica e mesmo como plataforma de distribuição de mercadorias num plano mais vasto, não secundarizando o porto oceânico de Sines que tem excelentes condições para proporcionar a instalação ou implementação ao sector do comércio e serviços.

No entanto, a motivação para o espírito empreendedor que os protagonistas principais das actividades económicas geradores de riqueza da região têm, é ainda claramente diminuta e insuficiente. Caso queiramos assistir a um esforço e empenho na endógenização dos recursos financeiros disponibilizados na região para consolidar e diversificar as actividades económicas, deve-se induzir uma necessidade de priorizar a potencialização dos pontos fortes que se encontram disponíveis em termos de recursos naturais e humanos que a região encerra.

### **Património Histórico Arquitectónico e Cultural**

Do património do Baixo Alentejo transparece um conjunto de imagens simbólicas que reflectem a sedimentação de múltiplos testemunhos civilizacionais que desempenharam da pedra até aos alforges de um pastor, as marcas e as memórias de um passado longínquo.

Os elementos patrimoniais constituintes deixados por essas gentes completam-se numa cadência ininterrupta de transmissão de saberes fazer, costumes, hábitos, tradições e valores patrimoniais materializados em utensílios, apetrechos, monumentos e edificações, cujos os testemunhos estão espalhados de forma mais ou menos rica pelo território alentejano.

O património legado diversificado nas formas materiais impressivas que contemplam é um produto da acção combinada entre valor e vontade estética e necessidade funcional perante a utilização material ou simbólica que lhe quer conferir. As apropriações de uso, os hábitos civilizacionais e as práticas

---

consistentes de aculturação revertem para a imperiosa necessidade em reflectir-se acerca do património da região e de como ele se justifica perante a capacidade de enquadramento na paisagem.

Avaliar o património nas distintas escalas onde ele se reproduz, implica procurar o sentido e a filosofia de concepção que nortearam as influências imprimidas ao longo dos diversos períodos artísticos e civilizacionais que consolidaram cumulativamente o património do espaço alentejano, o que não é tarefa fácil.

As lógicas de visibilidade das marcas patrimoniais possibilitam identificar várias valências patrimoniais, cuja a combinação de mobilidade e formas de ocupação dos actores sociais, agentes económicos, religiosos e políticos repercutem a validação civilizacional e apropriação humana das heranças patrimoniais.

No distrito de Beja observa-se uma plasmificação dos valores estéticos adoptados na produção e transmissão dos elementos patrimoniais que espelham a continuidade entre a combinação de materiais disponíveis na região e as consequentes lógicas de uso dos mesmos enquanto ingredientes indispensáveis para a edificação dos testemunhos patrimoniais. Os costumes, hábitos e tradições que as distintas civilizações e culturas nos legaram, constituem um repositório memorial irrecuperável, testemunho único das distintas capacidades adaptativas das culturas humanas que alicerçaram a história da Região Alentejo.

O interesse em discernir as diversificadas modalidades de ocupação do território facultam-nos uma análise das intenções, que os actores sociais formulam enquanto mediação com o uso e utilização dos bens patrimoniais e enquanto linguagem equacionadora das vantagens herdadas e adquiridas nas interacções com o espaço patrimonial transversalizado numa perspectiva diacrónica.

A arquitectura dos hábitos quotidianos tende a reproduzir formas de ocupação e utilização dos valores, que no caso do Alentejo, traduzem uma

dualidade polarizada entre combinações de uso profano e dependências funcionais determinadas pela esfera religiosa e que repercutem o condicionamento nos respectivos espaços patrimoniais de uma codificação de restrito acesso ao seu uso.

Actualmente as vivências das experiências interpretativas das distintas escalas patrimoniais que o espaço alentejano, por osmose combina, determina os vínculos identificadores das heranças da cultura material e da cultura oral que a produção patrimonial permite destrinçar.

### **3.2 - TRIÂNGULO TURÍSTICO**

#### **3.2.1 -DEFINIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO**

O desenvolvimento do turismo e do lazer no Alentejo Interior pode vir a ser uma via fundamental de valorização da base económica, reforçada com outras actividades económicas. A definição de uma estratégia operativa direccionada para o desenvolvimento e integração da actividade turística numa determinada zona do Alentejo, no momento de crise que atravessa, pode ser o ponto de partida para um novo ciclo de desenvolvimento para a região.

O Alentejo tem potencialidades para ser considerado um *mosaico* de destinos turísticos, apesar de actualmente esses locais de destino turístico manterem uma interacção ente si ainda relativamente incipiente, uma vez que a capacidade global das ofertas turísticas e de lazer é muito diminuta nesta região, com procuras evidentemente reduzidas. Apenas três concelhos alentejanos têm maior dinâmica: Évora, Elvas e Beja, associados a um turismo urbano / negócios . As restantes zonas são receptoras de actividade turística ainda de forma incipiente, sobretudo devido à dificuldade de articular as potencialidades endógenas que o território possui com a mercadização turística.

As novas políticas assentes na abertura das fronteiras, fruto da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, podem colocar novos desafios,

---

novas maneiras de pensar e novas oportunidades. De facto, há uma tendência de proximidade entre as áreas fronteiriças (Portugal / Espanha ) que pode a médio e longo prazo tirar dividendos. No que respeita ao turismo , estas áreas fronteiriças detêm potencialidades que poderão, em pareceria, potenciar o desenvolvimento de vários produtos turísticos, permitindo dinamizar um leque de actividades no âmbito do turismo, como o turismo rural, da natureza, de itinerários / rotas.

No entanto, para existir de facto uma afirmação das actividades turísticas na base económica e social no Alentejo é necessária a definição de uma estratégia de intervenção a médio e longo prazo que sustente uma conjugação de programas e estratégias, que formem um conjunto de intervenções e acções capazes de dar resposta alguns problemas que caracterizam o Alentejo.

Contudo, a estratégia de intervenção a desenvolver-se , não pode provocar um desenvolvimento unidireccional , mas sim multidireccional , pois o turismo deve ser encarado numa perspectiva de complementaridade a outros sectores económicos, aproveitando as potencialidades da região. A sui generidade das artes e ofícios tradicionais, da riqueza gastronómica, da beleza e riqueza ambiental vai, de certa forma, permitir mobilizar investimentos produtivos, a diversificação de produtos e a valorização de actividades, para tornar o destino turístico como uma zona de caracter excepcional, capaz de cativar segmentos qualificados de mercado, consentâneos com o tipo de modelação que a oferta turística do Alentejo poderá adquirir.

Como tal, pretende-se com o presente trabalho, definir uma estratégia direccionada para o desenvolvimento turístico numa zona seleccionada (triângulo turístico : Beja, Mértola e Serpa), bem como ensaiar estruturas alternativas do turismo e lazer na zona em estudo. Para tal, não pode ser dissociada de uma caracterização (focar as principais potencialidades ) e localização desse espaço.

## **Situação Espacial**

A zona em estudo, é constituída por três concelhos (ver mapas dos concelhos em Anexo II): Beja com 18 freguesias (4 delas urbanas ) e 34 lugares, que comporta uma área de 1140 km<sup>2</sup>, Mértola com 9 freguesias ( 2 delas urbanas) e 106 lugares, o que corresponde a uma área de 1279 km<sup>2</sup> e Serpa com 7 freguesias ( 2 delas urbanas) e 12 lugares, com uma área de 1104 km<sup>2</sup> . Os três concelhos situam-se na região do Alentejo, mais propriamente no Baixo Alentejo - Alentejo Interior , correspondendo ao NUTE III. Em 1991 tinha uma população de 543443 habitantes, valor que tem variado ao longo das diversas décadas, dado o decréscimo populacional que tem vindo a *solar* o Alentejo.

Em termos de paisagem natural é caracterizado como zona de grande planície com algumas ondulações com altitudes entre os 80 a 300 metros, consideradas Serras destacando-se a Serra de Ficalho (518 m ), bem como de alguns morros, como é exemplo onde se instala a Vila de Mértola.

## **ENQUADRAMENTO HISTÓRICO**

Os três concelhos foram povoados desde tempos imemoriais, como comprovam os achados arqueológicos identificados ao momento, pois existem vestígios da presença de povos dos períodos paleolítico, calcolítico e neolítico, assim como das Idades do Cobre, do Bronze e principalmente do Ferro, como testemunha as peças arqueológicas encontradas junto ao Castelo da Vila de Serpa e no campo arqueológico junto à igreja e Castelo de Mértola, onde há possibilidade de ser visitados pelos visitantes.

O povo Celta, também teve um papel fundamental em toda esta zona, instalou-se junto ao Guadiana aproveitando as zonas férteis junto ao rio, utilizando alguns instrumentos de ferro, que permitiram desenvolver a agricultura, em que seus excedentes eram comercializados numa das grandes cidades, *conistorgis* (Beja).

Por volta de 219 a.c. os Romanos chegaram à Península Ibérica, no entanto, desde 138 a.c. que estes estavam no Alentejo, como testemunha os relatos das guerras de 154 - 133 a.c de Políbio, afirmando que foi instalado em *conistorgis* (Beja) um acompanhamento militar, e a mesma foi palco do estabelecimento de paz com os lusitanos, passando a chamar-se Pax -Julia.

É de facto, por volta 27 a.c. que Pax-Julia foi considerada *colónia* (divisão administrativa em que incluía outras cidades, entre as quais *Sirpa* (Serpa) e *Myntilis* (Mértola).

Foi realmente com a presença dos romanos que o Alentejo tirou grandes dividendos, destacando-se o crescimento e dinamização de grandes cidades como Beja, graças ao desenvolvimento de dois tipos de exploração agrícola - a *villa* - constituída por um terreno de grandes dimensões, formavam montes isolados constituindo uma das formas mais antigas de povoamento desta região, hoje, chamados *monte alentejano* visitados por muitos turistas como um *ex-libris* da região e o *latifundia* - onde existia no centro da propriedade a habitação.

Os Romanos conseguiam através destes tipos de propriedade e da fertilização dos terrenos obter grandes quantidades de trigo, vinho e azeite. Em zonas menos férteis, como os terrenos do concelho de Mértola extraíam minério, como é exemplo as Minas de S. Domingos, hoje um ponto com bastantes potencialidades para o desenvolvimento da actividade turística, esse minério era exportado por via marítima, em que a ligação ao mar era conseguida através do Rio Guadiana, o que dinamizou a antiga cidade de Mértola.

Em suma , com a presença dos Romanos no Alentejo durante sete séculos modificou-se a base político - económica, social e cultural, incluindo as formas de trabalho, tipo de povoamento, hábitos, crenças, entre outros.

Em 406 a.c. dá-se um enfraquecimento do Império Romano, levando a invasões dos Bárbaros no Alentejo, seguindo-se em 416 a.c. os Visigodos, sendo a zona em estudo também receptora dos mesmos. Mais tarde surge a presença dos Muçulmanos que também bastantes marcas nos deixaram.

No entanto, foi com a ocupação dos árabes que os concelhos alentejanos, e não só, passaram novamente por um desenvolvimento em diversas perspectivas, pois dá-se uma revitalização no comércio, introduzem-se novas técnicas e culturas agrícolas, tais como as técnicas de elevação da água por meio de nora, novos produtos como o tomate, alface, cenoura, laranja e limão, que ainda hoje caracterizam a gastronomia alentejana. Novas actividades económicas complementares à agricultura, como foi o caso da prática da pastorícia, como aproveitando de terrenos menos férteis, os rebanhos forneciam lã , utilizado-a no fabrico do tecido e das mantas, o leite transformado em queijo ( o tão conhecido queijo de Serpa) . Não secundarizando o surgimento da industria dos tecidos, da tinturaria e curtumes, o fabrico de objectos em metal tanto utilitários como decorativos , como o caso da olaria e o fabrico de mantas, que ainda hoje são uma presença constante nas zonas em estudo, são alvo das grandes atenções por parte dos de fora, valorizando-se o artesanão.

Em termos científicos trouxeram a física, a meteorologia, a geografia, referente à parte cultural trouxeram uma nova moda de vestir, os cantigos, poesia...

Todos estes factores contribuíram para o desenvolvimento da região, para o crescimento urbano ( Beja como grande urbe), para o aumento populacional de Mértola e Serpa , apesar de já ser patente a baixa densidade populacional no Alentejo em relação às restantes regiões, bem como para uma riqueza histórica

que, pode vir a contribuir como peça fundamental para o desenvolvimento da actividade turística.

Com a reconquista cristã a base político-económica , social e cultural do Alentejo sofre consequências negativas, pelo facto de uma assentada tendência da grande propriedade, na posse de um reduzido número de latifundiários, principalmente no concelho de Beja e Serpa, em que existem grandes áreas férteis de terra. No caso do concelho de Mértola, esse fenómeno não era tão vincado dado a zona ser de relevo maior e mais irregular.

Este tipo de propriedade conjuntamente com todas as suas consequências veio trazer más condições de vida à maioria das populações alentejanas, principalmente dos meios rurais. Esta situação vir-se-ia a agravar com o Estado Novo em 1929 /33 com o estímulo ao aumento da produção cerealífera, que vem originar o esgotamento e degradação dos solos através do arroteamento indiscriminado e da ruptura com os afolhamentos tradicionais, bem como o abandono das camadas mais jovens, incentivados pelos mais velhos a procurarem outra qualidade de vida.

Todavia, houve uma tendência de alteração da situação, em termos de dimensão de propriedade e número de proprietários, com o surgimento do 25 de Abril. Porém, ficou-se um pouco aquém do que era esperado por muitos.

Actualmente, tenta-se criar novas políticas de orientação assentes na *exploração* das potencialidades dos concelhos, para dinamizar outros sectores de actividade económica e minimizar esta problemática. Caminha-se para uma nova mentalidade assente na ideia que a agricultura deve ser uma actividade gerida e explorada como um dos recursos económicos numa óptica empresarial, e não como a única fonte de receita para o povo alentejano.

### Dinâmica Sócio-Demográfica na Zona em Estudo

Para melhor compreender a base sócio-económica da zona em estudo, deve-se ter presente a dinâmica demográfica, pois ambas estão interdependentes.

Anteriormente, caracterizou-se Baixo Alentejo, globalmente, como uma região envelhecida e demograficamente frágil. Situação, que se deve, simultaneamente, à evolução das suas taxas de crescimento natural e migratória, à variação das taxas de densidade populacional e aos seus baixos níveis de natalidade e fecundidade. A zona em estudo não é excepção, pois registou na última década um decréscimo populacional significativo, só o concelho de Serpa sofreu um decréscimo de 13.8%.

#### QUADRO XII - Evolução da População Residente e Densidade Populacional nos três concelhos em estudo - 1981 a 1991

População Concelhos	Pop. Residente		VAR da Pop. 1981 / 1991	Área de km <sup>2</sup>	Densidade Pop.	
	1981	1991			1981	1991
Concelho de Beja	38246	35827	- 6,3%	1140	33.5	31.4
Concelho de Mértola	20784	17915	- 13,8 %	1104	18.8	16.2
Concelho de Serpa	20483	17656	- 13,2 %	1279	16.0	13.8
Região Alentejo	578430	543442	- 6.0%	26932	21.5	20.2

Fonte : Instituto Nacional de Estatística

Como se pode verificar, com base no quadro anterior as densidades populacionais são baixas, nos três concelhos em estudo, assim como toda a

Região Alentejo, que apresenta a densidade populacional mais baixa de Portugal com 20 hab / km<sup>2</sup>.

Mas para além da reduzida taxa populacional que caracteriza a zona em estudo, está-se perante uma estrutura etária que revela como principal tendência o envelhecimento populacional. O concelho com menor peso de jovens ( 0 - 14 anos e 15 - 24 anos ) é Serpa, pois só 31% da população de Serpa tem uma idade compreendida entre 0 - 24 anos, seguindo-se Mértola.

Esta tendência de envelhecimento da população é resultado, fundamentalmente, de dois factores: da diminuição do número de jovens, como já verificamos, e do crescimento do grupo de idosos, onde se regista, no último decénio não só na zona em estudo, como em todo o Alentejo, (passou de 77 para 108). Esta realidade tem contribuído para o reduzido percentual da taxa de fecundidade, que está longe de garantir a substituição das gerações.

Os três concelhos em estudo, são também alvo do fenómeno migratório, das condições precárias de habitação, do declínio da actividade agrícola conjuntamente com outros factores.

Todos estes fenómenos explicam, claramente os Rácios de Dependência que se verificam na zona estudo, como testemunha o quadro seguinte.

#### **QUADRO XII - Rácio de Dependência (Concelhos de Beja, Mértola e Serpa)**

Concelhos	Beja	Mértola	Serpa
Grupos etários			
Jovens	28.8	26.4	26.8
Idosos	26.8	46.3	32.5
Total	55.6	72.7	59.3

Fonte: Manual de Apoio ao Investidor na Região Alentejo, CCRA \ Janeiro de 1996

De facto, os valores apresentados são bastante significativos e mostram nitidamente a situação de dependência dos jovens e idosos. Mértola apresentava em 1991 um rácio de dependência de 72,7%, seguindo-se Serpa com 59,3%, verificando-se que os valores são mais acentuados nos meios rurais do que nos urbanos.

No entanto acredita-se que perante as potencialidades da zona e uma adequada estratégia operativa direccionada para o desenvolvimento, pode permitir a correcção da evolução do crescimento migratório. Nos últimos anos, tem-se verificado por parte das entidades responsáveis e / ou promotoras algumas preocupações, tais como : o reforço dos padrões de urbanidade (Beja), criação de infra-estruturas e equipamentos, locais de ensino e formação profissional, alargamento da oferta do ensino superior, com o intuito de criar novas necessidades na região e fixar os residentes, particularmente os jovens em idade activa e se possível inversão na tendência emigratória.

### **Enquadramento Sócio-Económico**

Os três concelhos em estudo apesar de permanecerem periféricos, durante décadas, desempenharam um papel fundamental na economia do país. Contudo, por diversos factores, o Alentejo nos últimos trinta anos tem vindo a perder importância no contributo do desenvolvimento económico - social do país e mais, actualmente, está a atravessar uma grave crise em diversas perspectivas, não sendo a zona em estudo excepção.

Referente ao sector agrícola, que está condicionado por um conjunto de factores, tais como : os recursos naturais, estruturas agrícolas, enquadramento económico, Política Agrícola Comum (PAC) e enquadramento institucional, pode-se afirmar que é o sector económico e produtivo, historicamente, mais importante

---

da zona. Todavia, nos três concelhos e não só, tem-se vindo a perder importância, contribuindo assim para a crise económico - social e para o estado de desespero por parte das entidades governamentais e autárquicas. A perda de importância é testemunhada pela nítida diminuição do emprego do sector, da diminuição das áreas utilizadas, bem como na redução de algumas actividades posicionadas a montante e jusante.

No caso do Concelho de Serpa, referente à taxa de emprego no sector, verificou-se uma quebra de 53%, o principal factor para a redução da população. Relativamente à utilização da terra, no mesmo concelho, tendo por base os resultados dos Recenseamentos Agrícolas de 79 e de 89, encontra-se uma alteração bastante importante na estrutura da forma da utilização da terra, manifestada pelo reduzido número de terras aráveis (-27%), das culturas permanentes (-12%) e respectiva substituição, quase linear, destas áreas por pastagens permanentes, bem como da forma assentuada o número e a área ocupada por reservas de caça (muitas sem utilização agrícola), o que indica novas formas de absentismo.

Todavia, através da construção da barragem do Enxoé e do grande empreendimento Alqueva, acredita-se numa nova Política Agrícola Comum, assente num novo modelo cultural da agricultura alentejana. Com base na substituição progressiva das produções de sequeiro por culturas de regadio e pastagens, acredita-se em melhores índices de produtividade e rentabilidade, dado que com o projecto Alqueva cria-se uma reserva estratégica de água que dará resposta a toda a região sul, contribuindo para a regularização do rio Guadiana.

No que diz respeito ao efectivo pecuário o panorama também não é animador, dada a reduzida percentagem de número de cabeças, com excepção dos ovinos, pois houve um crescimento que rodou os 55%, no entanto houve uma redução acentuada de suínos, cerca de 56%. É um fenómeno preocupante para o concelho, dado tratar-se de uma produção específica da região ( o chamado

---

porco ibérico) que constitui um dos vectores estratégicos da agricultura local e da actividade turística, nomeadamente no que se refere aos seus derivados (enchidos e presuntos).

Contudo, apesar do concelho não estar a atravessar uma equilibrada base económico - social, resultado principalmente do sector primário, o Presidente da Câmara acredita que a região tem potencialidades capazes de levar ao desenvolvimento. “Partindo do principio que os dois projectos da barragem do Enxoé e do Alqueva vão para a frente, conjuntamente com a articulação de um conjunto de estratégias que têm vindo a ser tomadas, tais como : criação de um Gabinete Apoio ao Investidor (GAI) para informar e apoiar o investidor, apoio às Escolas Profissionais que ministram cursos adequados às necessidades do concelho e às principais actividades do mesmo (produção de queijo e actividades agrícolas), apostar na oferta turística adequada e diversificada, assente na riqueza do património natural, paisagística e arquitectónica não secundarizando o papel da gastronomia, bem como acompanhadas de algumas oportunidades e apoios através de sistemas de financiamento ao investimento produtivo ( relativo à política agrícola POAR e PAMEF) e de uma intensificação dos fluxos económicos transfronteiriços e uma política assente na descentralização do poder, acredita-se no desenvolvimento do concelho de Serpa.”

No que diz respeito ao sector primário no concelho de Mértola, este está a atravessar uma crise considerável, por um lado porque desde sempre os terrenos foram pouco férteis, vindo-se agora assentuar ,provocando um baixo rendimento e produtividade, contribuindo para a desmotivação da criação de novos investimentos no sector agrícola, por outro a redução da criação de ovinos, que sempre teve um papel importante na economia do concelho, tem diminuído, o que leva à redução do fabrico de queijo, pois como Dr. Guilherme Machado “... muitos dos queijos fabricados em Mértola são rotulados como queijo de Serpa, evidenciando-se como uma das potencialidades a continuar a explorar.”

Uma das actividades que sempre dinamizou o concelho ligada ao sector primário e que ainda tem um papel fundamental na economia do concelho é a prática da apicultura, dado a presença do rosmaninho nos terrenos, sendo uma planta que permite a valorização do mel. Grande área do concelho fica localizada (4 freguesias) na Serra Algarvia, em que a prática da agricultura é diminuta, sendo destinada para a prática da apicultura como também como zona de reserva de caça, comprovando-se mais uma vez as alternativas que o povo de Mértola ao longo da sua história conseguiu para garantir a sobrevivência.

Mas atitude geral dos empresários agrícolas ainda é excessivamente passiva, como se pode verificar através do escasso poder de iniciativa, da pouca propensão para assumirem riscos, da fraca consciência empresarial e do desinteresse pela novidade, da deficiente capacidade de gestão e uma pequena apetência para a valorização profissional. Contudo algumas entidades promotoras e a autarquia têm consciencializado os mais novos que com o projecto Alqueva e com uma renovação da PAC, vão aparecer novas agriculturas e que para tal o povo de Mértola tem que estar devidamente preparado para os novos desafios agrícolas articulados com outros sectores de actividade, como o turismo e o comércio.

Dirigindo-nos mais para o concelho de Beja, podemos verificar que a estrutura de posse e uso da terra , conjugada com a insuficiente iniciativa e consciência empresarial prevalecente no sector agrícola, não tem contribuído positivamente para a criação de uma base económica e social, dinâmica e sustentável capaz de dar resposta a este concelho.

Apesar do concelho desfrutar dos melhores terrenos do Baixo Alentejo, denominados *barros de Beja* , em que predomina a grande exploração / propriedade e rentabilidade e ter sido caracterizada durante décadas, como o centro do Baixo Alentejo em que a dinâmica económica e social estava em consonância com a vitalidade da actividade agrícola da zona, hoje é uma cidade alentejana recendida pelo processo de declínio da agricultura.

Situação esta que não é característica só deste concelho, mas que de certa forma, aparece mais ou menos destacável em outros concelhos do Alentejo, entre os quais Mértola e Serpa, resultado de um conjunto de factores, entre os quais se destacam os seguintes:

- a) a dependência de produtos agrícolas que estão rigidamente regulamentados por disposição comunitárias (os cereais, oleaginosos, azeite e produtos animais) e que são objecto das principais correntes do comércio europeu e mundial;
- b) a agricultura está direccionada para produtos com elevados consumos intermédios, cujo os custos são bastante superiores aos verificados em outros países europeus;
- c) a agricultura praticada assenta em ciclos produtivos muito longos, determinando elevados investimentos, dado as taxas de juro elevadas em relação às praticadas nos outros países, conjuntamente a uma sobrevalorização do escudo, levando à perda da competitividade face, principalmente aos nossos vizinhos espanhóis...

Este momento que se está atravessar não invalida que não se acredite no desenvolvimento no Alentejo, incluindo a zona em estudo, pois como se pode comprovar nas palavra de Dr. Quaresma, "... eu acredito no desenvolvimento no Alentejo, pois se não acreditasse, não estaria a desempenhar estas funções e, como tal tenho vindo a trabalhar em equipa para atingir algumas metas, aqui posso deixar três grandes linhas orientadoras para o desenvolvimento do concelho de Beja :

- a) reforço da capacidade de competir, baseado numa aposta nas componentes de mercado, investigação, experimentação e demonstração e floresta, formação e organização, através do desenvolvimento de actividades e culturas rentáveis;
- b) reforço da capacidade de integração de actividades e rendimentos agrícolas;

c) reforço da capacidade de preservação do ambiente, através da manutenção de um adequado número de explorações agrícolas.

Com base nestas linhas de orientação compreende-se algumas medidas entre as quais se destacam as seguintes:

- a) infra-estruturas agrícolas, em que se pretende criar condições fora das exploração que permitem redução de custos ou aplicação de processos técnico-tecnológico alternativos, sendo os agricultores e proprietários os principais beneficiários;
- b) apoio às explorações agrícolas, em tem como objectivo os melhoramentos fundiários, máquinas e equipamentos e base tecnológica dos sistemas de produção e reorientação produtiva visando melhorias na produtividade e qualidade;
- c) a medida relacionada à parte florestal tem como objectivo principal é alargar a área de floresta, seguindo uma gestão adequada à sua manutenção produtiva e diversidade biológica, através da criação de um sistema europeu de informação e comunicações florestais, bem como a melhoria dos povoamentos florestais existentes;
- d) outra das medidas ainda relacionada à anterior diz respeito ao combate a incêndios florestais , dado que os incêndios têm sido uma grande preocupação de muitas das entidades, pois todos os anos ardem grandes áreas florestais. Como tal, cria-se reforços do sistema de prevenção, detenção, vigilância e combate ...”

## **Industria**

Referente à actividade industrial nos três concelhos em estudo, verifica-se perante um conjunto de indicadores uma relativa fragilidade, principalmente no concelhos de Mértola e Serpa. O esforço e os dados obtidos pelo sector das

---

industrias alimentares bebidas e tabacos não é suficiente para contrabalançar a falha noutros sectores da industria transformadora.

Aliás, a fragilidade do tecido industrial e o manifesto desequilíbrio existente entre as industrias da alimentação e as restantes transformadoras, são evidente pela conversa que mantivemos com as gentes destes concelhos, destacando-se um dos vereadores da autarquia de Mértola, em que afirma "... o nosso povo consegue viver fundamentalmente do pequeno comércio e da pequena industria da alimentação, é os trabalhadores que nelas trabalham que ganham mais ou menos bem."

De facto, é patente a existência da industria alimentar de pequena dimensão, evidenciando valores significativos em termos de remuneração média em relação às restantes industrias.

Contudo, apesar de não ser considerada como vector de desenvolvimento e estratégia, a industria transformadora evidencia a nível dos três concelhos algumas possibilidades, designadamente no que respeita a dinamizar-se através do projecto Alqueva e que poderá potenciar as produções agrícolas tradicionais da zona e a viabilidade de obtenção de apoios para instalação de micro empresas em novos sectores de modo a diversificar o tecido industrial prevalecente.

Aliás, é compreensível que a industria transformadora e extractiva não tenha uma presença significativa na zona em estudo, dado que apesar do Alentejo desfrutar de uma riqueza fabulosa em granito, mármore, cobre, estanho e zinco, principalmente nas faixas Alendroal - Vila Viçosa - Borba - Estremoz e Aljustrel - Castro Verde - Almodovar, os concelhos de Serpa, Mértola e Beja não têm riqueza significativa em termos de solos para tal transformação.

O que é criticável é a reduzida transformação da cortiça, pois a zona em estudo é uma das maiores, o que permite nacionais e europeias, dado estar-se perante áreas de montado permitindo sua exploração. Mas a reduzida transformação deve-se fundamentalmente a dois factores: aos custos elevados

da mão-de-obra em comparação com a região Norte do país e a dificuldade de controle dos canais de distribuição, fortemente dependentes da estratégia de um grupo económico nacional.

A pouca transformação é conseguida em pequenas unidades com produtividade baixa no subsector das rolhas, a produtividade média é conseguida pontualmente nos maiores aglomerados populacionais alentejanos, onde há uma tendência para a diversificação do produto, melhor aproveitamento dos resíduos, existindo maiores interesses de investimento.

Não significa que a zona não tenha capacidade de desenvolver e investir na área da industria, pois acredita-se que a industria agro-alimentar, pela capacidade agrícola actual e futura na zona, é uma actividade que apresenta um forte potencial de desenvolvimento. Caminha-se para uma tendência da gestão das empresas alimentares valorizando progressivamente a qualidade e especificidade dos produtos regionais e dos serviços associados.

Os produtos agro-alimentares com maior potencial de crescimento na zona em estudo são : o azeite, conserva de azeitona e frutos secos, vinho, queijo, tomate, mel, carne e derivados (enchidos, presunto). Apesar de se pretender apostar no sector das bebidas, principalmente nas águas mineras, dado estar-se perante uma área rica em águas minerais, outra aposta é a transformação dos cereais, pois durante décadas foi uma cultura extremamente importante para toda a actividade económica. A sua transformação passa pela capacidade de iniciativa dos agricultores e / ou investidores, de recursos humanos qualificados, modernização das moagens e pela oferta de novos produtos (massas, cereais para refeições ligeiras).

As autarquias dos respectivos concelhos, de forma mais ou menos directa, têm avançado com algumas iniciativas e apoios para revitalizar este sector, nomeadamente com a criação de zonas e loteamentos industriais , beneficiando de infra-estruturas existentes e apoios (Gabinetes de Apoio ao Investidor), vias de comunicação, melhorias de circulação, arruamentos, entre outros.

## Comércio e Serviços

Cada vez mais o sector do comércio e serviços apresenta maior importância no quadro da economia regional, cerca de 50% da população residente activa e do VAB da região está ligada ao sector terciário, até mesmo em zonas demarcadas pela dicotomia ruralidade / agricultura, estão a ser receptoras do sector terciário, como é o caso dos concelhos de Mértola e Serpa, como se pode verificar no quadro seguinte.

**QUADRO XIII - População empregada por sectores de actividade  
( concelhos de Beja / Mértola / Serpa)**

Sectores de actividade Concelhos	PRIMÁRIO (%)	SECUNDÁRIO (%)	TERCIÁRIO (%)
Concelho de Beja	12.6	16.4	71.0
Concelho de Mértola	29.4	27.4	43.2
Concelho de Serpa	34.0	18.8	47.2

Fonte: Manual de Apoio ao Investidor na Região Alentejo \ CCRA Alentejo \ 1996

Como se pode verificar, apesar do concelho de Serpa e Mértola, durante décadas, ter vivido da agricultura de forma directa e constante, hoje essa tendência está-se a perder, valorizando-se o sector do comércio e serviços. Actualmente Serpa, apresenta 47.2% da população residente activa no sector terciário, seguindo-se Mértola com 43.2%, o que indica que até os concelhos rurais têm criado novas alternativas e novas formas complementares ao sector primário, havendo vontade de mudar .

O maior percentual destaca-se para o concelho de Beja, o que se compreende, pelo facto de Beja ser a capital de distrito, levando a uma maior

concentração de unidades comerciais e entidades públicas, sendo de facto os serviços públicos os principais empregadores da região. A importância dos serviços públicos, na última década, tem vindo a aumentar, graças ao crescimento da administração, da educação e da saúde.

No que se refere directamente ao comércio, o que mais se destaca nos três concelhos é o comércio por retalho, pois a maioria dos estabelecimentos comerciais caracterizadores do comércio por grosso é inexistente no concelho de Serpa e Mértola. O maior percentual deste tipo de comércio vai para os estabelecimentos que estão directa ou indirectamente ligados à actividade agrícola, o que se justifica pelo facto de décadas e décadas o sector primário ser o sector que permitia o equilíbrio da base económica de toda a região.

Referente ao comércio por retalho, uma presença mais significativa, existe uma diversidade significativa de estabelecimentos nos diversos concelhos, destacando-se o maior percentual para o comércio direccionado para os géneros alimentares e bebidas, principalmente no concelho de Serpa.

Este valor apresentado no concelho de Serpa é resultado de estar-se perante uma zona fronteiriça que durante longas décadas teve um saldo comercial bastante positivo, dado a existência de pequenas unidades comerciais criadas em Aldeias e Vilas do concelho que davam resposta às necessidades dos portugueses e principalmente dos espanhóis, permitindo um melhor nível de vida para ambas as famílias. Com a desvalorização do escudo em relação à peseta e com abertura das fronteiras a situação alterou-se, não só o fluxo diminuiu, como nos deparamos com a penetração dos produtos espanhóis em grandes quantidades, resultado da penetração de redes de retalho de capital espanhol, as denominadas *casas dos trezentos*.

Com esta e outras situações são as provas de como o aparelho comercial dos concelhos continua marcado por uma forte debilidade, uma vez que a estrutura empresarial é muito reduzida e frágil.

Todo este fenómeno deve-se fundamentalmente ao envelhecimento da população, principalmente, no concelho de Mértola e Serpa , resultado da incapacidade de fixar população que passa pelos estabelecimentos de ensino secundário e superior em Beja, dado a reduzida dimensão económica do único centro urbano da zona em estudo - Beja, e da própria região que não consegue atingir limiares de mercado que justifiquem a localização de determinados ramos do comércio e dos serviços. Assim ,estamos perante um aparelho comercial pouco diversificado e com desequilíbrios sectoriais, demonstrando a ausência da iniciativa empresarial.

No entanto, perante o diálogo estabelecido com os respectivos Presidentes de Câmara dos três concelhos, todos eles ao acreditarem no desenvolvimento da região, têm vindo a delinear estratégias e têm tomado decisões importantes para colmatar algumas situações, tais como :

- a) a criação de projecto Alqueva, que vai permitir a expansão da agricultura em regadio, novas formas de culturas, novos mercados a atingir, justificando o surgimento de outros ramos do comércio e serviços nos concelhos;
- b) perante a diversidade das riquezas patrimoniais, cinegéticas, naturais e paisagísticas que caracterizam os três concelhos, com os devidos apoios ao investimento, como através do SIFIT III, articulados com a política de incutir aos mais novos a criação do seu posto de trabalho, acredita-se no desenvolvimento sustentável da actividade turística e novos ramos do comércio;
- c) com os investimentos na área da educação / formação, que os concelhos têm criado , como se pode verificar no quadro seguinte, acredita-se numa nova mentalidade, assente numa capacidade de investir, numa política do saber fazer em áreas como a adequação dos produtos aos gostos e necessidades dos clientes e a prestação de serviços personalizados tanto no acto da venda como após a mesma.

Perante alguns testemunhos de alguns informadores - chave , pode-se afirmar que as autarquias e algumas entidades promotoras têm apostado em medidas incentivadoras na área do ensino e formação profissional, dado ser necessário um esforço acrescido para valorizar o potencial humana e diminuir o fosso entre as qualificações tradicionais dos trabalhadores e as novas exigências. Têm-se procurado uma política que permita o equilíbrio entre a área da formação e as necessidades dos concelhos , bem como maior ligação entre o sector público e privado e os centros de formação profissional, para permitir a tal adequação das áreas formativas às necessidades locais, permitindo o maior envolvimento do sector comercial / empresarial.

Outra das decisões importantes , diz respeito aos serviços de saúde e assistência médico-hospitalar, existindo muitas lacunas que devem ser resolvidas quanto antes, para conseguir-se dar uma resposta minimamente digna às necessidades dos habitantes do concelhos e dos eventuais turistas, como se pode comprovar no quadro seguinte a situação actual não é animadora.

Actualmente o concelho de Beja à partida apresenta valores animadores, o que de facto é uma irrealidade, dado que os dados apresentados não dão resposta somente à população do concelho, mas sim a vários, pois o hospital distrital de Beja é o único em todo o distrito. Presentemente o concelho de Mértola , Serpa entre outros não possuem nenhuma infra-estrutura desta natureza, limitando-se a unidades de atendimento permanente, que tem um horário de funcionamento até às 20 horas, em que por vezes só têm um médico de clínica geral, provocando em termos de oferta a nível local grandes deficiências.

Toda a população residente nestes dois concelhos é maioritariamente obrigada a frequentes e longas deslocações para o hospital distrital ou por vezes levam meses para serem atendidos.

A problemática direccionada aos serviços de saúde não está limitada somente a estes concelhos, mas sim a todo o Alentejo. Um dos factores que

provoca esta situação é a conjugação de más políticas com o envelhecimento populacional, pois os idosos necessitam de cuidados acrescidos, apesar de em termos de estrutura de apoio, os três concelhos, têm lares e centros de dia que vão conseguindo dar resposta à procura.

No que se refere aos serviços da administração pública e privada, incluindo estabelecimentos bancários e seguradoras, a zona em estudo, na última década, tem mantido um equilíbrio entre a oferta e a procura, até mesmo que se venha a criar novos ramos de actividade e um desenvolvimento equilibrado da actividade turística os estabelecimentos bancários e companhias de seguro vão conseguir dar resposta, pois os dados do quadro seguinte indicavam o número de estabelecimentos referentes a 1992, actualmente esse valor já aumentou.

### **Serviços culturais**

Se de facto considerarmos a zona em estudo como um eventual triângulo turístico, pode-se afirmar que muito há a promover no âmbito dos serviços culturais.

Apesar do elevado número de monumentos e riquezas patrimoniais histórico-culturais que caracterizam os concelhos em estudo e que podem ser encarados como um ponto de partida para o incentivo da actividade direccionadas para o turismo, pouco se tem feito no âmbito da articulação entre estes e a criação de serviços culturais e hoteleiros.

De facto para promover uma região, para que exista um equilíbrio entre oferta e procura turística, é necessário desenvolver serviços que promovam e valorizem a região, através da animação do património construído / edificado, criação de empresas para promover espectáculos, como por exemplo a reconstrução histórica, em termos de gastronomia, jogos tradicionais,

brincadeiras que caracterizam a vivência e a infância das gentes do concelho ... realização de visitas turísticas, criação de roteiros, passeios pelo rio Guadiana com passagem no Pulo do Lobo, entre outros.

Estas iniciativas e formas de promover a zona devem partir não só das autarquias, que até então têm sido praticamente as únicas promotoras, como também outras gentes da terra. Estes têm que compreender que este tipo de iniciativa e investimento pode ser o ponto de partida para o desenvolvimento da sua região, não tendo obrigatoriamente que passar pelo sector primário.

Actualmente, pode-se afirmar que no âmbito dos serviços culturais nos concelhos rurais, este tipo de empreendimento é quase inexistente por parte dos particulares e não existindo grande formação para eventuais investidores nesta área, destacando-se somente a Vila de Mértola que possui uma Escola Profissional em que é leccionado cursos na área da animação e turismo. As poucas iniciativas culturais têm partido das Câmaras Municipais conjuntamente com outras entidades públicas.

Relativamente ao concelho de Beja, ultimamente, têm vindo a ser feitos alguns investimentos, mas ainda de forma principiante e pouco profissional. Em termos de empresas de animação não tem nenhuma, no que se refere a pessoal qualificado existe algum, dado que há relativamente três anos saíram para o mercado de trabalho, aproximadamente, vinte técnicos, muitos deles absorvidos por entidades públicas.

### **Serviços Hoteleiros**

Mas se a criação de um triângulo turístico, com capacidade para dar resposta aos seus visitantes, passa pela criação de uma série de serviços culturais também passa pela quantidade e qualidade dos serviços de hotelaria.

A zona em estudo comporta alguns estabelecimentos hoteleiros, no entanto só o concelho de Beja ou mais propriamente a cidade de Beja consegue dar resposta, mesmo assim por vezes ainda se depara com algumas. “Actualmente a cidade de Beja tem um conjunto es estruturas hoteleiras que consegue satisfazer os visitantes na maior parte do ano, com excepção em alguns momentos importantes da cidade, como por exemplo, aquando da realização da Ovibeja - Março, Alentejo Alimentar - Novembro, Turisart - Dezembro, Volta a Portugal em Ciclismo ...” (entrevista do Presidente da Região de Turismo Planície Dourada)

#### QUADRO XIV - Estabelecimentos hoteleiros no concelho de Beja

Estabelecimentos Hoteleiros	Categoria	Número de Camas
Pousada de S. Francisco	luxo	58
Residencial Cristina	****	62
Residencial Sta. Barbara	****	52
Residencial Coelho	***	54
Residencial Bejense	**	46
Pensão Tomás	**	16
Hotel Mélios	***	105
Total	—	393

Fonte: Manual de Apoio ao Investidor na Região Alentejo \ CCRA Alentejo \ 1996

**QUADRO XV - Estabelecimentos de Turismo em Espaço Rural  
(Concelho de Beja)**

CATEGORIA	TIPO	LOCALIZAÇÃO	QUARTOS
Monte da Diabrória	Agroturismo	S. Brissos	9

Fonte: Manual de Apoio ao Investidor na Região Alentejo \ CCRA Alentejo \ 1996

Mas se a cidade de Beja vai conseguindo colmatar essas carências pontuais, a Vila de Mértola e todo o seu conselho não se pode *orgulhar* do mesmo . Possui quatro estabelecimentos hoteleiros, os quais não estão classificados pela DGT (Direcção Geral de Turismo) e tem um número reduzido de quartos, existindo só um estabelecimento classificado de turismo rural com três quartos correspondendo a seis camas.

**QUADRO XVI - Estabelecimentos hoteleiros no concelho de Mértola**

DESIGNAÇÃO	CATEGORIA	CAMAS
Pensão S. Remo	a	32
Pensão Beira Rio	a	20
Pensão Ideal	a	10
Pensão S. Domingos	a	24

a - Não classificadas pela D.G.T.

Fonte: Manual de Apoio ao Investidor na Região Alentejo \ CCRA Alentejo \ 1996

Realmente o concelho de Mértola com o elevado número de visitantes que recebe anualmente , sente a necessidade de aumentar o número de estabelecimentos, bem como melhorar as suas instalações, para tal tem uma série de projectos nesse sentido , contudo alguns tem falhado. " Há pouco tempo

foi aprovado um projecto para o antigo celeiro da EPAC que nós aprovámos e que, afinal, não teve continuidade. Mas há outros que nós acreditamos que vão para a frente, um é na Mina de S. Domingos, outro na Alcaria Ruiva, no Monte Gatão e na Mesquita, são projectos de pequena dimensão de alojamento turístico, mas que vão satisfazer algumas das necessidades do concelho.” (Entrevista de Cláudio Torres<sup>23</sup>)

### **QUARTOS XVII - Estabelecimentos de Turismo em Espaço Rural (Concelho de Mértola)**

DESIGNAÇÃO	TIPO	LOCALIZAÇÃO	QUARTOS
Casas das Janelas Verdes	Turismo Rural	Mértola	3

Fonte: Manual de Apoio ao Investidor na Região Alentejo \ CCRA Alentejo \ 1996

O concelho de Serpa também se depara com algumas dificuldades, principalmente, aquando da realização de alguns inventos ou certames, pois a Vila de Serpa, ultimamente, têm-se direccionado para um turismo cultural, um turismo de qualidade, e par de um conjunto de políticas direccionadas para a promoção do concelho realizando colóquios, congressos seminários, tal como o Seminário Internacional com a seguinte temática a revitalização do Mundo Rural e o Ordenamento de Território, realizado em Maio de 1997.

Nas restantes épocas do ano, o número de estabelecimentos disponíveis no concelho de Serpa vão correspondendo às necessidades, pois a maioria dos visitantes pernoitam somente uma noite, visitantes que passam algumas horas para descansar e visitar os ex-libris do concelho.

Actualmente, o concelho de Serpa comporta cinco estabelecimentos hoteleiros, um deles bastante conhecido nacionalmente a Pousada de S. Gens e

<sup>23</sup> Director do Campo Arqueológico de Mértola e do Parque Natural do Vale de Guadiana

destacando-se uma unidade de agroturismo com quatro quartos, situadas a poucos km da Vila.

### QUARTO XVIII - Estabelecimentos hoteleiros no concelho de Serpa

DESIGNAÇÃO	CATEGORIA	CAMAS
Pousada de S. Gens	luxo	39
Pensão Virgínia	3 <sup>a</sup>	12
Residencial Beatriz	**	14
Residencial Serpinia	***	30
Total	—	95

Fonte: Manual de Apoio ao Investidor na Região Alentejo \ CCRA Alentejo \ 1996

### 3.2.2 RECURSOS TURÍSTICOS NA ZONA EM ESTUDO

Tendo em conta o âmbito deste estudo, não se considerou pertinente elaborar um levantamento exaustivo de todas as potencialidades na área do património natural ou paisagístico, nem de todos os vestígios de património construído, mas sim uma identificação e caracterização daqueles que apresentam um maior impacto regional com possibilidades de virem a ser potenciados e aproveitados na óptica do desenvolvimento da actividade turística na área em estudo.

#### **Património paisagístico , cénico e ambiental**

Os três concelhos em estudo desfrutam de um dos recursos naturais com maior relevância no desenvolvimento do turismo e dos lazeres, que é a água, mais propriamente o rio Guadiana.

Troço de água que para além da sua importância em termos de qualidade de água e via de comunicação em tempos passados, contribui para a existência de ecossistemas naturais de real valor.

Pois, o biótipo do Moinho das Fazendas, no concelho de Serpa com uma área de 2850 há, correspondendo a um trecho do Guadiana enquadrado entre matos esclerófilos, montados de azinho e culturas se sequeiro, englobando formações ripícolas e pequenas ilhas junto à foz da ribeira de Odeorce, é uma zona com uma das maiores colónias de Garças do país.

Referente ao concelho de Mértola onde a presença do rio Guadiana é uma constante ajusante do Pulo do Lobo, onde a par da vegetação próxima do bosque natural mediterrâneo, também é patente a existência de ecossistemas de real valor, em que predominam espécies raras da avifauna, nomeadamente a cegonha preta, abutre do Egipto, grifo, águia do Bonelli e a lontra.

O Pulo do Lobo vai ao encontro de uma zona onde o Guadiana se *esconde* por zonas xistosas, fechadas e homogéneas, onde o acesso a este potencial é difícil, sendo poucos aqueles que têm a oportunidade de vislumbrar esta recândida beleza selvagem onde predomina espécies e grupos de interesse, assumindo-se como importantes potencialidades turísticas.

Está-se perante uma região onde as águas são consideradas potencialidades termiais, destacando-se no concelho de Mértola as Águas Santas de Morena que estão a ser alvo de um estudo apoiado pela CCRA do Alentejo e a Câmara Municipal de Mértola, bem como a Água Santa da Herdade de Santa Maria e as Águas de Bapa leite, que dado estarem relativamente próximas, no contexto geológico da faixa piritosa ibérica, apresentando por esse motivo características de mineralização muito semelhantes. A qualidade destas águas tem levado a pensar-se na criação de centros termiais dirigidos para a população do concelho e de outros concelhos do país. As águas da Ferradura no concelho de Serpa, tem sido analisadas em que a Câmara Municipal de Serpa tem

mostrado interesse em potenciar a sua exploração, como afirmou o actual Presidente da Câmara.

Com base nesta reduzida identificação de recursos paisagísticos e ambientais, verifica-se que se está perante uma paisagem de real valor cénico. Pois foram inventariados no nosso país 32 locais onde considera-se existir valor estético assinalável de paisagem, sendo oito deles enquadrados no rio Guadiana, coincidindo em parte com áreas cujo o valor natural, hídrico e ambiental, já aqui foi apontado.

A conjugação de pontos elevados como a Serra de Ficalho (concelho de Serpa) com o valor histórico de pequenas ermidas e atalaias, onde permite visualizar os vastos campos de planície onde domina os olivais e montados, encontrando-se de forma dispersa e pequenos aglomerados populacionais as chamadas aldeias e sítios e pequenos montes brancos que retractam toda uma história.

Outras das paisagens de valor cénico, que têm vindo a ser alvo de projectos direccionados para a vertente turística, são aquelas em que assentam numa conjugação de zona de montado com a presença de pontes romanas / árabes de real valor histórico, a moinhos que retractam e caracterizam um povo (moinhos de água e de açude) rasgadas por ribeiras e rios<sup>24</sup> que para além do seu valor natural e paisagístico une o seu carácter de navegabilidade, o que torna apto para a prática os diversos desportos náuticos.

Algumas destas ribeiras e rios têm contribuído para o abastecimento de água das populações da zona em estudo, dado a construção de algumas

---

<sup>24</sup> Rio Chança - concelhos de Serpa e Mértola  
Rio Vascão - concelho de Mértola  
Rio Cobres - “ “ “  
Ribeira de Turges - Concelho de Mértola  
Rio Limas - Concelho de Serpa  
Rio Enxoé - Concelho de Serpa  
Rio do Vidigão - Concelho de Serpa

barragens, como é o caso da barragem de Enxoé que se encontra em construção no concelho de Serpa e alguns tratamentos de água.

Ao abordar-se a questão dos rios, ribeiras e construção de barragens, deve-se salientar que com a construção da barragem do Alqueva, vai levar a duas situações distintas, por um lado irá por em sério risco a sobrevivência da maioria dos recursos ambientais e paisagísticos, em particular das ilhas fluviais que suportam a maior colónia de garças da Península, do Pulo Lobo ou de alguns dos afloramentos rochosos que servem de habitação a certas formas de vida muito específicas, por outro lado poderá proporcionar novos interesses ecológicos, estéticos, novas práticas agrícolas e desenvolvimento de outras actividades, entre as quais o turismo e o lazer.

Muitas das riquezas paisagísticas, ambientais e cénicas são resultado de uma proximidade mediterrânea e alguma influência Atlântica, ou seja um clima seco, em que no Verão (Julho a Setembro) atinge os 40c de temperatura durante o dia, descendo a mesma, consideravelmente, à noite. Nestes meses a presença da pluviosidade é quase inexistente, é nos meses de Inverno com as temperaturas bastante baixas, podendo nos meses de Dezembro / Janeiro / Fevereiro ocorrer temperaturas mínimas negativas, que dá os maiores índices de pluviosidade e determinando a *secura* dos anos.

Em suma, estamos perante uma zona *sui generes* com grandes potenciais em termos de recursos ambientais, paisagísticos e cénicos que podem contribuir para a criação de estratégias operativas direccionadas para a promoção e integração da actividade turística, como um dos pontos de partida para o desenvolvimento da região.

### **Património Arqueológico**

Os três concelhos em estudo apresentam vestígios arqueológicos de quase todas as épocas. No entanto, essa riqueza arqueológica não é perceptível

---

no seu todo, visto a dificuldade na leitura especializada, difícil acessibilidade a este recurso turístico e pouca divulgação dos mesmos.

No que se refere aos testemunhos monumentos megalíticos e achados das Idades do Bronze e Ferro, são poucos e com um reduzido estado de conservação, realçando-se sim a presença romana.

Os vestígios romanos são uma constante na vivência alentejana, não só pela sua qualidade como também pela sua importância e imponência na época, sendo notável o estado de conservação de muitos desses achados, muitos deles ligados à actividade agrícola.

Associados à actividade agrícola, destacam-se no concelho de Beja a *Villa* e Barragens de Pisões, barragem da Magra, *Villa* da Fonte dos Frades, no concelho de Serpa a *Villa* da Cidade das Rosas, Barragem do Muro dos Mouros, *Villa* junto à igreja de S. Jorge (perto da aldeia de Ficalho). Referente ao concelho de Mértola e alguns terrenos do concelho de Serpa encontram-se moinhos de maré<sup>25</sup> ao longo do rio Guadiana que testemunham a presença romana.

No concelho de Mértola, os principais testemunhos arqueológicos destacam-se para a exploração mineira, principalmente com rotas de escoamento de minério e fortificações, como por exemplo o Castelo de Manuel Galo (concelho de Mértola).

Outra presença constante, em termos arqueológicos, são os museus. O concelho de Beja, possui um Museu Regional, situado no centro histórico da cidade, comporta alguns núcleos na cidade. Um deles na Igreja de Santo Amaro com peças visigóticas, inaugurado em 1991, possui reservas visitáveis com espólio epigráfico, lapidar e arquitectónico na Igreja de S. Sebastião. Anexo ao Museu Regional funciona também um laboratório de Antropologia que tem contribuindo para o surgimento de novos curiosos nesta área.

---

<sup>25</sup> Está em curso a elaboração de projectos de recuperação de moinhos jusantes ao Rio Guadiana, iniciativa da Associação de Defesa do Património

Referente ao concelho de Mértola, mais propriamente à Vila de Mértola, denominada *Vila Museu*, "... uma das explicações dessa denominação é resultado da não existência de um museu e um núcleo, mas sim a presença de um museu municipal com diversos núcleos, tornando-se as ruas da Vila os corredores de um Museu " ( entrevista a um informante - chave), tem uma presença constante de vestígios arqueológicos caracterizadores de várias épocas da história, tais como: Núcleo Epigráfico - um núcleo em que inclui várias épocas históricas incluindo a visigótica, instalado na Torre de Menagem do Castelo ; Núcleo Paleo - Cristão - integra e musealiza as ruínas da Basílica Paleo - Cristã do Rossio do Carmo.

Quanto aos Núcleos do Museu de Arte - Sacra e o Islâmico estão na fase terminal, pensa-se aproximadamente um ano estão prontos, estando um conjunto multimédia de sinalética, uma série de projectos que se interpenetram na valorização directa de toda a presença arqueológica na Vila de Mértola.

O concelho de Serpa é muito rico em termos arqueológicos, e tem aproveitado tais recursos para tirar daí dividendos, graças também à presença do Campo Arqueológico e da Associação de Defesa do Património, que bastante têm contribuído para um trabalho contínuo e digno daquela Vila, como refere Cláudio Torres em entrevista "... há aproximadamente vinte anos , com cerca de 70 elementos, uns da terra outros de fora, temos construído lentamente um grande projecto que assenta na investigação histórica, arqueológica, de desenvolvimento local."

O concelho de Serpa possui uma riqueza notável em termos de património arquitectónico e urbanístico, mas fica um pouco aquém no que se refere ao património arqueológico. Actualmente possui um Museu Municipal com um apreciável espólio, não devidamente explorado, passando por despercebido pelas gentes da terra e obviamente pelos turistas, não trazendo qualquer benefício para a Vila, nem em termos económicos nem em termos de valorização da Vila.

### **Património Arquitectónico e Urbanístico**

O património construído, arquitectónico e urbanístico é conseguido resultado de um conjunto de testemunhos e formas evolutivas do habitar das comunidades, como tal todo o património caracterizador e potenciador da região em estudo é o espelho de toda a expressão humana da cultura e eventual factor para o aparecimento de novas actividades económicas. O património é actualmente uma vertente extremamente atractiva da actividade turística, daí a justificação do empenho por parte de algumas Associações de Defesa do Património, para a recuperação e limpeza dos mesmos.

A zona em estudo pode ser identificada como uma região que usufruiu da presença de muitos povos, com uma cultura fortemente marcada pela estrutura agrária de grande propriedade, assente numa preocupação constante com a defesa do território, principalmente no período da Idade Média com a expulsão dos Árabes, daí a importância dos Castelos. Os três concelhos em estudo possuem castelo, sendo ponto obrigatório para os turistas, sendo possível vir-se a criar a Rota dos Castelos.

O Castelo de Beja surgiu aquando D. Dinis aproveitando a recuperação da Muralha em 1162, decidiu a sua construção por volta de 1307. Ao longo da história sofreu destruições contribuindo para a sua degradação. Porém, hoje ainda é patente a grandeza da sua estrutura, adjacente às muralhas onde se realça o Arco da Porta de Avis, Porta de Évora e Porta de Moura.

A Vila de Mértola como importante cidade Romana e estrategicamente bem situada junto ao Rio Guadiana, sentiu a necessidade da construção de uma fortificação, contudo com a invasão dos árabes a obra arquitectónica foi quase totalmente destruída, a muralha que hoje podemos visualizar foi resultado de uma obra de reconstrução e ampliação que se procedeu ao longo de muitos anos, sob a responsabilidade da ordem Espartários, com o início do reinado D. Dinis.

No caso da Vila de Serpa, a história *afirma* que o Castelo foi construído sobre o local de antigas fortificações, eventual local onde já tinha existido um Castelo, por volta de 1295 também pelo rei D. Dinis. Apresenta uma forma quadrangular, com um largo terreiro com a presença de um poço. É cercado por toda uma zona amuralhada com várias torres. A mais importante, a Torre de Menagem, praticamente destruída devido ao ataque dos espanhóis no século XVIII.

O Castelo tem sido valorizado, de facto, pelo impacto das muralhas <sup>26</sup> que envolvem o núcleo histórico de Serpa. Estas comportam uma altura média de 9 metros, encimados por um pano de taipa que forma as ameias. *Composta* por três portas principais: Portas de Beja, Portas de Moura (que ainda existe) , Portas de Sevilha e a Porta Nova. Está-se de facto perante um empreendimento arquitectónico notável, considerado um dos ex-libris da Vila .

Se pelo facto da existência de vários povos na região levou à construção de estruturas que permitissem a protecção, justificando o número considerável de muralhas , torres de menagem e castelos dispersos em toda a zona em estudo, não foi menos importante a riqueza patrimonial em termos de estruturas religiosas, que comprovam a diversidade e assimilação de culturas neste espaço geográfico.

O concelho de Beja é caracterizado como zona com elevado número de igrejas e capelas que retractam épocas diferentes da história. Na cidade de Beja junto ao Castelo encontra-se a Sé Catedral, igreja que passou por diversas modificações, o que levou à perda da sua feição medieval, mas não como menos interesse turístico. É conhecida pelo seu altar dedicado a S. Sesinando, natural e padroeiro de Beja, a maioria do seu espólio veio do Convento das Mónicas em Lisboa, destacando-se os azulejos e imagens. É uma das igrejas mais visitadas no concelho, pelo facto da proximidade do Castelo e Muralhas, patrimónios de

---

<sup>26</sup> Muralhas de Serpa - Património Classificado - M N. (Decreto nº 39521 de 30 / 01 / 1954)

real valor histórico e arquitectónico, de ser a Catedral, bem como pela possibilidade de ser visitada durante todo o dia.

Se a catedral é das mais visitadas o mesmo ocorre com o templo mais antigo de Beja, remontando o período visigótico, a chamada Igreja de Santa Maria, situada na zona histórica da cidade, de passagem ao Museu Regional e a Sé Catedral. Monumento que sofreu alterações com a presença dos Muçulmanos, transformando-se nessa época em mesquita, foi edificada na Segunda metade do século XIII.

“ O que vemos hoje é resultado das várias alterações e amputações que sofreu no decorrer dos séculos. Os elementos arquitectónicos mais antigos que chegaram até nós são as Torres Sineiras, a abside e a galilé. Esta última construída cerca de 1500, altura em que no Alentejo se fizeram várias capelas com galilé, inseridas naquilo que vulgarmente se chama o gótico-alentejano” (Mestre 1991 :73).

O seu interior é constituído por três naves abobadadas divididas por enormes colunas cilíndricas, realçando-se um trabalho artístico, um dos maiores valores do país, *a árvore de jessé*, visitada pela maioria dos visitantes à nossa cidade.

Um dos edifícios de maior renome em todo o concelho é Convento de S. Francisco, actual pousada de S. Francisco uma das principais infra-estruturas em termos de alojamento da cidade e concelho, foi fundado em 1268 por Lopes Esteves, durante várias décadas foi quartel do Regimento de Infantaria de Beja. Apresenta um valor arquitectónico de real valor artístico destacando-se as abóbadas e azulejos de xadrez do século XVI bem como a arquitectura gótica do séc.XIV na Capela dos Túmulos, destacando-se também a sala do Capítulo.

Para além destes valores arquitectónicos enunciados, que caracterizam a vida religiosa da história alentejana, podemos referir ainda a Igreja do Salvador, pertencente à freguesia / paróquia do Salvador, construída numa época de crescimento da cidade (1264). Situada perto da Mouraria e das Alcaçarias (zona

antiga da cidade com real valor urbanístico e artístico que caracterizam as gentes desta terra, zona visitada por muitos turistas), onde predominavam os artesãos e os artificies, era considerada como a Igreja da gente humilde, dado encontrar-se na zona onde se instalavam os mais desfavorecidos.

Esta área prolongava-se ao arrabalde das Alcaçaria, onde se instalava a Igreja do Pé da Cruz, não se tendo um conhecimento preciso da sua construção, pelo facto de existir vestígios arqueológicos que testemunham datas anteriores à que testemunha a sua fachada (1669). O seu interior é caracterizado por "... uma só nave com capela-mor. A nave é revestida de azulejos policromos, azuis, amarelos e brancos, predominando o motivo de maçaroca muito comum na azulejaria seiscentista. Esta decoração azulejar contorna seis telas do século XVII representando os *Passos de Via - Sacra*, onde sobressai uma bela *descida da cruz*. No coro - alto pode ver-se uma *última ceia* e um órgão que merece melhor sorte" ( Mestre 1991 : 97). Apesar de todo este maranhar de valor artístico é pouco visitada, dado não se encontrar em nenhum largo, recinto ou área espaçosa para permitir melhor visualização e porque está sempre fechada, abrindo duas vezes por ano em épocas de festa.

Dando continuidade ao *roteiro*, surge a igreja de Santo Amaro, de menor dimensão, mas não de menor valor, apesar da simplicidade da sua fachada, realça-se em termos de preciosidade artístico - arquitectónica em seu interior. Sabe-se que "... no século XIV sofreu algumas alterações que devem estar relacionadas com a edícula tumular gótica da capela-mor, com os restos mortais de João Mendes, escudeiro de D. Dinis " (Mestre 1991 : 96).

Durante séculos, nesta igreja, a 15 de cada Janeiro, realizava-se uma festa dirigida a St. Amaro, em que era vendidas e leiloadas as doçarias da região em forma de braços e pernas, dado que St. Amaro é o protector dos aleijados.

Na década de 80 sofreu algumas obras de restauro o que a descaracterizou, em 1991 foi instalado o núcleo visigótico do Museu Regional.

Aproximadamente encontra-se o convento de St. António edificado em 1609, graças às esmolas da população da cidade, em frente encontra-se a ermida de S. Sebastião, edificada em 1509, actualmente não possui qualquer imagem ou ornamentação em talha ou azulejo.

A cidade ainda *desfruta* da igreja de Nossa Sr. Dos Prazeres, junto ao Arco dos Prazeres e da Capela de Santo Estevão, de grande valor gótico, erguida por fins do séc. XIII, "...o seu interior constitui só por si um dos mais importantes repositórios de arte - sacra da cidade. A falta de luz natural só a pouco e pouco vai revelando a beleza ornamental e artística que nos envolve" ( Mestre 1991:41).

No compute geral pode-se afirmar que a cidade de Beja e todo o concelho é marcado por um vasto conjunto de edifícios patrimoniais que podem devidamente *explorados* contribuir para a dinamização da base económica da região e para o desenvolvimento da actividade turística.

No que se refere ao concelho de Mértola, o seu espólio histórico - arquitectónico não fica aquém do concelho de Beja, existindo mesmo uma acentuada preocupação no tratamento dos diversos elementos patrimoniais, como se pode verificar com os projectos de recuperação que têm vindo a ser desenvolvidos, como testemunha Dr. Cláudio Torres e Dr. Jorge Revéz.

Os edifícios patrimoniais de real valor histórico caracterizadores dos diversos marcos religiosos do concelho são os seguintes: A igreja Matriz, situada no centro da Vila, constituída no séc. XI, antiga mesquita almoada que identifica uma época da história confirmando a existência dos árabes / muçulmanos, mais tarde adaptada ao culto cristão e reformada no período manuelino , como testemunha os seus interiores.

Jusante a esta encontra-se a capela do calvário - no Largo da Igreja Matriz, constituída no século XVIII, de pequena dimensão, de forma quadrada, decorada com efeitos a granito, fazendo parte do conjunto de pequenas capelas de planta centralizada constituídas em Portugal no século XVII. É receptora de muitos visitantes, não só pelo seu valor artístico, como também pela sua

localização, dado que é passagem obrigatória para a Igreja Matriz e para o Castelo.

Outra das capelas da Vila é a de Nossa Sr. das Neves, situada na zona exterior à própria Vila, na outra margem do Rio Guadiana, jusante a uma torre da época Islâmica, edificada no século XVI, seguindo o mesmo estilo arquitectónico que a capela do Calvário.

Voltando ao centro Histórico de Mértola, mais propriamente no Largo da Misericórdia encontra-se a Igreja da Misericórdia, em que o seu interior é constituído por uma nave, realçando-se algumas atrigas, mais um dos espaços obrigatórios para o elevado número de turistas que a Vila é receptora, pois como refere Cláudio Torres em entrevista "... Mértola, hoje, está com cerca de 30 mil visitantes por ano, mais que Beja."

Visitantes que não se limitam, somente, a visitar o património arquitectónico de Mértola, deslocando-se a todo o concelho contactando com os pequenos aglomerados populacionais e com toda a sua história, destacando-se alguns valores artísticos, tais como : o Convento de S. Francisco, localizado na colina a Sul de Mértola, margem esquerda de Oeiras, construído entre o século XVII e XVIII. O real valor vai para a igreja, apesar do grande estado de degradação que actualmente esta se encontra. É constituída por uma só nave e é patente uma zona de frescos na área do altar principal.

Em termos de igreja, realça-se a Igreja do Vale de Açor de Cima, datada 1940, a 25 km da Vila de Mértola, a Igreja do Espírito Santo, na freguesia do Espírito Santo, a 18 km de Mértola, edificada nos fins do século XVI.

A nível de outras construções patrimoniais destaca-se o Castelo de S. Miguel do Galo , situado na freguesia de S. Miguel do Pinheiro a 20 km da Vila, foi edificado no período romano, não existindo data precisa, bem como a Anta do Corte Garfo na freguesia de Mértola que caracteriza a época Neolítica, não existindo outra nos restantes concelhos em estudo.

Referente ao concelho de Serpa, como concelho em que vários foram os povos que se cruzaram, pelo facto de se encontrar numa zona fronteira, pode-se afirmar que é uma zona que desfruta de uma assimilação de diferentes culturas e um património arquitectónico notável, existindo uma presença quase constante dos diferentes períodos e motivações religiosas, como testemunhas os seguintes edifícios religiosos:

Igreja de Santa Maria <sup>27</sup>, situada no Largo dos Santos Próculo e Hilarião, ao pé do Castelo. É das igrejas mais antigas da Vila e a primeira em termos de valores patrimoniais. No seu interior faz parte três naves separadas por arcos ogivais, com colunas coroadas por capiteis românicos. Edificada no reinado de D. Dinis. “No entanto, pela observação das suas altas paredes de alvenaria que sobre os arcos fazem parte da altura da nave central, parece poder concluir-se que a actual igreja foi feita sobre os destroços de uma outra edificação, talvez uma mesquita árabe, com aproveitamento das duas ordens de colunas que agora estão sobrecarregadas por uma parede suplementar.” (INTERSISMET 1995: 21)

Outra das igrejas de real valor, situa-se na área histórica, considerada uma das mais antigas, encontrando-se referências datadas do começo do século XV no Arquivo Municipal. O seu interior é constituído por uma nave com uma abóbada de berço, realça-se o valor de um sacrário guardado por dois querubins, possui uma capela - mor com painéis azuis e branco do século XVIII e quadros a óleo.

A Vila de Serpa, para além das igrejas, possui o Palácio do Marquês de Ficalho, situado no Largo com a mesma denominação, a sua construção deu-se no início do século XVII, a sua construção foi para dar resposta à construção e o acesso a um solar (propriedade de uma família de renome). Sobressai a riqueza dos seus azulejos e as suas abóbadas.

Actualmente alguns dos edifícios religiosos foram transformados em edifícios para outros fins, como é o caso do Convento e Igreja de S. Paulo e a

Igreja de Nossa Sra. da Saúde. Quanto ao Convento e Igreja de S. Paulo, constituídos por volta de 1690, serviram de instalações hospitalares e de casa mortuária, levando a adulterações dos edifícios, como por exemplo janelas de alumínio. Referente à Igreja de Nossa Sra. Da Saúde, foi criada por volta do século XVII, tendo existido em tempos remotos existido uma ermida de invocação de Santo André. O edifício é coroado na sua fachada por um campanário e ladeado por duas torres, o seu interior é composto por uma nave muito ampla, o tecto de abobadas de berço é de notável dimensão, é revestido de azulejos, actualmente este edifício religioso serve de depósito de apoio ao cemitério.

A Igreja / Convento de São Francisco<sup>28</sup> é outra das obras que perdeu o seu valor aquando foi utilizada como Lar da Terceira Idade, foi edificado no reinado D. Manuel I, situa-se na estrada para Vale de Vargo. “ De estilo gótico, decorado com elementos manuelinos, está hoje profundamente adulterada (...) na estrada do Convento há um pequeno claustros, onde terá existido uma bela colunata de mármore branco, substituída por paredes de alvenaria.” (Mestre 1991 : 20)

O edifício religioso de maior renome em todo o concelho é chamado a Ermida de Nossa Sra. da Guadalupe, situada no Alto de S. Gens, foi construída em devoção a Nossa Sra. de Guadalupe, padroeira do concelho de Serpa. É a devoção mais *crente* e antiga de Serpa e julga-se que o seu culto remonta ao século XIV de estilo gótico - mudejar. Ermida de pequena dimensão, tem um altar de reduzida dimensão, tem um altar de reduzida dimensão onde está a imagem da Santa, com 30 cm de altura. Ao lado fica um pequena sacristia, onde existe um ex-voto de 40 cm de altura por 30 de largura.

Todos os anos pela Páscoa, quando se realizam as festas do concelho, são feitas várias procissões dirigidas à Nossa Sra. Conjuntamente a outros

---

<sup>27</sup> Património Classificado - IIP ( Dec. Nº 29 / 84 de 25 - 06 - 84)

<sup>28</sup> Património Classificado - M. N. - Património do Estado ( Decreto de 16-06-1920)

eventos, como o desfile etnográfico, como o Presidente da Câmara Municipal de Serpa afirma "... acontecimentos que levam à recepção de um número elevado de gentes de todo o país, período do ano em que Serpa aproveita a mostrar de forma mais vincada as suas potencialidades e o carinho que tem de receber os de fora..."

Quanto ao património histórico - arquitectónico fora da Vila de Serpa, destaca-se a Igreja de Santa Luzia, localizada a 2km de Pias ( estrada Serpa / Pias / Moura). Não se sabe uma data bem precisa da sua construção, embora os testemunhos apontem para os fins do século XV. A igreja apresenta traços de estilo gótico - mudejar , o seu interior é de uma só nave, com quatro alteres, destacando-se o de Sta. Luzia. Na fase exterior à igreja existiu um nicho que servia para a realização das cerimónias campestres. Dado que esta igreja pelo facto de se encontrar fora de qualquer povoação, seus *paroquianos* tinham como principal objectivo a realização de festas religiosas campestres. Actualmente só está aberta ao público aquando da realização dessa dita festa campal, no período das festas de Pias.

Todavia, não é somente com os edifícios religiosos que são testemunha da diversidade de culturas no Alentejo, há todo um maranhar de testemunhos constantes à nossa volta, que por vezes nos passa por despercebido, que retractam essas realidades , principalmente o património urbanístico articulado aos hábitos e costumes dos povos resultado da actividade económica dominante. Nos três concelhos em estudo, nas zonas mais antigas das Vilas e cidade esse fenómeno é bem patente. "O branco da cal, o cinza das barras, a fimbria castanha dos telhados, o céu azul (...) as portas silenciosas à espera que uma chave lhes dê sentido. Uma janela entreaberta onde alguém acabou de assomar, por entre sardinheiras tristes e ressequidas. Nada acontece (...) Ruas de Beja, ruas de solidão, onde as mulheres ainda têm o hábito de assomar ao postigo quando algum barulho quebra a quietude em que tudo parece há muito ter mergulhado..." ( Mestre 1991: 53).

Este registo retracta a maioria das ruas das Vilas em estudo e alguns bairros antigos da cidade de Beja, como é o caso do bairro da Mouraria , onde é patente o labirinto de ruas estreitas e sinuosas com a presença de uma arquitectura popular : casas de taipa, as abobadas, o branco da cal sobre o azul. Geralmente são ruas onde reina o silêncio, este quebrado pelos visitantes, dado que são áreas da cidade obrigatórias para o turista, ou pela conversa amena entre os mais velhos que recordam a sua mocidade.

A cidade para além deste bairro alberga ainda um conjunto de ruas estreitas ajusantes às Portas de Moura (construção edificada por volta de 1867, altura em que são consagradas a S. João Baptista), zona bastante importante aquando da construção do caminho de ferro .

Outras ruas de real valor histórico - cultural e urbanístico são : Rua da Guia , Rua da Cadeia Velha e Rua de S. Gregório, consideradas como as mais caracterizadoras da cidade de Beja de ontem, onde as portas góticas e portas de postigo, as chaminés de ressalto, as casas térreas, baixinhas de cor branca são uma constante.

Muitos dos bairros e ruas antigas, caracterizados por valor histórico urbanístico , durante décadas dinamizaram a cidade de Beja dando resposta a toda a população bejense em termos comerciais. Hoje ainda é patente um *ténue* esboço dessa realidade, principalmente na Rua do Forno com o forno da *Ti Bia Gadilha* e na Rua da Biscainha com a Adega do Alinho , a do Viriato e a do Sintra. Casas de comércio que mantêm a sua estrutura tradicional, onde predomina a genuína gastronomia alentejana, saboreada pelos jovens estudantes e pelos turistas, encaradas como pontos de interesse turístico.

As ferragens artísticas e as janelas manuelinas são outros do ex-libris das ruas antigas da cidade, destacando-se a janela manuelina da Rua dos Mercadores, que pertenceu ao Convento do Carmo. “Na opinião do historiador espanhol Perez Embid “ é o exemplo mais importante de manuelino - mudéjar em todo o Alentejo” (Mestre 1991: 55), contribuindo para o maior número de

visitantes nesta rua. Quanto às ferragens artísticas nos varandins, espelhos de fechadura e aldrabas em algumas casas é resultado da importância do trabalho em ferro forjado na cidade de Beja, fruto de uma cultura Islâmica. A maioria dos adornos representam animais de simbologia oriental e o geometrismo decorativo

Todo este valor patrimonial urbanístico não se encontra somente no concelho de Beja, mas também nos outros concelhos em estudo devidamente enquadrados com as suas culturas.

A parte mais antiga da Vila de Mértola com as suas ruas estreitas com casas baixinhas, portas e postigos, os pequenos quintais rodeados por baixos muros de xisto, onde é resguardado o gado ovino, evidencia a pobreza do concelho, caracterizando a sua forma de povoamento e a sua arquitectura paisagística e urbanística. Como testemunha também Cláudio Torres em sua entrevista, "... a parte velha e histórica de Mértola precisa urgentemente de programas de apoio à restauração, pois os custos são elevados devido ao transporte de materiais, da aplicação de técnicas tradicionais e técnicos com formação para a realização dos trabalhos e as entidades do concelho não têm capital para este tipo de investimentos."

Considera-se ainda a destacar a presença no concelho alguns aglomerados caracterizadores de uma época marcante da história do concelho, como é o caso da Mina de S. Domingos. Aldeia estruturada segundo várias ruas compridas paralelamente conseguidas. As casas são tão homogéneas que existe dificuldade em diferenciar o fim de uma casa com o início de outra. Constitui um aglomerado tipo funcionalista, ilustrando o período das explorações das minas em que existia só um proprietário aplicando os conhecimentos adquiridos com a Revolução Industrial.

Outra localidade a ser visitada de real valor cénico é o pequeno aglomerado populacional que situa-se no sopé de uma das encostas do Vale do Guadiana, pequeno porto do rio - Pomarão, onde é patente os vestígios de todo um aparato de infra-estruturas de descarga e transporte do minério que se

mistura com as casas alinhadas, fortemente adaptadas às tipografias do terreno, à exposição e à riqueza cénica e paisagística do local, fazendo deste espaço um porto de interesse no âmbito do património arquitectónico, podendo ser encarado como um porto turístico de interesse.

Ainda de realçar os inúmeros exemplos de arquitectura árabe, resultado de quatrocentos anos de ocupação muçulmana, que são patentes não só no concelho de Mértola, como também de Serpa.

De facto há traços patrimoniais comuns nos três concelhos, no entanto o concelho de Serpa destaca-se, não só pela proximidade fronteiriça, como também por ser possuidora de grandes áreas de solos agrícolas férteis que contribuíram para o surgimento de grandes aldeias com casas senhoriais em que era patente a utilização de materiais e tecnologias mais modernas. Neste tipo de vila, pela sua dimensão, diferenciava-se nitidamente a zona de habitação de gentes mais humildes, a zona de casas de maior riqueza arquitectónica, e o largo da vila onde se situa a igreja, espaço de convívio para os homens e frequentado aos Domingos pelas senhoras aquando iam à missa.

## **Património Etnográfico**

### **Gastronomia**

As técnicas e preceitos relacionados com hábitos alimentares e gastronomia, deixam muitas das vezes transparecer o repertório de vivências geracionais que fazem parte de uma região. O Alentejo assim o testemunha. Região em que existe uma notável diversidade gastronómica, que passa desde a confecção aos ingredientes e quantidades utilizadas para se conseguir o prato final, resultado do cruzamento de várias influências culturais ( romanas e árabes) que se exprimiram ao longo de séculos de história.

A dieta alentejana assenta fundamentalmente no pão, como por exemplo a açorda, as migas, o gaspacho, as sopas de pão, entre outros, dado ser o bem alimentar mais disponível na região, e dados os poucos recursos económicos que o povo alentejano dispunha. Podendo-se assim afirmar, que as suas gentes recorriam simplesmente à imaginação, à água e aos chamados cheiros<sup>29</sup> para desenvolverem uma série de pratos afim de combater a monotonia do regime do regime alimentar.

Corroborando com a ideia anterior, um proprietário de um dos restaurantes do concelho de Serpa, afirmou: "... os ingredientes que constituem os nossos pratos, permitem não só uma riqueza de paladares quebrando com a pouca diversidade dos produtos que a compõem, como também proporcionou a criação de um património gastronómico de real valor, inigualável às restantes regiões de um país."

Como se pode verificar o Alentejo como dispõe um vasto leque de pratos, é compreensível a dificuldade em encontrar a origem precisa de muitos deles, perdendo por vezes a sua identidade. No entanto, tem havido um esforço por parte dos mais velhos em divulgá-los e por algumas entidades promotoras em financiá-los, através da elaboração de pequenos cadernos e apontamentos dos pratos principais do seu concelho. Como é exemplo no concelho de Serpa em que foi elaborado um livro titulado *Comeres de Serpa*, conseguido graças ao apoio do Centro de Apoio Social de Serpa, Polo do Projecto Minerva (Escola Superior de Educação de Beja) e a Câmara Municipal de Serpa, que se encontra à venda no Posto de Turismo.

Através das nossas vivências no Alentejo conjuntamente com os testemunhos dos nossos informadores - chaves bem como da oportunidade de pontualmente ir-se saborear às tascas os pratos mais confeccionados e mais caracterizadores do concelho, foi possível encontrar a origem precisa de alguns pratos, que contribuem para valorizar a cultura da região.

---

<sup>29</sup> condimentos como a salsa, o orégão, a hortelã, coentros ...

---

Referente ao concelho de Beja, que por vezes recebe influência dos paladares da costa alentejana, como por exemplo a açorda que por vezes leva bacalhão ou outro peixe ou as chamadas sopas de cação, os pratos que dominam a sua cozinha são os seguintes, migas, gaspacho, mioleira com ovos, moleja. Em termos de doçaria assenta fundamentalmente em doces convencionais, herdados pelas irmãs dos conventos, em que os ingredientes principais é os ovos, o açúcar e a amêndoa , como por exemplo as trouxas de ovos, maltosinhas e os morgadinhos.

No concelho de Serpa os pratos destacam-se pelo seu principal ingrediente, que é o queijo, como por exemplo a sopa de beldroegas com queijo. O queijo de ovelha é o produto alimentar que mais se destaca em todo o concelho sendo conhecido internacionalmente, como refere um informante - chave "...pois muitos são aqueles que se deslocam até à Vila de Serpa para comprarem um dos melhores queijos do país". No que se refere à doçaria é constituída principalmente pelos bolos folhados e pelos encharcados.

O concelho de Mértola também é conhecido pelo seu valor gastronómico, fundamentalmente, pelos pratos de peixe, como é tão conhecido o arroz de lampreia, as sopas de muge e a caldeirada de peixe do rio. Em termos de doçaria destacas-se fundamentalmente os bolos de requeijão.

Após uma breve abordagem sobre alguns pratos que fazem parte da nossa gastronomia faz-nos compreender a realização de concursos gastronómicos que tem contado com uma grande participação, e que detêm uma projecção significativa a nível regional e mesmo nacional. Os diversos concelhos em estudo anualmente realizam este tipo de projecto com o apoio de algumas entidades, entre as quais a Região de Turismo Planície Dourada, tendo daí trazido diversos dividendos, desde a promoção do concelho como lucros para a restauração.

## **Artesanato**

O artesanato alentejano ao longo de séculos ganhou identidade própria sendo hoje um dos testemunhos materiais desta cultura. A sua autenticidade é resultado das vivências dos povos, das gentes do campo, dos ganhões, dos abegões e dos maiorais que receberam influências dos romanos e em especial dos árabes.

Actualmente o artesanato não é só encarado como uma forma de identificar a cultura de um povo, mas é também visto pela sua variedade e qualidade, como uma actividade relevante para a base económica de uma região. O artesanato pode contribuir para o desenvolvimento de uma área, através da criação de postos de trabalho, valorização do património cultural e dinamização da actividade turística, entre outros.

Os produtos artesanais que mais se destacam nos três concelhos em estudo, são os de tecelagem, de olaria, de mobiliário em madeira e de ferro forjado.

Referente aos produtos de tecelagem são conseguidos em pequenas indústrias tradicionais localizadas no concelho de Mértola, que durante um longo período histórico o seu papel na vida activa da comunidade era fundamental, sendo pouco a pouco substituído por outros materiais que rapidamente invadiram os mercados, como é o caso dos cobertores e recentemente os edredões . As mantas actualmente deixaram de ser produzidas com fim utilitário e têm como principal função seguirem os preceitos e gestos ancestrais, como reprodução e motivos trazidos do norte de África no séc. XIII, para dar resposta a um turista entusiasta em contactar com a cultura deste povo levando à compra.

Se as mantas e as meias de lã de ovelha que fazem parte da tecelagem alentejana, são peças caracterizadoras do concelho de Mértola não é menos importante as miniaturas e mobiliário em madeira e bijutaria moderna.

A construção de mobiliário em madeira representou em Mértola uma das principais actividades artesanais, actividade onde mais se articulou o plano utilitário das peças e o decorativo graças à vocação artística do artesão. Durante décadas as peças de maior dimensão, como os quartos da cama e as salas de jantar, com valores monetários mais elevados estavam reservados para as famílias mais abastadas, hoje para aquelas que continuam apreciar e atribuir real valor artístico.

O artesão inspirado nas suas vivências atribui-lhe um variadíssimo leque de cores, desde o fluido branco, vermelho, azul e amarelo até à notável decoração com motivos vegetais onde predomina a cor verde do alandro.

As cadeiras de espaldar alto de fundo em buinho, os pequenos louceiros e os berços imitando as camas da região, o banco da cozinha e o burro ou cavalinho como brinquedo, são muitas das peças que se vende em maior número e mais representativo do mobiliário do concelho de Mértola.

No que se refere a miniaturas em madeiras são geralmente construídos por técnicas mais primitivas e com os restos de madeiras, como por exemplo simples galhas de arbustos ou canas perfuradas. A maioria destes produtos são vendidos conjuntamente com peças de ferro forjado, que também são feitas neste concelho, em pequenas casas comerciais dirigidas principalmente aos visitantes, como uma recordação da Vila de Mértola e como uma peça que caracteriza traças culturais de um povo.

O artesão alentejano não se limita à escultura e inscultura de madeira, vai mais longe, com a utilização das técnicas na cortiça, no chifre e até na pedra, trabalhos que caracterizam principalmente o concelho de Beja.

Os pastores que levavam longas horas à espera dos seus rebanhos comerem, dedicavam-se a estas pequenas actividades, desde a construção de colheres e garfos de madeira trabalhada, até à construção de *cornas*<sup>30</sup> para as azeitonas, os tarros de cortiça onde transportam os alimentos e o leite quente, os

chamados coxos a substituir os copos de casa, entre outros. Actualmente estas actividades artesanais estão atravessar um período crítico, da mesma forma que as actividades de olaria.

A prática da actividade oleira é bastante conhecida no concelho de Beja, mais propriamente na Vila de Beringel. Durante longas décadas a prática da olaria era actividade básica desta Vila, atingindo um elevado estado de desenvolvimento e especialização. Os produtos mais fabricados eram as cantarinhas, as talhas ou potes de azeite ou vinho, bilhas de água, telhas e tijolos.

Outra das actividades que bastante se desenvolveu neste concelho e no de Mértola e que hoje é considerada uma actividade artesanal de real valor artístico é, a latoaria em cobre e ferro forjado, recentemente praticada só para fins decorativos, encontrando-se predominantemente em casas antigas e recuperadas.

No que se refere ao concelho de Serpa, não tem uma actividade artesanal que a caracterize, mas a maioria destas referidas anteriormente, também fizeram parte da dinâmica económica e sociocultural do concelho. Presentemente, a Vila e seu concelho dispõem de algumas casas comerciais onde estão expostas variadíssimas peças artesanais que fazem parte da cultura do Baixo Alentejo. É o caso dos trabalhos em pele que caracterizam toda a zona em que predomina não só a actividade agrícola como também a prática da pastorícia, os pelicos em pele de ovelha, os porta-chaves, os cintos, os coletes, as botas caneleiras em pele de vitela.

Em análise final poder-se-á afirmar que os três concelhos em estudo usufruem de uma riqueza notável, existindo muitos que acreditam que devemos dar continuidade a este trabalho, não sabendo como, dado que cada vez mais é difícil encontrar jovens para desenvolver este tipo de actividades, bem como o

---

<sup>30</sup> objecto de utensílio doméstico feito de um corno de um animal bovino com uma tampa em cortiça

---

elevado custo dos materiais que acarreta e a falta de mecanismos adequados aos novos sectores de mercado, entre outros.

### **Vestuário**

Se a gastronomia e o artesanato são elementos *sine Qua non* para compreender uma cultura não é menos importante o papel dos vestuário.

O visitante ao estabelecer o primeiro contacto directo com uma cultura, observa de forma imediata o vestuário das gentes visitadas. O vestuário veio permitir os de fora conhecer rapidamente a actividade económica predominante, o clima da região, a moral e ética e forma de estar de suas gentes, ou seja os trajas permitem-nos identificar a origem cultural de um indivíduo.

Os concelhos que mais *espelham* a sua cultura são de Mértola e o de Serpa, resultado ainda da sua ruralidade, dado que esta contribui significativamente para a preservação da tradição.

Referente ao concelho de Mértola, o vestuário *foge* um pouco ao traje do agricultor alentejano, assemelhando-se mais ao Algarvio, não só pela sua proximidade geográfica mas também dada a prática transumância.

No concelho de Serpa, as suas gentes, principalmente os mais velhos, seguem com rigor o traje do agricultor alentejano, que passa desde os capotes, aos pelicos, às samarras, aos safões, às botas de salto de prateleira, entre outros, não esquecendo do chapéu preto ou do boné ou boina.

Como se pode analisar a maioria das peças que compõem o traje alentejano não parecem adaptadas a todas as condições climatéricas da região (Inverno com temperaturas baixas e Verão temperatura bastante elevadas), no entanto é entendido como o ditado alentejano *o que tapa o frio tapa o calor*.

A perda da ruralidade que caracteriza o concelho de Beja, resultado de *possuir* a capital distrital - cidade de Beja, contribui significativamente para o

progressivo abandono do vestuário tradicional, uma vez que este não satisfaz a imagem daqueles que querem estar na moda e querem viver uma vida direccionada para a cidade que trás a novidade.

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

### a) CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após uma abordagem sobre a problemática o turismo como um factor de desenvolvimento e sobre as principais potencialidades que caracterizam os três concelhos em estudo, deve-se desencadear uma estratégia integrada de desenvolvimento turístico na zona seleccionada ( Beja, Mértola e Serpa) de forma a valorizar a qualidade dos serviços e produtos oferecidos e o aproveitamento adequado dos recursos valorizáveis, para desencadear o desenvolvimento local e regional através da actividade turística.

Globalmente, as principais potencialidades que valorizam a zona em estudo são tão diversas que podem permitir um variado leque de *tipos* de turismo.

A zona em estudo é um espaço com potencialidades turísticas de grande interesse no âmbito do turismo da natureza, pois desfrutam de um dos recursos naturais com maior relevância, para este tipo de turismo, a água, mais propriamente o Rio Guadiana. Este troço de água pode desencadear um vasto conjunto de práticas desportivas e de lazer aquático, tais como: canoagem, remo, vela, Kayak - polo, pesca desportiva, passeio de gaivota, cruzeiros no rio (Mértola - Algarve, Mértola - Espanha).

Para tal, é necessário criar-se ao longo do rio pequenas zonas de restauração, equipamentos de prontos socorros, pequenos cais que permitam dar apoio às embarcações de recreio, Pousadas da Juventude e Turismo em Espaço Rural ou Agroturismo.

No entanto, o troço de água para além de permitir por em prática um conjunto de actividades aquáticas, valoriza por excelência a existência de ecossistemas naturais de real valor cénico, que vai permitir o desenvolvimento de

actividades de lazer, tais como: BTT, caça, ciclocircuitos, ultraleve, raides equestres, circuitos de Todo - o - Terreno, roteiros / circuitos do património natural, concurso de fotografia da flora e da fauna, entre outros.

Então é fundamental um conjunto de medidas que permitam os participantes desenvolverem estas actividades com segurança, sendo imprescindível:

- a) Sinalização dos caminhos possíveis de percorrer,
- b) Limpeza assídua dos trechos das margens e dos caminhos mais secundários,
- c) A criação de formas de controle do fluxo de visitantes, para evitar efeitos negativos de cargas excessivas em determinadas épocas do ano, sobretudo em áreas protegidas com maior sensibilidade ambiental e paisagístico,
- d) Casas de apoio que possibilitam os primeiros socorros,
- e) Criação de equipamentos e infra-estruturas que tenham não só como objectivo a segurança e apoio imediato do visitante como também proporcionar a aquisição de utensílios necessários para as actividades, peças artesanais que caracterizam a região, bem como proporcionar a satisfação dos sabores tradicionais da cozinha alentejana.

Estas últimas infra-estruturas podem-se encontrar em menor número nos percursos, mas é importante o seu papel nas aldeias mais próximas em que por vezes são as localidades em que os visitantes vão pernoitar e descansar, podendo aproveitar para desfrutarem das notáveis riquezas patrimoniais arquitectónicas e culturais.

De facto, outro tipo de turismo a desenvolver na zona em estudo, é o turismo cultural, pois os três concelhos possuem um conjunto de pequenos / médios aglomerados populacionais com grande interesse patrimonial arquitectónico, arqueológico e cultural, não secundarizando vestígios de grande valor histórico em zonas de difícil acesso, provocando mesmo pouca divulgação

---

dos mesmos, como é o caso da *villa e barragens* de Pisões ( concelho de Beja ), Moinhos de Maré ao longo do percurso do Rio Guadiana (concelho de Serpa), vestígios das rotas de escoamento de minério e fortificação - Castelo de Manuel Galo (concelho de Mértola), entre outros.

Perante este tipo de turismo pode-se definir um conjunto de rotas / roteiros e circuitos em diversos âmbitos, desde;

- a) Circuito arqueológico - percorrer os caminhos que assinalassem uma presença arqueológica, tendo como ponto de partida o próprio campo arqueológico, situado na Vila de Mértola);
- b) Roteiro aos Museus Arqueológicos;
- c) Circuito aos moinhos do Guadiana;
- d) Rota dos três Castelos - todos edificadas pelo reinado D. Dinis;
- e) Roteiro aos monumentos da Capital do Baixo Alentejo;
- f) Roteiro às artérias que testemunham as formas evolutivas do habitar das comunidades;
- g) Roteiro aos sabores do Alentejo.

Para pôr em prática de forma digna todas estas sugestões, é necessário um conjunto de medidas, que passam desde;

- a) Formas de divulgação e promoção;
- b) Formação de recursos humanos na área do turismo;
- c) Dinamização de actividades culturais populares com devidos apoios;
- d) Criação de acessos sem danificar e alterar a arquitectura paisagística e urbanística;
- e) Apoios financeiros para a recuperação e conservação dos edifícios histórico - religiosos.

Não tomando como referência apenas os concelhos em estudo, mas a maior parte do Alentejo, pode-se afirmar que estamos perante uma região com potencialidades também para o desenvolvimento do turismo de eventos. Ultimamente, tem vindo a ser posta em prática esta forma de turismo,

principalmente na cidade de Évora (Património Mundial) e também nos concelhos de Beja e Serpa. Uma das principais razões que justificam esta aposta, são palavras cedidas pelo Presidente da Associação de Desenvolvimento Rota do Guadiana "... é que no Alentejo a calma que o caracteriza permite de forma eficaz desenvolver eventos , permitindo os da província não se deslocarem à capital, como também proporcionar aos de fora deixarem por alguns dias ou horas a evasão do bulício das grandes cidades."

Realmente, com potencialidades capazes de dar sucesso a este tipo de turismo, devem-se propor algumas iniciativas, tais como;

- a) Exposição de peças artesanais;
- b) Exposição de pintura;
- c) Lançamento de livros;
- d) Colóquios e debates sobre várias temáticas;
- e) Concursos a nível nacional e internacional em diversos âmbitos;
- f) Feiras e Certames, entre outros.

Para tal, também é importante recorrer a um conjunto de medidas, desde ;

- a) Criar infra-estruturas para dar resposta em termos de alojamento e restauração a um número considerável de visitantes;
- b) Construir parques de estacionamento e acessibilidades;
- c) Criar e recuperação de casas de artesanato;
- d) Formar profissionais a todos aqueles que de forma directa ou indirecta estabelecem contacto com os visitantes, a maioria destes requerem uma especial atenção, pelo facto de serem profissionais, com um certo nível de escolaridade exigindo qualidade e distinção na prestação dos serviços.

Perante esta breve abordagem sobre os *tipos* de turismo que estão a dar os primeiros passos nos concelhos em estudo, facilitou a definição de um conjunto de linhas orientadoras que vão nortear toda a estratégia operativa e a definição dos programas integrados.

## **LINHAS ORIENTADORAS**

- a) Valorizar os três concelhos e o Rio Guadiana;**
- b) Criar uma zona turística com forte identidade cultural.**
- c) Configurar os três concelhos num espaço turístico, estruturando rotas / roteiros e circuitos turísticos;**
- d) Qualificar os recursos humanos inculcando uma política de turismo de qualidade e distinto;**
- e) Criar sistemas de informação e divulgação da região e de sinalização turística;**
- f) Criar uma nova dinâmica empresarial;**
- g) Reforçar os incentivos e apoios nacionais e comunitários,**
- h) Incentivar a população ao investimento,**
- i) Fixar a população.**

Com base nas linhas orientadoras, a estratégia / recomendações a propor constitui um desafio não só para nós e para aqueles que futuramente irão abordar a temática, como para todos aqueles que directa ou indirectamente estão *implicados* sobre o fenómeno. Dado que pretendemos definir uma estratégia que seja encarada como o ponto de partida para outras e levar à prática um conjunto de iniciativas e acções desenvolvidas pelos agentes da terra a curto / médio e longo prazo.

Importa referir que a estratégia a definir pretende delinear alguns projectos / acções articulados com alguns apoios financeiros e informativos para a sua implementação, por forma a criar uma confiança e iniciativa por parte dos agentes económicos e actores sociais, não só para pôr em prática estas propostas como todas aquelas não previstas.

Esta estratégia / recomendações pretende também incentivar os agentes a participar em acções de esclarecimento para disporem de capacidades específicas de realização de projectos pertinentes aqui incluídos ou outros conectados em outras eventuais filosofias que assentem noutras estratégias.

Assim, o objecto último desta estratégia é arranjar formas de se conseguir alcançar os desafios propostos e levar a pôr em prática outros num futuro próximo, para que a zona em estudo possa ser encarada como um Triângulo Turístico de grande interesse para todos nós visitantes e visitados.

Como é perceptível, a estratégia não esgota a configuração das intervenções a desenvolver nesta zona em estudo, por três motivos, primeiro porque podem e devem surgir novas estratégias e linhas de orientação para o desenvolvimento do turismo neste espaço, em segundo lugar porque está-se perante, somente, uma estratégia de um dos factores que podem contribuir para o desenvolvimento destes concelhos, em terceiro lugar porque o tecido turístico é dinâmico e está em constante evolução bem como a própria sociedade, a estratégia de hoje pode não ser eficaz como estratégia no amanhã.

A estratégia proposta assenta num conjunto de orientações, as quais incidem, principalmente no aproveitamento global dos recursos turísticos, a situação geográfica, o estado evolutivo que o tecido turístico evidencia, os apoios e incentivo por parte do estado português e da União Europeia, a presente dinâmica empresarial e o interesse, que os mais novos revelam no desenvolvimento da região. Assim, os programas integrados pretendem a valorização de um conjunto de produtos turísticos, de espaço de real valor cénico - paisagístico , histórico - cultural, dinamização empresarial através da inovação de estruturas e equipamentos, o incentivo ao investimento e por fim a criação de um Triângulo turístico assente num turismo de qualidade e distinto.

No que se refere aos produtos turísticos, pode-se afirmar que a zona em estudo desfruta de um conjunto de potencialidades e recursos turísticos que podem contribuir não só para a valorização do turismo ambiental, turismo

---

sinérgico, turismo cultural em espaço rural, turismo de congressos e eventos, como também para o surgimento de outros produtos turísticos e o desenvolvimento de alguns que estão em fase de implementação, tais como: turismo desportivo, turismo sénior, turismo de itinerários / rotas / circuitos, turismo de animação, entre outros.

Estes produtos turísticos desenvolvem-se em muitos espaços diversificados, podendo-se distinguir dois tipos de espaço : os espaços turísticos jusante ao Rio Guadiana e os espaços que se inserem em todo o triângulo turístico incluindo os aglomerados populacionais.

A estratégia proposta pretende também a dinamização empresarial através da criação e inovação de estruturas e equipamentos contextualizados à região. Para tal, é imprescindível desencadear políticas que permitam dar apoio e incentivar ao investimento, tais como a criação de uma estrutura edificada na zona em estudo, em que permita o esclarecimento para levar ao investimento , acompanhar o investidor em todo o processo para a implementação do projecto, informar e esclarecer , proporcionar contactos com outros investidores (locais, regionais, nacionais ou estrangeiros).

Todavia ao pretender-se contribuir para o investimento, não é somente a nível logístico como também nível financeiro. Ao estar-se perante uma região considerada das mais deprimidas da União Europeia , passando por uma grave crise de desertificação, é necessário apostar-se no investimento público e principalmente do privado.

Referente ao investimento público , é importante que um conjunto de entidades possam investir ou contribuir para o investimento, tais como Câmaras Municipais, Regiões de Turismo , Centro de Coordenação da Região Alentejo, Associações de Desenvolvimento, EDIA, INATEL, entre outras.

Quanto ao investimento por parte do sector privado, é uma das grandes apostas desta estratégia, dado que a região é bastante carênciada a este nível, apresentando graves deficiências no tecido empresarial. Apesar de existir apoios

financeiros disponíveis ao investimento no sector turístico, no âmbito do LEADER, do SIR ( Sistema de Incentivos Regionais), do SIFIT (Sistema de Incentivos Financeiros ao Investimento no Turismo ), ainda é verificável a pouca dinâmica empresarial.

Através destes apoios financeiros e um eficaz acompanhamento nos processos, acredita-se em níveis superiores de qualidade e diversidade da oferta, que permitam o desenvolvimento sustentado na região, modernização dos empreendimentos turísticos existentes, incluindo o alojamento, a restauração, a criação de novas infra-estruturas, equipamentos e empreendimentos de animação e a recuperação de património histórico, cultural e arquitectónico com fins turísticos.

## **b) RECOMENDAÇÕES**

### **1- OS VÉRTICES DO TRIÂNGULO TURÍSTICO**

#### **BEJA**

A cidade de Beja, capital do Baixo Alentejo, instalada na planície dourada, é o segundo centro mais populoso da Região Alentejo, com 19643 residentes (censos 91), considerando-se no segundo nível da hierarquia da rede urbana da região. Existem, no entanto, outros factores que contribuem para a sua importância, e papel político - administrativo, resultado de constituir sede de distrito e o seu protagonismo enquanto fornecedor de bens e serviços a uma vasta área territorial, possui uma importância funcional bem superior à sua dimensão populacional.

“Segundo os estudos do GEPAT do Ministério do Planeamento e Administração do Território, *estrutura e níveis de equipamento dos centros urbanos 1990* de Janeiro de 1993, a cidade de Beja posiciona-se no nível 3, correspondendo a uma importância sub - regional, sendo conjuntamente com Portalegre o 2º centro com nível de equipamento mais elevado no Alentejo a seguir a Évora que possui um âmbito regional.” (OFICINA DE ARQUITECTURA 1995: 11).

É uma cidade bem situada geograficamente, permitindo a ligação Lisboa / Algarve, Lisboa / Sevilha, Lisboa / Huelva, dando os principais espaços como rede urbana de um espaço transfronteiriço, graças ao transporte rodoviário assegurado pelas transportadoras EVA e BELOS e às boas vias rodoviárias.

Em termos de qualidade de vida, a cidade apresenta uma situação satisfatória. A habitação em termos de quantidade, tem dado resposta à procura, em que a capacidade do parque habitacional é superior à sua ocupação. A

dimensão dos alojamentos permitem os residentes viverem em condições. No entanto, as condições de habitabilidade no núcleo histórico da cidade, apresenta baixos níveis de conforto e alguma deterioração nas fachadas, necessitando de maiores apoios por parte da Associação para a Defesa do Património Cultural da Região Alentejo e o Conselho Consultivo da Salvaguarda do Património.

Ao nível das infra-estruturas, a maior preocupação vai para a área da saúde, dado que as infra-estruturas não conseguem dar resposta ao elevado número de utentes de todo o distrito, a qual é receptora diariamente. Nas restantes áreas, Beja é caracterizada como cidade que possui infra-estruturas de qualidade para dar apoio aos seus residentes, bem como aos seus visitantes, como é o caso do alojamento (Hotéis, Residenciais, Pensões), de restauração, de estruturas de apoio ao desenvolvimento de actividades artísticas e culturais, tais como Centro Cultural, Casa da Cultura, Casa das Artes, Galeria de Exposições, Biblioteca Municipal, entre outros.

Trata-se de facto de uma cidade que tem potencialidades e condições para ser um dos vértices do Triângulo Turístico e dar continuidade ao projecto que na últimas décadas tem vindo a desenvolver - acreditar e valorizar o turismo e o lazer, como se pode ver com algumas manifestações: maior dinâmica de investimento no sector, diversas intenções de investimento, como testemunha o Presidente da Região de Turismo da Planície Dourada.

- Alojamento turístico com uma topologia diferenciada, abrangendo a hotelaria tradicional e moderna, até ao Parque de Campismo e Alojamentos particulares licenciados.

- Diversos meios de animação recreativa / desporto e cultura, permitindo múltiplas actividades complementares, tais como: passeios todo - o - terreno, organizados pelo Euroclube de Beja e Clube Aventura de Évora, 1º Salão de Todo o Terreno, entre outros.

## **ACÇÕES**

- 1- Incentivar a criação de unidades de alojamento e restauração qualificados.**
- 2- Promover / reforçar a realização regular de eventos culturais, artísticos e desportivos.**
- 3- Criar de um roteiro turístico ao núcleo histórico da cidade.**
- 4- Criar o Centro de Apoio ao Investimento Turístico - CAIT**

1- Incentivos à criação de unidades de alojamento e restauração qualificados

- Incentivo à qualidade e distinção dos alojamentos já existentes

Deve haver uma preocupação em melhorar as condições existentes, em termos de estruturas e equipamentos. Há que incentivar através de apoios financeiros os proprietários dos alojamentos para aquisição de novos materiais e de melhor qualidade, informando-os que cada vez mais é necessário um turismo distinto e de qualidade.

Proporcionar a todos os que estão directa ou indirectamente relacionados ou envolvidos com o sector do alojamento, à participação de cursos profissionais e / ou acções de formação.

- Criação de uma Pousada da Juventude

Para além do número considerável de infra-estruturas de alojamento, que conseguem diariamente dar resposta à procura turística no concelho de Beja , a

cidade deve apostar num empreendimento dirigido para os jovens. É imprescindível uma infra-estrutura deste cariz , dado que Beja tem vindo a desenvolver estruturas e actividades lúdicas e de animação, principalmente para os jovens. Este tipo de aposta é resultado de dois factores: a cidade como receptora de um número elevado de estudantes, anualmente, e está-se apostar no turismo jovem.

A Pousada da Juventude deveria ficar situada na zona nova da cidade, com dimensões que proporcionassem não só um número razoável de quartos, como também um espaço semi - coberto para o desenvolvimento de actividades de lazer, não secundarizando uma zona de lojas, as quais facultassem a aquisição de equipamento e instrumentos para as práticas desportivas e actividades de lazer, bem como proporcionar a compra de peças artesanais e outros produtos turísticos do concelho e da região.

A própria infra-estrutura deveria ter um parque de estacionamento para facilitar o acesso e evitar congestionamento de trânsito.

- Melhorar as condições do Parque de Campismo e Caravanismo

A cidade usufrui de um Parque de Campismo e Caravanismo, que está à responsabilidade da Câmara Municipal de Beja, e que durante décadas deu resposta a um número considerável de turistas e visitantes. No entanto, ultimamente, o parque não apresenta condições mínimas para satisfazer aqueles que lá pernoitam. Como tal, a Câmara Municipal de Beja pretende encerrar suas portas.

Esta situação deverá ser evitada, mesmo que se tenha que recorrer a um protocolo de colaboração com outras entidades, para que se consigam verbas para o restauro do Parque de Campismo e Caravanismo.

- Incentivar a criação de mais unidades em espaço rural

Nos últimos anos, tem havido uma crescente sensibilização em relação às vantagens de umas férias no campo. O regresso ao campo transforma-se assim, para além da simples fuga de fim-de-semana, numa forma de viver o presente e o futuro em continuação e combinação com o seu passado.

O concelho de Beja pode satisfazer muitos daqueles que queiram voltar às suas origens, queiram deixar temporariamente a saturação dos grandes aglomerados populacionais, pois os terrenos limítrofes contemplam numerosos montes e casas tradicionais. Muitos destes encontram-se em estado de degradação, resultado do abandono de outrora de suas gentes, que se esqueceram de que uma casa não é algo estático no tempo, que nunca mais se altera.

Como tal, deve-se apostar ou avançar com o melhoramento ou venda dessas construções, para que seus futuros proprietários possam desfrutar desse espaço em fins- de -semana e / ou férias anuais, ou possam definir projectos de turismo no espaço rural, com as necessárias exigências de qualidade que um projecto turístico deste nível exige.

A cidade tem entidades estatais e empresariais competentes que podem, através dos seus arquitectos e técnicos responsáveis, contactar com o projecto, mostrando opções e critérios de restauro, materiais e cores empregues, incluindo-os na arquitectura local.

## 2- Promover / reforçar a realização regular de eventos culturais, artísticos e desportivos

A capital do Baixo Alentejo, tem vindo a evidenciar grandes apostas na realização de eventos culturais, artísticos e desportivos, os quais foram

---

referenciados em capítulo anterior. Há necessidade de Beja, ao ser encarada como um vértice de um triângulo turístico e capital turística do Alqueva como é proposto pelo *Estudo para a Definição de um Plano de Desenvolvimento Turístico da Zona de Intervenção do EFMA*<sup>31</sup>, definir novas estratégias neste âmbito.

Até agora as iniciativas têm partido, essencialmente, das entidades estatais e camarárias, com excepção do Núcleo Empresarial, sendo a presença do sector privado muito diminuta. Como tal, é necessário um aprofundamento das relações privado/público, definição de estratégias para a continuação de projectos de grande dimensão como são os exemplos da Feira do Alentejo - Ovobeja, Turisart, bem como a criação de novos empreendimentos, dado que os existentes são insuficientes.

Com a criação do Centro de Apoio ao Investimento Turístico, poder-se-á informar, incentivar e apoiar potenciais investidores que queiram desenvolver iniciativas nas áreas cultural, artística e desportiva, como o exemplo das associações que promovem os Passeios *Todo - o - Terreno*.

### 3 - Criar um Roteiro Turístico ao Núcleo Histórico da cidade

Propõe-se a criação de um roteiro turístico guiado ao núcleo histórico da cidade de Beja, dado que se está perante uma zona que desfruta de uma riqueza de património construído notável, em que as poucas casas de comércio mostram a peculiaridade das artes e ofícios tradicionais, bem como as tascas e as tabernas dão a conhecer a genuinidade da gastronomia e o bom vinho alentejano, ou seja uma zona da cidade onde é patente a originalidade e o exotismo das tradições populares.

Para tal, é necessário um investimento para dar apoio à continuidade das casas de comércio, ao restauro e recuperação do casario branco e de todo o

---

<sup>31</sup> Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva

património religioso envolvente, tendo sempre presente o objectivo de caminhar para a qualidade do produto turístico.

É imprescindível um intercâmbio entre as agências de viagens, Região de Turismo Planície Dourada e Posto de Turismo, de forma que independentemente do local a que o visitante se desloque, esteja sempre informado sobre o que poderá visitar, a destacar neste caso a visita guiada ao núcleo histórico da cidade através das informações concedidas pelos técnicos de turismo ou pelos folhetos informativos.

O desenvolvimento dos recursos humanos e a afirmação de um nível elevado de profissionalismo são fundamentais para o êxito de um roteiro turístico guiado. Actualmente, a cidade encontra-se bastante carênciada a este nível, com três técnicos de turismo e com dois com formação superior, o que é insuficiente para o número de visitantes que recebe anualmente. Como tal devem-se seguir as orientações políticas e os apoios nacionais e regionais, tendo presente a Declaração de Madrid sobre o Desenvolvimento dos Recursos Humanos no Turismo (1996) em que se realça a importância do capital humano na qualidade do turismo.

#### 4 - Criar o Centro de Apoio ao Investimento Turístico - CAIT

Tendo presente o conjunto de linhas orientadoras que norteiam a definição dos programas integrados no Triângulo Turístico, entende-se a urgência da criação de um centro de apoio ao investimento turístico.

Se de facto, se pretende e como é proposto, incentivar a população ao investimento, criar uma dinâmica empresarial, criar sistemas de informação e divulgação sobre a região, qualificar os recursos humanos inculcando uma política de turismo de qualidade e distinto, reforçar os incentivos e apoios nacionais e comunitários, entre outros, então é imprescindível a criação de um centro que possa ser um ponto de charneira entre os investidores e as orientações

estratégicas propostas para o desenvolvimento da região tendo presente o turismo.

Assim, deverá ser constituído um empreendimento de média ou grande dimensão , considerada a sede do CAIT, situado preferencialmente na zona administrativa da cidade, com instalações que permitam a criação de um número razoável de departamentos que dêem resposta à iniciativa proposta.

O CAIT deverá Ter a capacidade de promover orientações no sentido da estruturação e dinamização de redes de cooperação, do desenvolvimento de complementaridade, de inovação empresarial e de ligação entre os diversos investidores.

Quanto ao contacto entre os diversos investidores deve-se apostar nas relações transfronteiriças , não secundarizando o apoio que se deverá dar às missões ao estrangeiro, de empresários, gestores e técnicos, não só no sentido de alargar experiências como afirmar promocionalmente a região e os seus produtos, não se limitando somente à divulgação aquando de participação em Feiras e Certames Internacionais da Região de Turismo Planície Dourada.

Esta iniciativa deverá informar sobre apoios financeiros disponíveis para o investimento do turismo na região, ao nível do produto, da empresa ou do espaço de destino, a todos os já investidores e os que pretendem investir.

## MÉRTOLA

Mértola "... é um pedaço de território talhado entre o Guadiana e a linha fronteiriça com Espanha. Bem no interior Alentejano. Interior do interior. Uma beleza rude que desce de ásperos outeiros à raia e se espelha nas águas de um rio rebelde. É margem esquerda, rota do Guadiana - sedutora e misteriosa como olhos de mulher árabe" (Raposo s/d: 351).

Mértola reúne condições para a encorajamento para a criação de várias infra-estruturas, equipamentos e serviços turísticos, já que ocupa uma posição estratégica notável, por um lado ser uma das passagens *obrigatórias* Alentejo - Algarve, Portugal - Espanha, por outro a terra de maior dimensão que tem o Rio Guadiana *a seus pés*.

Para além da sua valorização resultante do enquadramento espaço - geográfico, a Vila desfruta de um arrojado projecto de desenvolvimento turístico cultural e patrimonial, quase único em Portugal. Este é não só resultado do grande valor histórico e arquitectónico de seus edifícios, como também do espólio arqueológico que pode ser admirado, pelos visitantes, nos diversos núcleos museológicos que a Vila possui, transformando-a na *Vila Museu*.

De facto, de há 15 a 16 anos para cá houve gente que acreditou nos recursos para o futuro da mesma, como tal foi criado o Campo Arqueológico de Mértola e Associação de Defesa do Património, que com o apoio da Câmara Municipal muito tem feito, seguindo sempre a mesma filosofia, " ... uma filosofia integrada e integradora em que tudo é valorizado, sobretudo o homem. É valorizado o rio e a paisagem, o movimento e a rua, a taipa das paredes e o artesão, as comadres a conversar e os gatos à caça nos telhados. É valorizado o que humanizado seja, como a própria qualidade do ar que se respira e os cabeços para onde o olhar se atira" ( Raposo s/d: 353).

A Vila de Mértola com os recursos que de beneficia pode (deve) continuar a constituir uma das apostas mais interessantes de encorajamento aos previsíveis e necessários investimentos, públicos e privados, relacionados a duas linhas distintas : - *Vila Museu* (património histórico, arquitectónico e arqueológico e *Mértola Berço do Guadiana* (património ambiental e paisagístico).

## ACÇÕES

- 1- Criar um Parque de Animação.
- 2- Criar a Feira Nacional do Guadiana ( anualmente ).
- 3- Incentivar a criação de unidades de alojamento e restauração qualificadas.
- 4- Criar parques de estacionamento.
- 5- Criar um pólo do C.A.I.T.

- 1- Criar um Parque de Animação

Apesar de nos últimos anos, se terem vindo a desenvolver anualmente, algumas actividades na área da animação, como é o caso do Concurso Nacional de Cantares, conjuntamente com o Concurso de Gastronomia, muito há para ser feito nesta área.

Deve-se apostar , com a colaboração do departamento sócio - cultural da Câmara Municipal , da Escola Profissional Bento Jesus Caraça e outras entidades, num projecto que proporcione o desenvolvimento de actividades de animação. Como afirmam muitos dos entendidos, o empenho e o profissionalismo dos animadores numa localidade que quer apostar no turismo, muito contribuem para o visitante adiar sua partida.

Assim, deve-se apostar na criação de um Parque de Animação, situado preferencialmente jusante ao Rio Guadiana, não só para *explorar* o rio como via para a animação, como também proporcionar uma temperatura mais amena aos frequentadores, dado que no Verão as temperaturas são bastante elevadas.

Parque de Animação pretende-se que seja um espaço composto por duas áreas distintas;

- a) A parte coberta a incluir um auditório, com dimensões com forma a proporcionar a realização de inventos, tais como espectáculos musicais, peças de teatro, colóquios, entre outros, uma área que permita actividades diárias para as faixas etárias jovens e uma área que dê apoio desde a guarda de utensílios e vestuário, até ao serviço de comida rápida.
- b) A parte descoberta de grande dimensão , para o desenvolvimento de actividades de maior envergadura e que só podem ser postos em prática em espaço aberto, com bons acessos ao rio, dado que ele é um dos ex-libris da Região Alentejo.

Este empreendimento deverá funcionar conjuntamente com o Posto de Turismo , dado que este é um informador - chave sobre os turistas e visitantes da Vila.

## 2- Criar a Feira Nacional do Guadiana

Não obstante à criação de um espaço de animação e de algumas festas feiras e romarias que a vila vivência, deverá ser realizado uma Feira Nacional do Guadiana - anualmente, invento a decorrer durante uma semana, preferencialmente na época média (período do ano em que as temperaturas são mais amenas no Alentejo).

Este projecto tem várias finalidades;

- a) Promover a Região Alentejo e o concelho de Mértola, através da divulgação e promoção dos produtos regionais, como são feitos e venda dos mesmos;
- b) Valorizar o Rio Guadiana (temática central da feira), através do relate histórico do mesmo, a sua importância , debates sobre o futuro do

Guadiana e suas gentes, desenvolvimento de actividades desportivas e recreativas no rio;

- c) Incentivar o desenvolvimento de actividades na área da animação e na artística, através do Festival transfronteiriço dos Cantares, espectáculos de animação de rua, teatro de marionetas , entre outros. O que iria permitir conjugar o passado com o presente, a tradição com o moderno, através de novas técnicas e de criatividade;
- d) Trazer um maior número de visitantes à Vila e concelho, e tentar ultrapassar o obstáculo de um turismo sazonal, de que todos temos medo.

Para a realização deste invento era necessário uma grande aposta na sua divulgação, como por exemplo criação de pacotes turísticos que incluíssem a visita gratuita à Feira, na divulgação através do meios de comunicação social, nas infra-estruturas e em melhores acessibilidades.

### 3- Incentivar a criação de unidades de alojamento e restauração qualificadas

A Vila de Mértola, para que possa continuar a ser receptora do tão elevado número de visitantes, tem que se apetrechar de alojamentos, já que actualmente o número é reduzido e dos existentes só dois estão classificados.

Pretende-se um alojamento diversificado e qualificado para dar resposta não só aos jovens que possam vir a desenvolver actividades desportivas / recreativas, como para os mais idosos que queiram *explorar* as riquezas patrimoniais da vila e concelho. Neste sentido, devem-se criar infra-estruturas para dar resposta a um turismo jovem , activo e desportivo (desportos radicais e náuticos), e a um turismo sénior de repouso, dado que o existente é insuficiente.

Como tal deve ser construída uma Pousada da Juventude, para que se possa apostar no turismo jovem. Note-se que Mértola é um dos locais que detém

uma melhor posição estratégica não só para a embarcação de barcos - travessia do Guadiana, como também face aos espaços - natureza de enorme interesse para o desenvolvimento de actividades para jovens.

Outras estruturas a criar estão direccionadas para o turismo de habitação, dado que a Vila desfruta de casas apalaçadas e casas antigas que devidamente restauradas e adaptadas seriam um ponto positivo para os visitados / visitantes.

No que diz respeito à restauração, a própria Vila não sofre de grande déficit, no entanto, encontra-se um pouco aquém a nível de diversidade e qualidade. Torna-se necessário incentivar o aparecimento de unidades de restauro qualificadas e reconstrução e recuperação das existentes, através de novas estruturas e equipamentos, bem como mão - de - obra qualificada.

#### 4- Criar Parques de Estacionamento

As características do espaço geográfico, em que se insere a Vila de Mértola, dificulta diariamente os residentes no estacionamento de suas viaturas nas artérias da Vila. Este problema é agravado no período da época média / alta, quando os visitados recebem um maior número de turistas.

Como tal, face ao desenvolvimento turístico expectável é necessário assegurar a criação de pelo menos dois parques de estacionamento , por forma a evitar o congestionamento diário. Os parques de estacionamento deveriam ficar localizados em locais diferentes, preferencialmente numa entrada da Vila, principalmente para os autocarros e o outro enquadrado na parte histórica, desde que não se descaracteriza o meio envolvente.

## 5- Criar um pólo do C.A.I.T.

Apesar de se pretender criar um Centro de Apoio ao Investimento Turístico na cidade de Beja, é necessário que os restantes vértices do triângulo turístico, tenham pelo menos um polo do CAIT.

Este polo deve ser localizado no centro da Vila , na área administrativa da mesma, fazendo parte ou não de um edifício estatal ou camarário. Deve ser composto por vários departamentos:

- a) O departamento de atendimento permanente, tendo como objectivo esclarecer algumas dúvidas de processos que estejam a decorrer, fornecerá desdobráveis informativos sobre áreas a investir, os tipos de incentivos, como proceder ao investimento, informar sobre acções de esclarecimento que vão decorrer, bem como documentação para aqueles que já investiram mas continuam a precisar de apoios, entre outros.
- b) O departamento que permita estabelecer contactos com potenciais investidores de outras regiões e concelhos, nomeadamente da zona transfronteiriça, para que se desenvolvam projectos inter-regionais, bem como permitir o contacto entre os diversos potenciais investidores com o intuito de relatarem suas experiências.
- c) O departamento ou gabinete que resolva toda a parte burocrática do projecto de investimento e conduzindo-o às entidades responsáveis para a sua apreciação e provação.

Deve ser criado um tipo de assembleia existindo representantes de entidades promotoras ao desenvolvimento e ao turismo na região<sup>32</sup>, investidores privados e representantes da Câmara Municipal, para a discussão de estratégias

---

<sup>32</sup> Região de Turismo Planície Dourada, C.C.R.A., Associação de Desenvolvimento Rota do Guadiana, entre outras

e linhas a seguir que levam ao desenvolvimento da região tendo presente o investimento na área do turismo.

## SERPA

Serpa como vila de um concelho de fronteira, atravessado pelo itinerário principal que constitui a mais directa ligação entre Lisboa / Huelva, Lisboa / Sevilha, tem vindo a evidenciar na última década um acréscimo significativo de tráfego, valorizando a Vila como um local capaz de captar um número elevado de visitantes, que entram pela fronteira de Ficalho.

Para além da sua localização, Serpa, desfruta de um conjunto de recursos turísticos associados ao património histórico cultural e arquitectónico, natural - paisagístico, que também tem contribuído para o aumento de turistas e a criação de infra-estruturas no âmbito do alojamento e restauração.

Em termos de património arquitectónico, a Vila apresenta um núcleo histórico de real valor, tendo mesmo criado um número de pontos de referência a serem visitados, como o castelo de Serpa , o Aqueduto e inúmeros elementos de arquitectura religiosa.

No que diz respeito ao património natural - paisagístico toda a área limítrofe da Vila é de grande valor cénico , o que tem contribuído para a criação de alguns circuitos turísticos, conseguidos para a Região de Turismo Planície Dourada.

Referente à cultura e identidade territorial, a Vila desfruta não só de algumas infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento das práticas culturais, tais como : Cine - teatro, sala de conferências, Biblioteca Municipal, entre outras, como também de capacidade de aproveitamento de sua cultura e tradição, como se pode assistir anualmente com o cortejo etnográfico pelas artérias da Vila.

As infra-estruturas e equipamentos, actualmente, ainda não são suficientes, apesar de ter vindo a melhorar, a destacar-se a nível de alojamentos e restauração.

Trata-se de uma localidade estrategicamente bem localizada com potencialidades que devem ser desenvolvidas de forma cuidada, para ser encarada como ponto estratégico ( vértice) de turismo.

## **ACÇÕES**

- 1- Incentivo à criação de unidades de alojamento e restauração qualificadas.**
- 2- Criar um pólo do C.A.I.T.**
- 3- Criar o Museu Regional do Queijo.**
- 4- Maior investimento e dinamização do Núcleo de Escola de Artes e Ofícios Tradicionais de Serpa.**
- 5- Impedir o encerramento do Museu do Relógio.**

- 1- Incentivo à criação de unidades de alojamento e restauração qualificados

Como se sublinhou, a Vila de Serpa tem registado um crescendo de oferta de unidades de alojamento (Pousada de S. Gens, Residenciais Serpinia, Beatriz...) e de restauração, o que tem constituído factor importante de dinamização da povoação e de apoio às procuras turísticas associadas a outras *terras* no concelho. Tais iniciativas devem continuar a ser apoiadas e incentivadas no que se refere à sua qualificação. No entanto, deverão ser criadas novas ou restauradas infra-estruturas para evitar a saturação das mesmas, em datas de inventos e na época alta.

Deverá ser construído de forma imediata uma unidade de média dimensão, de modo a que Serpa, seja encarada como um local a pernoitar , para todos aqueles que querem visitar o concelho / região, bem como para aqueles que deixam seu país (Espanha) para visitar a Expo 98 .

Este empreendimento deverá ser constituído por uma área de alojamento e outra de restauração, mantendo sempre a simplicidade da sua terra, caracterizado / decorado com peças decorativas que identifique a sua cultura e dê continuidade à tradição alentejana.

Tal unidade deve possuir espaços abertos, não só para estacionamento, por forma a evitar situações desagradáveis e incomoda para o visitante, como também para o desenvolvimento de algumas actividades de lazer e animação turística.

## 2- Criar um pólo do C.A.I.T

Dado a pouca dinâmica empresarial que o concelho possui, arrastada ao pouco incentivo ao investimento, é imprescindível a criação de um polo do Centro de Apoio ao Investimento Turístico.

Este polo deve estar localizado no centro da Vila, na área administrativa, com edifício próprio ou não, de forma a que todos os actuais e futuros investidores tenham fácil acesso. Empreendimento que deve ser composto pelos mesmos departamentos que o polo do concelho de Mértola.

## 3- Criar o Museu Regional do Queijo

Actualmente, Serpa possui dois museus municipais - Museu Etnográfico e o Museu Arqueológico, encarados como estratégias de consolidação e valorização da cultura e identidade territorial do concelho e da Vila de Serpa.

Todavia, no entender de muitos da terra, existe uma lacuna no que se refere às acções de museolização para a valorização de um dos produtos mais fabricados e que bastante tem contribuído para a base económica do concelho, o chamado queijo de Serpa.

Daí a proposta da criação de um núcleo museológico, sugerindo-se como localização preferencial o núcleo histórico da Vila. O Museu deveria comportar duas partes distintas;

- a) Uma parte, o museu propriamente dita, em que deverá retratar todos os passos que levam ao produto final, como por exemplo, o rebanho a pastar nas terras de pousio ao cuidado do pastor, até o queijo encontrar-se nos caniços, para ser levado para as casas de comércio, ou para particulares que se deslocam de terras longínquas para comprarem um dos melhores queijos do país.
- b) A outra parte, direccionada para a promoção e divulgação do produto, através do fabrico do queijo, podendo os visitantes provarem e comprarem e através de cartões de visita onde está indicado as diversas casas de fabrico.

Este tipo de empreendimento poderá ser conseguido através do apoio da Câmara Municipal de Serpa, Apoios Comunitários, apoios do sector privado, entre outros. Todavia o apoio do sector privado, principalmente do sector de agro - alimentar, é imprescindível, dado estar a ser divulgado o seu produto levando ao aumento de vendas, bem como a oportunidade de poderem produzir seu produto e vende-lo no próprio museu.

#### 4- Maior investimento e dinamização do Núcleo de Artes e Ofícios tradicionais de Serpa

“ A multiplicidade dos contactos fazem perder a herança cultural, cada vez mais somos avassalados pela sensação de que algo se está a perder. Uma parte

de nós, das nossas raízes profundas vai desaparecer a curto prazo e somos invadidos pela nostalgia quando vimos aldeias completamente descaracterizadas. Apesar de no Alentejo não ser das regiões piores” (informante - chave).

A transformação acelerada dos padrões culturais tradicionais implica assim novos desafios a uma luta para a sua preservação. Como tal deverá multiplicar-se esforços no âmbito do património etnográfico, investindo-se e dinamizando-se os poucos pontos de referência que a Vila e concelho possuem.

## 5- Impedir o encerramento do Museu do Relógio

Durante décadas, Serpa usufruiu do Museu do Relógio, situado na parte histórica da Vila, património da família Tavares de Almeida, que durante muito tempo teve suporte económico para o manter. No entanto, com o aumento do espólio, a conservação e manutenção da obra e do espaço também aumentou, sendo necessário apoios financeiros para dar continuidade ao projecto. Esses apoios, durante algum tempo, foram cedidos pela Câmara Municipal de Serpa entre outras entidades, não secundarizando alguns apoios prestados por particulares.

Como projecto contínuo, os custos são constantes e os apoios faltam, o que leva a que no mês de Abril de 1998, o Museu do Relógio feche suas portas e parta para a Ilha da Madeira, local a que foi convidado para se instalar dado que lhe era pago não somente a deslocação como também a sua conservação, estando aberto para todos os madeirenses e turistas continentais e estrangeiros.

Em opinião de muitos serpenses, e não só, deve-se criar uma estratégia que impeça a partida do Museu do Relógio de Serpa, como refere um dos informantes - chave “(...) pois para além ser património de uma família da terra, é um ponto de interesse turístico que Serpa possui.”

As estratégias devem passar pela forma de como rentabilizar o Museu do Relógio, para conseguir sobreviver sem apoios públicos nem privados.

## **2 - AS TERRAS DO GUADIANA**

### **MÉRTOLA**

“Desde muito cedo, o Porto Fluvial Mediterrânico de Mértola recebeu a visita de mercadores e aventureiros que aqui trocavam brocados e especiarias orientais por lingotes de ouro, prata e cobre, extraídos e fundidos nas minas de Aljustrel, S. Domingos e Serra da Adiça.” (Raposo s/d: 352)

Mértola foi um grande centro de escoamento de minério e de produtos agrícolas, passando por períodos de crise, mas sempre com vontade de ser um grande centro de promoção económica. Todavia, “(...) o encerramento das Minas de S. Domingos, em 1967, e a morte da última carreira fluvial que ligava Mértola a Vila Real de Santo António constituem o golpe de misericórdia da antiga importância da velha vila.” (Raposo s/d: 352) Do passado fica a memória que pode contribuir para gentes da terra criarem meios para se dar continuidade à celebridade da vila, resultado da importância do rio.

A história que Mértola pode contar, identifica uma Vila que para além do seu real valor patrimonial histórico, arquitectónico e arqueológico, também beneficia de um troço de água, que durante séculos contribuiu para o desenvolvimento económico da Vila e hoje também o pode permitir, desde que sejam criadas formas para tal.

## **ACÇÕES**

- 1 - Incentivar o aparecimento de barcos**
- 2- Instalar uma pequena marina**
- 3- Criar infra-estruturas de apoio ao desporto náutico**

### **1- Incentivar o aparecimento de barcos**

Até há 30 anos atrás, era feita uma carreira fluvial que ligava Mértola a Vila Real de Santo António. Posteriormente, o Rio Guadiana só era visitado por um número reduzido de barcos de particulares e de um velho barco que foi restaurado com o apoio da Câmara Municipal de Mértola, o qual tenta dar resposta a todos os visitantes e turistas que chegam e querem passear pelo rio.

Como se pode verificar, está-se perante uma lacuna que deve ser colmatada quanto antes, se de facto se pretende valorizar o Rio Guadiana, através do surgimento de dois barcos para a realização de pequenos cruzeiros regulares ao longo do rio até Espanha.

Os barcos devem ter uma dimensão que proporcione a realização de circuitos turísticos a grupos, bem como o fornecimento de refeições a bordo.

Este projecto deverá ser explorado por alguma infra-estrutura de alojamento de maior dimensão, como por exemplo a Pousada da Juventude, se de facto o projecto se realizar, existindo sempre contactos entre a infra-estrutura e o Posto de Turismo.

## 2- Instalar uma pequena marina

A criação de uma marina em Mértola vai permitir não só apoiar os barcos que realizam os pequenos cruzeiros, como também prestar atendimento a todos os barcos de recreio que passam por Mértola ou mesmo que temporariamente ali ficam instalados, à espera que os de seus donos voltem a fazer passeios ou se desloquem até ao Algarve.

A marina deverá ser vigiada permanentemente, como estrutura de segurança, explorada por uma entidade privada, rentabilizando lucros através dos lucros do espaço na marina. Sublinhe-se que a concretização deste projecto não deve fazer perigar os equilíbrios ecológicos / ambientais.

## 3- Criar infra-estruturas de apoio

Jusante à marina deverá ser criado um conjunto de infra-estruturas que dêem apoio às actividades desportivas e aos visitantes. Esses empreendimentos podem ser de pequena e média dimensão, uns destinados à venda de utensílios e instrumentos para o desenvolvimento de actividades desportivas e / ou náuticas e venda de peças artesanais que caracterizam a identidade cultural de seu povo, ou seja casas de comércio, e outras mais directos com apoio a prestar ao visitante, desde um Posto de Socorros como um espaço informativo.

Referente ao Posto de Socorros, deve ser constituído por equipamentos médicos de qualidade e uma equipa médica especializada. De facto o seu funcionamento é imprescindível, dado que a Vila de Mértola não possui actualmente nenhuma entidade hospitalar com serviço de urgências, somente um Centro de Saúde.

## POMARÃO

Situado a dezassete quilómetros encostado à margem direita do Rio Guadiana, na raiz da Serra de S. Domingos, conjuntamente com Mesquita e Canavial, tornou-se um ex-libris do concelho, dado estar inserido dentro do seu limite as minas de cobre de S. Domingos, das mais ricas de Portugal.

No local há uma presença constante de vestígios arqueológicos do porto onde o minério conseguido nas minas de S. Domingos era carregado nos barcos que seguiam por vagon do caminho - de - ferro, sendo hoje ainda visível nos cerros desertos os vestígios dos traçados dos carris.

O Pomarão desfruta de uma riqueza cénica quase única, sendo cada vez mais encarado como um ponto obrigatório para os turistas, que apostam num turismo ambiental e de aventura , dado que a paisagem propicia o desenvolvimento de actividades e jogos radicais.

No entanto, a zona ( Pomarão - Mesquita - Canavial ) para conseguir oferecer esses novos produtos turísticos necessita de apoios a vários níveis (privado e público ), para a criação de acessibilidades, de restauração e de entidades de apoio às práticas desportivas.

## ACÇÕES

- 1- Restaurar o cais fluvial**
- 2- Criar infra-estruturas de restauração qualificada**
- 3- Incentivo de estruturas de apoio às praticas desportivas**

## 1- Restaurar um cais fluvial.

Para de facto, dinamizar-se todo o troço do Guadiana e possibilitar os visitantes conhecerem a riqueza natural que caracterizam os três concelhos (Beja, Mértola e Serpa), é fundamental a criação de cais fluviais ao longo do troço de água.

Apesar da zona do Pomarão usufruir de um cais fluvial, este encontra-se bastantes degradado, não garantindo grande segurança para os visitantes. Como tal, deve-se apostar no restauro ou mesmo na criação de um. Se de facto apostar-se num novo empreendimento deve ser de maior dimensão para permitir o suporte de infra-estruturas de apoio, criando oportunidade do descanso temporário dos visitantes, a oportunidade de provarem os comeres da região e de serem socorridos.

Este cais deve permitir com segurança acostagem e amarração de embarcações de recreio, dando resposta aos eventuais barcos que realizam pequenos cruzeiros para grupos de turistas, como para pequenas embarcações de particulares. O cais deve ser para utilização pública, à responsabilidade do centro náutico do Pomarão e em contacto com os diversos centros náuticos da região.

## 2- Criar infra-estruturas de restauração qualificada

Toda a zona do Pomarão é conhecida pelos sítios dos canais onde é feita a captura da lampreia, que sobe o Guadiana para desovar. Os habitantes das povoações mais perto, tais como: Penha de Águia, Lombardos, Roncão, Salgueiros, entre outros, dedicam-se sazonalmente à sua apanha, permitindo a

sua sobrevivência e dando a conhecer aos visitantes um dos melhores e mais caros peixes do país.

Ao longo do rio é geralmente pescado outro peixe que permite a elaboração da tão famosa caldeirada do rio: o chamado muge ou tainha, que geralmente é servido também nos principais e conceituados restaurantes do concelho de Mértola.

Como tal, compreende-se que o Pomarão deveria criar infra-estruturas de restauração qualificada, por particulares, para dar resposta a todos os que amam a qualidade da gastronomia popular e tradicional e que se deixam tentar pelos sabores dos pratos confeccionados à base de peixe fresco, pescado quase à hora de ser confeccionado.

Assim, propõe-se o surgimento de dois restaurantes qualificados, os quais permitam receber grupos de excursionistas, situados em locais diferentes. Um situado jusante ao cais fluvial e o outro junto à estrada secundária que liga Pomarão à Mina de S. Domingos, passando por Santana de Cambas.

### 3- Incentivo de estruturas de apoio às praticas desportivas

- Posto de Socorros

Como já foi referido, uma das grandes deficiências que o concelho de Mértola e Serpa possuem é ao nível de infra-estruturas hospitalares, sendo o Hospital Distrital de Beja o único e incapaz de responder a todos os doentes / utentes do distrito, trazendo dificuldades acrescidas para este se o número de turistas no distrito for significativo. Situação que leva à preocupação de muitas entidades promotoras do turismo, pois se ocorre um acidente em locais de difícil acesso, pode faltar o socorrismo.

Assim , sugere-se a criação de vários postos de socorro ao longo do troço do Guadiana, sendo um deles no Pomarão, dado ser uma zona de embarque e desembarque e que propicia o desenvolvimento de actividades e jogos radicais.

Este tipo de posto de socorro deve estar equipado com aparelhos que possibilitem prestar os primeiros socorros aos doentes e acidentados, tendo uma equipa médica especializada em socorrismo e se possível uma viatura própria, situado junto ao cais fluvial. Todos os postos de socorros devem estar em permanente contacto.

- Criar um Centro Náutico

Face ao tipo de turismo que é sugerido à zona do Pomarão, é importante a criação de um centro náutico, o qual dê apoio aos visitantes, desportistas náuticos, bem como à realização de eventos desportivos ligados principalmente ao desporto náutico.

Neste sentido, deverá criar-se uma infra-estrutura em que seja possível instalar o Posto de Socorro e o próprio Centro Náutico. O Centro dividir-se-á em dois departamentos: Um que desse apoio permanente ao cais fluvial, proporcionando a armazenagem temporária de barcos e o aluguer de alguns, o outro com o objectivo principal de estabelecer contactos com entidades promotoras do turismo, centros náuticos do país e região, representantes de diversos sectores de actividades, para a definição e promoção da realização de eventos desportivos, bem como pedindo apoio à Câmara M. de Mértola o melhoramento das acessibilidades.

## **MINA DE S. DOMINGOS**

“Nas velhas e extenuada Minas de S. Domingos, na povoação com o mesmo nome, alguns quilómetros a nascente de Mértola, o tempo parece estar suspenso. Estruturas arruinadas da velha mina, já explorada pelos romanos, criam um cenário se sítio fantasma, habitado pelas almas penadas de todas as gerações de mineiros que a terra devorou” ( Raposo s/d: 358).

As palavras anteriores , bem caracterizam a aldeia da Mina de S. Domingos, que durante a época de Outono / Inverno é praticamente esquecida, só sobrevivendo graças aos mais velhos que relatam o tempo áureo, resultado da sua situação geográfica e do usufruto das minas mais ricas de cobre de Portugal.

A exploração mineira iniciada no tempo dos romanos e seguida pelos árabes , como testemunham os valores arqueológicos aqui encontrados, como por exemplo o achado em 1867 de uma medalha ou uma moeda de ouro da época do imperador Nero, bem como mais tarde por uma companhia de ingleses, permitiu ser conhecida internacionalmente, usufruindo de um conjunto de infra-estruturas que faziam inveja aos grandes aglomerados populacionais e de uma estabilidade económica da grande povoação.

Mas se na época baixa a Mina de S. Domingos é quase esquecida, não se pode dizer o mesmo em época de Verão. As suas gentes regressam para férias, das terras mais longínquas , à procura de reviver o passado, os visitantes procuram conhecer um local de interesse e por em prática algumas actividades na tapada grande.

Nesta época, aldeia não consegue responder em condições ao número de visitantes, em termos de infra-estruturas de alojamento e restauração, nem mesmo ao nível de animação cultural e desportiva, tendo somente os chamados Mastros dos Santos Populares e a Festa do Verão. Como tal, deverão criar-se

estratégias para a revitalização da aldeia tornando-a um ponto obrigatório para os turistas e proporcionar melhores condições às suas gentes.

## **ACÇÕES**

- 1- Criar infra-estruturas de alojamento turístico e restauração qualificada.**
- 2- Incentivar à animação cultural e desportiva.**
- 3- Criar um núcleo museológico sobre a história das minas de S. Domingos.**

### **1- Criar infra-estruturas de alojamento turístico e restauração qualificado**

Actualmente a aldeia da Mina de S. Domingos possui um reduzido número de infra-estruturas de alojamento e restauração, não conseguindo satisfazer em termos de quantidade nem de qualidade o número de visitantes na época de veraneio. Os dois restaurantes, as reduzidas tascas e a pensão não possuem mão-de-obra especializada, nem equipamento que permitam a prestação de um serviço de qualidade.

Neste sentido, impõe-se a recuperação e modernização dos existentes e o incentivo à criação de novas estruturas, devendo as entidades promotoras do desenvolvimento da região e da actividade turística apoiar e colaborar na realização de projectos de iniciativa privada.

Propõe-se a inserção de diversos tipos de alojamento turístico, privilegiando-se a procura relacionada com o turismo jovem de aventura e o turismo familiar e sénior.

- Criar um Parque de Campismo e Caravanismo

Uma grandes atracções turísticas da aldeia é a zona da tapada grande. Área de grande superfície de água rodeada de pinheiros e eucaliptos, permitindo os piqueniques familiares e a prática de actividades desportivas, tais como : remos, kayak-polo, natação, BTT, ciclocircuitos, entre outros.

Ao ser um local dos mais procurados pelos jovens propõe-se a criação, junto à tapada grande, de um parque de campismo e caravanismo, devidamente protegido, constituído por equipamentos de qualidade, principalmente com balneários, zona de serviço de refeições e bar / esplanada. Em termos de animação cultural e recreativa, pode-se desenvolver no parque alguns pequenos espectáculos com peças de teatro amador, grupo de músicos jovens, entre outros.

- Alojamento turístico - turismo rural

Dado os terrenos da aldeia da Mina de S. Domingos terem sido propriedade da tal companhia de ingleses, que durante anos exploraram as minas de cobre, impossibilitou as gentes da terra à compra de terrenos para a construção de infra-estruturas. Actualmente esse problema está a ser resolvido, dando-se os primeiros passos de negociação entre a Câmara Municipal de Mértola e os interessados investidores.

Com a nova situação deverão criar-se formas de incentivo à população local para a construção e reconstrução das habitações e de estruturas para alojamento turístico - turismo rural, que é bastante procurado pelas famílias e pelos mais idosos para férias e repouso, nas diversas épocas do ano.

Os alojamentos turísticos deverão ser situados dentro da própria povoação, com um número de quartos que permita receber também grupos de

excursionistas, parque de estacionamento e zonas semi - cobertas com bar/explanada para o desenvolvimento de actividades de animação.

## 2- Incentivo à animação cultural e desportiva

Se de facto, a aldeia da Mina de S. Domingos tem recursos turísticos propícios para o desenvolvimento do turismo jovem de aventura e turismo de família e sénior deverá apostar em iniciativas de animação cultural e também desportivas, diversificando a oferta.

Em termos de animação cultural propõe-se cativar os habitantes em manter a sua festa anual, valorizando pequenos episódios festivos que retractam sua terra, como por exemplo um concurso gastronómico, um festival de cantares alentejanos, prova de doçaria, venda de peças artesanais, entre outros.

Para além desta festa anual, poder-se-ão criar inventos culturais , em diversas épocas do ano, como por exemplo serões culturais onde são feitas pequenas peças de teatro, o contar contos, o toque de instrumentos musicais regionais.

No que se refere à animação desportiva, a Aldeia ao beneficiar da Tapada Grande, onde tem condições naturais para a prática de actividades e modalidades desportivas, deverá apostar em animadores desportivos para organizar e planificar as iniciativas, bem como incentivar e animar os diversos grupos que chegam à aldeia.

## 3- Criar um núcleo museológico das Minas de S. Domingos

A aldeia da Mina de S. Domingos ao ser conhecida internacionalmente pela exploração mineira de cobre, e que até 1967 contribuiu para o

desenvolvimento da povoação e da região , deverá ser proprietário de um núcleo museológico que retracte a história das minas.

Propõe-se um levantamento de todo o espólio que tenha sido encontrado nas minas e na região, encarados como testemunhos arqueológicos , para se enquadrarem nos diversos episódios históricos das minas que farão parte do núcleo museológico.

Este tipo de empreendimento deve ser encarado como uma valorização de exaltação do engenho e arte do homem conjugado com o valor e riqueza mineral das terras do Alentejo. Poderá, posteriormente, ser visitado não só pelos turistas como também pelos estudantes das diversas escolas da região ou mesmo do país.

Como complemento ao núcleo museológico deverá ser criado um departamento informativo sobre iniciativas e actividades turísticas que se vão desenvolvendo em todo a região , promovendo mais uma vez o Alentejo.

## **PULO DO LOBO**

“O lento desgaste produzido pelas águas nos contorcidos xistos do Devónico deu origem ao fantástico sulco ouriçado de fraguedos e minado de furnas e marmitas gigantescas , por onde se precipita o caudal do rio . Junto à rocha denominada Pulo do Lobo, os penhascos laterais aproximam-se tanto que uma pessoa afoita pode, de um salto, transpor o abismo” ( Raposo s/d : 211).

Como testemunham estas palavras , estamos perante uma obra da natureza, a qual tem sido receptora de um elevado número de visitantes e tem proporcionado a divulgação a região e o país no estrangeiro.

Pulo do Lobo fica situado no concelho de Mértola, tendo dois caminhos de acesso um pela margem direita do rio pela freguesia de Quintos, onde se passa

por uma das mais conhecidas pontes romana, ou pela margem esquerda do rio partindo da Vila de Serpa.

Existem basicamente duas formas ideias para a visita ao Pulo do Lobo , uma pelas acessibilidades já indicadas, a outra através da via marítima. Em ambas, os visitantes podem pernoitar desde que seja criado um cais fluvial e a criação de alguns empreendimentos de agroturismo, bem como passear pelo rio, dado que deve-se apostar no aluguer de barcos de recreio para aqueles que vieram por via terrestre.

## **ACÇÕES**

- 1- Incentivar ao Agroturismo**
- 2- Melhorar as acessibilidades**
- 3- Programas promocionais**

### **1-Incentivar ao Agroturismo**

Como foi referenciado, está-se perante uma zona onde é patente um numero considerável de montes e herdades, entre os quais alguns abandonados e em estado de degradação, sendo importante apostar em iniciativas para a recuperação e restauração, podendo estas serem o ponto de partida para o desenvolvimento do agroturismo.

O turismo rural é uma aposta interessante para aqueles que querem investir no Alentejo e não querem abandonar a sua terra, bem como para aqueles que querem passar um fim - de - semana ou férias num local tranquilo e de

notável beleza paisagística, convivendo com todos aqueles que fazem parte do habitat natural da região.

## 2-Melhorar as acessibilidades

Apesar do Pulo do Lobo poder ser visitado através duas estradas secundárias, uma pela estrada que passa pela aldeia de Quintos e a outras pela Vila de Serpa, os acessos são bastante deficientes, tornando-se mesmo um obstáculo para muitos dos visitantes. Compreende-se assim, que as Câmaras Municipais dos respectivos concelhos (Beja, Mértola e Serpa) apostem no melhoramento de estradas e indicações dos principais locais de interesse na zona.

## 3-Programas promocionais

As agências de viagens que a Região Alentejo possui, cada vez mais estão apostar no turismo nacional e regional valorizando os recursos turísticos e as principais potencialidades, renegando para segundo plano o incentivo a seus clientes a visitas a locais estrangeiros.

Esta aposta deve continuar, no entanto, há lacunas que devem ser superadas, como é o caso da pouca existência de desdobráveis informativos sobre os principais pontos de interesse turístico, como é caso do Pulo do Lobo. Para além da pouca divulgação, a existente está escrita em língua portuguesa dificultando aos estrangeiros a sua compreensão.

Propõe-se a criação de programas promocionais dirigidos para as diversas faixas etárias, bem como para os turistas portugueses como estrangeiros, que

possam ser encontrados em todas as agências de viagens e em postos de turismo.

### **CORTE DE SINES - CORTE DE GAFO - QUINTOS - BALEIZÃO**

Esta localidades encontram-se estrategicamente bem situadas, não só porque se encontram relativamente perto do Rio Guadiana ou junto à estrada que liga Lisboa / Sevilha, como também estarem inseridas em áreas de interesse turístico.

São povoações que não se destacam pelos grandes valores patrimoniais (a igreja local constitui a principal referência para as gentes da terra e para o turistas), mas testemunham as vivências de um povo, através dos sabores dos pratos cozinhados nas tascas, das cerimónias religiosas, dos trajes daqueles que diariamente vão para o campo, dos cantares cantarolados pelos mais velhos, das casas caiadas de branco nas ruas compridas a evidenciar as vastas planícies.

Está-se de facto perante locais com distinta tipicidade raiana, como interessantes pontos de passagem e visita, em que poderão potenciar o aproveitamento das pequenas iniciativas com os modos de vida e o bem receber os forasteiros.

Os actores sociais conjuntamente com apoio de algumas entidades devem preconizar uma estratégia assente no bom acolhimento e hospitalidade, articulado à pacatez e tipicidade dos locais, bem como aos saberes - fazeres artesanais alentejanos.

## **ACÇÕES**

### **1- Incentivo à criação de turismo rural e restauração qualificada**

### **2- Promover a animação cultural - valorização das festas locais**

#### **1- Incentivo à criação de turismo rural e restauração qualificada**

Actualmente, estes locais apresentam uma oferta de alojamento e restauração limitada e incapaz de responder ao eventual almejado processo de desenvolvimento turístico da região e ao número elevado de viajantes que irão passar com destino à Expo 98.

Dado as carências sentidas deve-se apostar no turismo rural, para tal há que cativar os proprietários de algumas casas com características favoráveis à criação deste tipo de alojamento, em investir.

Referente à restauração, deve-se incentivar à recuperação dos espaços, apostar em acções de formação dos seus funcionários e em equipamentos de qualidade.

#### **2- Promover a animação cultural - valorização das festas locais**

Estas localidades ao serem encaradas como locais de passagem devem apostar em formas de cativar o turista a permanecer mais tempo no local. Uma dessas formas assenta em promover animação cultural e valorizar as suas festas anuais.

As iniciativas devem-se tornar em eventos anuais, divulgados por diversos meios de comunicação social, pelas agências de viagens da região e postos de turismo, para que o viajante tenha acesso facilmente à informação.

Inicialmente, aquando da definição de actividades de animação cultural, deve haver uma parceria entre os festeiros e entidades publicas, não só para estes poderem prestar alguns apoios financeiros como também incentivá-los a novas ideias e cativar os mais novos a envolverem-se mais directamente recebendo alguma formação.

## **BIBLIOGRAFIA**

AGUIAR, José

- 1994 "Formação e Qualificação Profissionais na Conservação e Reabilitação do Património Arquitectónico", *Actas do I Encontro Ibérico de Municípios com Centro Histórico - Novembro/92, Santarém: C.M. de Santarém.*

ALMEIDA, Octávio

- 1997 "A Política Regional e os Fundos Comunitários", in *Poder Local - Revista de Administração Democrática, Abril/Junho.*

ALOUN, A. et al

- S/D *Enciclopédia Sociológica Contemporânea, Vol. I: Porto Rés.*

AMARO, Rogério Roque

- 1990<sub>a</sub> "Desenvolvimento e Injustiça Estrutural", in *Communio, N.º 5, Setembro/Outubro.*
- 1990<sub>b</sub> "O Puzzle Territorial dos Anos 90 - Uma Territorialidade Flexível (e uma Nova Base para as Relações entre Nações e Regiões)", in *Vértice, N.º 22 (II Série), Dezembro.*

AMARO, Rogério Roque

- 1991 "Lógicas de Especialização da Economia Portuguesa", in *Sociologia - Problemas e Práticas, N.º 10, Lisboa: Centro de Investigação e Estudos de Sociologia - ISCTE.*

AMARO, Rogério Roque (Coord) et al

1992 "Iniciativas de Desenvolvimento Local - Caracterização de alguns Exemplos", *Relatório I.S.C.T.E./I.E.F.P., Lisboa.*

AMARO, Rogério Roque

1993 "As Novas Oportunidades do Desenvolvimento Local", *in Cadernos A Rede - Junho, Faro: Edições In Loco.*

AMARO, José

1994 "Conservação da Natureza - Os Desafios do Ambiente", *in Imenso Sul, N.º 10.*

ANDRÉZ, Jaime

1997 "Completar o Turismo", *in Revista Fortuna, N.º 62, Lisboa: Edição Leonor V. Pinto.*

BALTAZAR, Alda

1994 *Turismo no Campo Branco: Um Factor de Desenvolvimento Local*, Beja: Universidade Moderna.

BAPTISTA, Mário

1990 *O Turismo na Economia - Uma Abordagem Técnica, Económica, Social e Cultural*, Lisboa: Instituto Nacional de Formação Turística.

BARATA, José Fernandes Nunes

1987 "Turismo", *in Polis Enciclopédia Verbo, da Sociedade e do Estado, Vol. V, Lisboa.*

BARQUEIRO, A. Vasquez

1988 "Desenrollo Local: Una Estrategia de Creacion de Exemplo", *Barcelona*.

BARROS, Afonso de

1986 *Do Latifundismo à Reforma Agrária - o Caso de uma Freguesia do Baixo Alentejo*, Oeiras: CEEA/FCQ.

BARROS, Afonso de

1990 "A Sociologia Rural perante a Problemática do Espaço", in *Sociologia. Problemas e Práticas N.º 8*, Lisboa: C.I.E.S. - ISCTE.

BOYER, Manc

1972 *Le Tourisme*, Paris: Ed. du Sereil.

BORRAGNE, Jérôme

1996 "Turismo em Espaço Rural e Qualidade: Contribuição para a Elaboração de uma Carta de Qualidade para a Serra do Caldeirão", *Faro: Associação In Loco*.

BRAGA, D. Afonso

1993 "Entre o Território e a Função: Algumas Notas sobre a Problemática do Desenvolvimento Regional e Local, in *Cadernos A Rede, N.º 9*, Faro: Edições In Loco.

CAPUCHA, Luís M. Antunes

1996 "Fazer Render o Belo - Questões à Volta do Turismo e do Desenvolvimento em Zonas Rurais Recuadas", in *Sociologia - Problemas e Práticas, N.º 21*, Lisboa: C.I.E.S. - I.S.C.T.E.

CARTAXO, Paula

- 1995 "Olaria de S. Pedro do Corval - Permanências e Inovação numa Abordagem e Etnotecnológica", *Comunicação, em Encontros de Monsaraz (6.ª Edição)*.

CASTELLI, Geraldo

- 1984 *Turismo e Marketing – Uma Abordagem Hoteleira*, Porto Alegre - R.S.: Editora Sulina.

CRISTÓVÃO, Artur

- 1993 "Desenvolvimento Local: Teoria e Prática", *Apresentação Feita no Curso de Verão - Julho, Chaves*.

FERNANDES, Jardim

- 1997 "A Marca do Turismo Português", *in Revista Fortuna N.º 62, Lisboa: Edições Leonor V. Pinto*.

FERREIRA, J.M. Peixoto, João

- 1993 "A Sociologia Rural e o Desenvolvimento Rural em Portugal, Tendências Recentes e Perspectivas", *in SOCIUS - Instituto Superior de Economia e Gestão - Universidade Técnica de Lisboa*.

FOSTER, Douglas

- 1992 *Viagens e Turismo - Manual de Gestão*, Men Martins: Edições CETOP.

GHAI, Dharam

- 1991 "Desenvolvimento Participativo: Algumas Opiniões sobre Experiências ao Nível das Bases", *(Policopiado)*.

GHIGLIONE, R. Matalon

1993 *O Inquérito - Teoria e Prática*, 2.<sup>a</sup> Edição, Oeiras: Celta Editora.

GOODALL, Brian

1995 "Environmental Awareness and Management Response in the Hospitality Industry", in *Revista Portuguesa de Gestão II/III - 95*, Lisboa: Edições da AEDG.

GREFFE, Xavier

1990 "Rural Tourism, Economic Development and Employment", *Conference on Enterprise and Employment Creation in Rural Areas, Paris*.

JOAQUIM, Graça

1994 *Turismo e Ambiente: Complementaridade e Responsabilidade - Contribuição para uma Abordagem Sociológica do Fenómeno Turístico*, Lisboa: Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa.

KRIPPENDORF, Jost

1989 *Sociologia do Turismo: Para uma Nova Compreensão do Lazer e das Viagens*, Brasil: Civilizações Brasileiras.

LANFANT, Marie

1991 "Tourisme International Reconsideré: Milieu Exclu, Tiers Exclue? Le Principe de L'Alternative", in *Les Cahiers du Tourisme, N.º 165, Série C, Aix-Enprovence: Centre des Hantes Etudes Tauristiques*.

LASSARD, Michelle et al

1994 *Investigação Qualitativa - Fundamentos e Práticas*, Lisboa: Instituto Piaget.

LEITÃO, Aristídes

1987 "Turismo nas Áreas Protegidas", in *Actas do I Congresso de Áreas Protegidas, Lisboa: Ed. Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza*.

LOPES, Simão

1984 *Desenvolvimento Regional - Problemática, Teoria e Modelos*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

MACHADO, Mafalda César

1997 "Viagens na Nossa Terra", in *Roteiros Turísticos - Expresso, Lisboa: Secretaria de Estado do Turismo*.

MARTINS, Paulina

1994 "Turismo em Espaço Rural", *Comunicação no Encontro de Avaliação e Encerramento do Projecto PRO-RURAL, Lisboa*.

MELO, A. Barbosa

1988 *O Centro da Formação dos Funcionários e o Centro de Estudos e Formação Autárquica*, Coimbra: C.E.F.A.

MESTRE, Joaquim Figueira

1991 *Beja, Olhares sobre a Cidade*, Beja: Câmara Municipal de Beja.

MONTALVO, António Rebordão

- 1997 "Contributo para a Reflexão sobre a Problemática Actual do Mundo Rural", *Seminário Internacional: A Revitalização do Mundo Rural e o Ordenamento do Território, Lisboa.*

MOREIRA, C. Diogo

- 1994 *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa - I.S.C.S.P.

NETO, João B.N. Pereira

- 1985 *Turismo e Desenvolvimento*, Faro: Universidade de Faro.

PEDRAS, Hernâni et al

- 1994 "Óbidos, Passado e Futuro", in *Actas do I Encontro Ibérico de Municípios com Centro Histórico, Santarém: Câmara Municipal de Santarém.*

PINA, Paulo

- 1988 *Portugal - O Turismo no Século XX*, Lisboa: Lucidus Publicações.

PORTELA, José

- 1993 "O PDR e o Desenvolvimento Local", in *Cadernos A Rede, Faro.*

PORTELA, José

- 1997 "O Meio Rural em Portugal: Entre o Ontem e o Amanhã", *Seminário Internacional: A Revitalização do Mundo Rural e o ordenamento do Território, Lisboa.*

PROENÇA, Raúl

1924 *O Guia de Portugal*, Lisboa: S/E.

QUARESMA, Miguel M.

1997 "Desenvolvimento Local no Alentejo - Esforços e Perspectivas", in *Poder Local - Revista de Administração Democrática*.

QUIVY, Raymond CAMPENHOUDT Lue Van

1992 *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva.

RAMOS, Francisco M.

1992 "O Turismo, a Economia e a Felicidade: Manvão e a Arqueologia do Desejo", *IBN Maruà* 2.

1995 "O Artesanato e a Investigação", *Comunicação do Encontro de Monsaraz (6.ª Edição)*.

1996 *Textos Antropológicos*, Monsaraz: ADIM

RAMOS, Sofia

1997 "Turismo Desorientado", in *Revista Fortuna*, Lisboa: Edições Leonor Vaz Pinto.

RAPOSO (Coord)

S/D *Portugal Passo a Passo - Alto Alentejo e Baixo Alentejo*, Lisboa.

REGO, Conceição Júlio C.

- 1997 "O Homem é Fundamental na Conservação da Natureza", in *Imenso Sul*, N.º 10

REGO, Miguel

- 1995 "Substrair à Pedra o Toque da Trombeta do Último Dia", in *Imenso Sul*, N.º 2.

RELVAS, Alexandre

- 1997 "Turismo na Economia - A Maior Indústria Mundial", in *Revista Fortuna*, Lisboa: Edições Leonor Vaz Pinto.

RITA, Paulo

- 1995<sub>a</sub> "O Turismo em Perspectiva: Caracterização e Tendências do Mercado Internacional", in *Revista Portuguesa de Gestão II/III - 95*, Lisboa: Edição da AEDG

- 1995<sub>b</sub> "Estratégias de Marketing para o Turismo Internacional", in *Revista Portuguesa de Gestão II/III - 95*, Lisboa: Edição da AEDG.

SETAS, Paulo

- 1995 "Desenvolvimento Turístico Custos e Benefícios da Actividade Turística em Meio Rural", in *Cadernos A Rede*, Faro: Edições In Loco.

SILVA, João A. SILVA, J.A. Vieira da

- 1995 "A Inserção Territorial das Actividades Turísticas e o Marketing - Reflexões sobre o caso Português", in *Revista Portuguesa de Gestão II/III - 95*, Lisboa: Edição da AEDG.

SOARES, Manuel

1994 "As Actividades Artesanais que Formação?", in *CADERNOS A Rede, Faro: Edições In Loco*.

VIEIRA, João Martins

1997 *A Economia do Turismo em Portugal*, (Edição Apoiada pela Comissão Executiva do Ano Nacional do Turismo), Lisboa: Publicações Dom Quixote.

WAHAB, Salah

1988 *Introdução à Administração do Turismo*, S. Paulo: Livraria Pioneira Editora.

WANHILL, Stephen

1995 "Some Fundamentals of Destination Development", in *Revista Portuguesa de Gestão II/III - 95*, Lisboa: Edição da AEDG.



#### ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO DISTRITO DE BEJA

1991 Plano Integrado de Desenvolvimento do Distrito de Beja — PIDD Beja — 1.<sup>a</sup> Fase — Componente Turística.

#### COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS

1991 *As Regiões na Década de 1990*, Bruxelas, Direcção-Geral das Políticas Regionais.

1992 *Europa 2000 — Perspectivas para o Desenvolvimento do Território da Comunidade*, Bruxelas, Direcção-Geral das Políticas Regionais.

## CADERNOS LEADER

1994 . Comercializar em Turismo Rural de Qualidade, Lisboa.

## COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO ALENTEJO

1991 Perfil Empresarial do Alentejo.

1993 Programa Operacional do Alentejo, Évora.

1996<sub>a</sub> A Região Alentejo em Sintaxe, Évora.

1996<sub>b</sub> Alentejo - Indicadores Regionais do Turismo, Évora.

1996 (c) Estudo para a Definição de uma Base Económica para a Região do Alentejo - Para uma Nova Base Económica do Alentejo, Vol. I e Vol. II, Lisboa.

DECRETO-LEI n.º 251/84, de 25 de Julho (I Série)

DECRETO-LEI n.º 256/86, de 27 de Agosto (I Série)

DECRETO-LEI n.º 256/89, de 27 de Agosto (I Série)

DECRETO-LEI n.º 19/93, de 23 de Janeiro (I Série)

DECRETO REGULAMENTADO n.º 71-F/79, de 29 de Dezembro

DECRETO REGULAMENTAR n.º 5/87, de 4 de Janeiro

## DIRECÇÃO REGIONAL DO TURISMO

S/D O Turismo em 1991 - Portugal, Continente e Regiões Autónomas, Lisboa.

## INTERISMET - OFICINA DE ARQUITECTURA

1995 Plano Estratégico de Serpa, Lisboa.

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA, SECRETARIA DE ESTADO DO COMÉRCIO E TURISMO - DIRECÇÃO GERAL DO TURISMO**

1997                      Indicadores do Turismo em Espaço Rural - TER, Lisboa.

**OFICINA DE ARQUITECTURA - URBANISMO, CONSTRUÇÃO E IMAGENS VISUAIS**

1995                      Beja - Plano Estratégico, 1.<sup>a</sup> Fase - Modelo Estratégico de Intervenção, Beja

## **ANEXOS**

# **ANEXO I**

## **GUIÕES DAS ENTREVISTAS**

**GUIÃO DE ENTREVISTA (Presidentes das Câmaras Municipais do Triângulo Turístico)**

- a) As principais potencialidades da localidade que podem contribuir para a actividade turística.
  - b) Tipos de empreendimento de interesse turístico existentes na região.
  - c) Projectos a criar de interesse turístico na região.
  - d) As principais preocupações a Ter com a implementação da actividade turística.
  - e) As grandes apostas para revitalizar o mundo rural (Serpa, Mértola), e as estratégias a serem tomadas para o desenvolvimento turístico.
  - f) Que medidas nacionais e comunitárias são de interesse para o turismo no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio (QCA) e do Plano de Desenvolvimento Regional (PDR).
  - g) Em vez de cada concelho definir o seu próprio programa e estratégia turística, o que acha da constituição do Triângulo Turístico Beja, Mértola e Serpa.
- Outros comentários que se julgou pertinentes.

**GUIÃO DE ENTREVISTA (Presidentes das Associações de Desenvolvimento)**

- a) Estratégias para o desenvolvimento da região.
- b) Turismo como um contributo para o desenvolvimento da região.
- c) A relação das potencialidades da região e os tipos de turismo a promover.
- d) Medidas desenvolvidas para a prática da actividade turística, por parte das Associações de Desenvolvimento.
- e) Tipos de apoios e estímulos legais, que tem chegado por meio das Associações de Desenvolvimento, são oferecidos aos potenciais investidores .
- f) Acções de esclarecimento e debates para proporcionar novos investimentos.
- g) Em vez de cada concelho definir o seu próprio programa e estratégia turística, o que acha da constituição do Triângulo Turístico Beja, Mértola e Serpa.

Outros comentários que se julgou pertinentes.

**GUIÃO DE ENTREVISTA (Presidente da Região de Turismo Planície  
Dourada)**

- a) As principais potencialidades da região que podem contribuir para a actividade turística.
- b) Tipos de empreendimento de interesse turístico existentes para promover a região.
- c) Tipos de empreendimentos de interesse turístico a serem criados para promover a região.
- d) As principais preocupações a ter com a implementação de actividades turísticas.
- e) O modo como o turista pode contribuir para o desenvolvimento de algumas zonas da região.
- f) A participação dos elementos da sociedade civil no desenvolvimento turístico.
- g) Tipos de apoios e estímulos legais que são oferecidos aos potenciais investidores do sector.
- h) Relações estabelecidas entre organismos públicos e privados.
- i) Representação da região em Certames Nacionais e Estrangeiros.

j) Iniciativas realizadas quanto a acções de esclarecimento e debates para a criação de novas iniciativas privadas no sector turístico.

k) O número de profissionais e técnicos no sector na região.

Outros comentários que se julgou pertinentes.

## **GUIÃO DE ENTREVISTA (Vereadores da Cultura)**

- a) As principais potencialidades da região que podem contribuir para a actividade turística.
- b) As principais actividades e eventos culturais desenvolvidos anualmente.
- c) Projectos a criar de interesse turístico e cultural na região.
- d) A relação entre a actividade turística e as actividades culturais.
- e) As principais vantagens do Turismo Cultural na região.
- f) Relações estabelecidas entre organismos públicos e privados.

## **ANEXOS II**

### **Mapas dos Três Concelhos em Estudo**

•

## Mapa do Concelho de Beja



## Mapa do Concelho de Mértola



## Mapa do Concelho de Serpa

